



os trinta povos guaranis



ARNALDO BRUXEL

OS TRINTA POVOS GUARANIS

Panorama Histórico-Institucional

FICHA CATALOGRÁFICA

B913t Bruxel, Arnaldo, 1909 —
Os trinta povos guaranis. Caxias do Sul, Universidade de
Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São
Lourenço de Brindes; Livraria Súlina Editora, 1978.
162p. ilust. (Coleção "Temas Gaúchos")

CDU — 98 (= 1-82) Guaranis

(Ficha elaborada por B. H. Rech. CRB 10/337)

Capa: Valdir dos Santos

4a Capa: Trabalho em madeira, feito por índios das Reduções.



Coletânea de livros clássicos missioneiros

Esta obra é parte da coleção de obras clássicas reeditadas sobre a temática missioneira numa iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul e integra as comemorações dos 400 anos das Missões Jesuítas Guaranis, celebrados em 2026.

A coordenação é da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), por meio do Instituto Estadual do Livro (IEL) e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP).



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Estado da Cultura



editoriariodasletras@gmail.com

Rua André Marques, 255 - Centro - Santa Maria - RS - CEP: 97010 041

Impresso no Brasil, 2026

Gráfica Pallotti - Santa Maria - RS

P. ARNALDO BRUXEL S. J.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Membro do Instituto Anchieta de Pesquisas

OS TRINTA POVOS GUARANIS
Panorama Histórico-Institucional

COEDIÇÃO 1978

Universidade de Caxias do Sul
Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes
Livraria Sulina Editora, Porto Alegre

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor

Abrelino Vicente Vazatta

Coordenador de Edições

Luis Alberto De Boni

Conselho Editorial

Ruy Pauletti

Luis Alberto De Boni

Antônio Suliani

Jayme Paviani

Ary Nicodemo Trentin

Renan Falcão de Azevedo

Mário Gardelin

José Clemente Pozenato

Romeu José Hubner

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA SÃO LOURENÇO DE BRINDES

Reitor

Carlos Albino Zagonel

Coordenador de Edições

Rovílio Costa

Conselho Editorial

Adelino G. Pilonetto

Rovílio Costa

Itálico Marcon

Irineu Costella Isidoro Mazzarollo



OBRAS DO MESMO AUTOR

- *Sinfonia Sideral*, tradução da obra alemã “Die Himmel rühmen” de João Maria Lenz, S. J., Porto Alegre, Globo, 1937.
- *A Luz das Montanhas*, de Francisco-Weiser, S. J., tradução vernácula, Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1938.
- *O Repórter Mais Moço ou Walter Klinger ao Redor do Mundo*, de Francisco Weiser, S. J., tradução luso-brasileira, Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1938.
- *Esperanças Catarinenses*, por alunos do Ginásio Catarinense, Florianópolis, antologia orientada e editada por Arnaldo Bruxel, S. J., Florianópolis, Livraria Central, 1937.
- *O Sistema de Propriedade das Reduções Guaraníticas*, em “Pesquisas”, Porto Alegre e São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1959, n° 3, p. 29-198.
- *O Gado na Antiga Banda Oriental do Uruguai* (2 partes), em “Pesquisas”, Porto Alegre e São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1960, n° 13, p. 5-110, 1961, n° 14, p. 117-212.
- *Padre Roque: A Epopeia da Libertação Guarani*, São Paulo, Loyola, 1977.

SUMÁRIO

PREFÁCIO/9

PRIMEIRA PARTE: FUNDAÇÃO DAS REDUÇÕES / 11

- I - A província do Paraguai / 13
- II - Os índios / 15
- III - As primeiras Reduções / 20
- IV - Os bandeirantes / 25
- V - Os Trinta Povos / 30

SEGUNDA PARTE: DEPENDÊNCIA POLÍTICA E ECLESIAÍSTICA/35

- VI - A dependência política / 35
- VII - O tributo / 37
- VIII - A defesa territorial / 39
- IX - As campanhas militares / 41
- X - A dependência eclesiástica / 45

TERCEIRA PARTE: DISPOSIÇÃO EXTERNA DAS REDUÇÕES/47

- XI - O plano urbanístico das Reduções / 49
- XII - A casa de Deus / 53
- XIII - A casa dos padres / 57
- XIV - A casa dos índios / 59
- XV - O asilo-orfanato e o albergue / 63
- XVI - As oficinas / 66
- XVII - O Cemitério / 69
- XVIII - A rede de água e esgoto / 71

QUARTA PARTE: ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS POVOS / 73

- XIX - O Governo Civil / 75
- XX - O sistema policial / 77
- XXI - O poder judiciário / 79
- XXII - A milícia / 82

QUINTA PARTE: PEDAGOGIA, CIÊNCIAS E ARTES/85

- XXIII - A religiosidade indígena / 87
- XXIV - A família guarani / 89
- XXV - O trabalho / 92
- XXVI - O ensino escolar / 95
- XXVII - Os dois idiomas oficiais / 97
- XXVIII - Escritores indígenas / 101
- XXIX - A tipografia / 103
- XXX - O observatório astronômico / 105
- XXXI - A medicina / 106
- XXXII - As artes / 109

SEXTA PARTE: ECONOMIA, COMÉRCIO E RIQUEZAS / 113

- XXXIII - As vacarias e estâncias / 115
- XXXIV - Os ervais / 119
- XXXV - O sistema de propriedade / 123
- XXXVI - O comércio / 127
- XXXVII - Minas e tesouros escondidos / 131

SÉTIMA PARTE: EXPULSÃO DOS JESUÍTAS / 137

- XXXVIII - Os missionários europeus / 139
- XXXIX - Missão cumprida / 144
- XL - O Tratado de Madrid / 147
- XLI - A expulsão dos Jesuítas / 150
- XLII - A decadência dos Trinta Povos / 153

EPÍLOGO - / 155

ÍNDICE ONOMÁSTICO / 159

ÍNDICE TOPONÍMICO / 161

PREFÁCIO

Nota-se hoje muita procura de informações sobre a vida e a cultura dos Trinta Povos das Missões guaranis, integrados pelos Sete Povos da banda oriental do rio Uruguai, hoje nossa região missioneira do Rio Grande do Sul. E não existe, sobre esse tema, nenhum livro de informação geral, acessível ao grande público, porquanto estão esgotadas as edições de todas as obras em questão.

O autor deste “Panorama Histórico-Institucional” vinha preparando, por muitos anos, com todo o rigor científico, um livro, em vários tomos, sobre as Reduções guaranis. Vítima de molesta enfermidade, vê-se agora, ao menos temporariamente, impedido do terminá-lo. Por essa razão decidiu publicar, antecipadamente, um resumo geral de suas observações sobre a vida dos Trinta Povos, sem entrar em muitos pormenores e sem recheiar o texto com citações alheias. Um livro desse feitio tem, certamente, a desvantagem de não responder a muitos quesitos de grande interesse para especialistas, mas tem a vantagem de oferecer, mediante leitura sucinta e amena, uma visão global sobre as Reduções, sem embaraçar o leitor menos informado com inúmeras questões, para ele supérfluas. A credibilidade de semelhante livro, sem o aparato científico de citações e referências bibliográficas, depende, naturalmente, das credenciais do escritor.

O autor da presente obra passou em revista, por mais de três decênios, as mais diversas coleções de documentos, relativos aos Trinta Povos: A “Coleção de Angelis” da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; a “Sección Compania (de Jesús)” do Archivo General de la Nación de Buenos Aires; outras grandes coleções existentes em Roma, Espanha e Portugal, bem como extensos relatórios dos padres jesuítas Bernardo Nudorffer e João Escandón, sobre a transmigração dos Sete Povos Orientais; e principalmente o valioso livro do P. Guilherme Cardiff Furlong S. J., intitulado “Misiones y Sus Pueblos de Guaraníes”, com quase 800 páginas em grande formato, centenas de ilustrações e uma bibliografia missioneira especializada, tida como a mais completa do mundo.

De todas essas demoradas pesquisas resultaram cerca de 80 volumes manuscritos (umas 16.000 páginas) de resumos e anotações. Pelas circunstâncias acima indicadas, o autor não pode, de momento, consultar todos esses apontamentos. Mesmo assim, deseja depositar suas impressões gerais neste livro, cuja estrutura segue, por alto, o esquema da obra citada do P. Furlong. Procurando, com a lealdade exigida do historiador, evitar toda a parcialidade dos aprioristas, tanto dos adversários como dos defensores incondicionais, confia o autor que este livro, apesar das deficiências apontadas, possa ser dalguma utilidade, especialmente hoje, quando se intensificam os estudos sociais, e o turista se interessa vivamente pela história dos lugares que visita, não se contentando com apreciar as ruínas das antigas Reduções, mas desejando conhecer o papel que elas representaram na história de um grande povo, que se vai extinguindo.

Aproveita o autor a oportunidade de agradecer, de todo o coração, ao P. Arthur J. Rabuske S. J. e, de modo especial, ao P. Pedro O. Mentges S. J. a inestimável colaboração, na confecção desta obra.

São Leopoldo, 19 de setembro de 1977.

Festa dos BB. Mártires Rio-grandenses.

A. Bruxel

PRIMEIRA PARTE

FUNDAÇÃO DAS REDUÇÕES



SANTA CATARINA — Museu de São Miguel

A PROVÍNCIA DO PARAGUAI

Recém-fundada (27.09.1540), a Companhia de Jesus já enviava missionários ao Brasil. Em 1549 veio o P. Manuel da Nóbrega com mais cinco jesuítas, e com outros tantos, em 1553, o P. José de Anchieta. Na Bahia fixaram sua primeira residência. Em 1554, com a abertura de um colégio¹, fundava o P. Anchieta a cidade de São Paulo. Ao fundador da Ordem, P. Inácio de Loyola, residente em Roma, comunicaram os jesuítas de São Paulo o desejo de evangelizar o Paraguai, donde recebiam insistentes apelos. Estando o próprio superior provincial, P. Nóbrega, pronto para partir, o governador geral, Tomé de Souza, invocando razões de Estado, manifestou-lhe sua discordância. O P. Inácio, sabendo que a corte de Madri não admitia portugueses em possessões espanholas, confiou a fundação de Missões jesuíticas na América espanhola ao piedoso e influente duque de Gandia, Francisco de Borja, o qual, todavia, só em 1568, já como 3º superior geral da Companhia de Jesus, pode finalmente realizar seu sonho, enviando jesuítas espanhóis ao Peru. Lá foi encontrá-los, por ocasião do 3º concílio de Lima (1582 — 1583), um franciscano português, D. Francisco de Vitória, bispo de Tucumán. Entusiasmado com a atividade apostólica desses missionários, solicitou alguns para sua diocese, muito carente de clero. Temendo não ser atendido com a desejada presteza, recorreu também ao superior provincial do Brasil. Assim, desde fins de 1585 já trabalhavam em Tucumán dois jesuítas peruanos, P. Francisco de Angulo e P. Alonso Barzana, quando, em janeiro de 1587, chegavam do Brasil a Buenos Aires, com destino a Tucumán, outros cinco jesuítas: P. Leonardo Armini (italiano), P. Estêvão Grao e P. Manuel Ortega (portugueses), P. João Saloni (espanhol) e P. Thomas Fields (irlandês).

Ao ouvirem que a nova Missão, por determinação do superior geral, P. Cláudio Aquaviva, ficava dependente da província do Peru, o P. Armini e o P. Grao voltaram ao Brasil, enquanto os outros três, conhecedores da língua-geral (tupi-guarani), rumaram para As-

1. Residência dos padres com escola anexa.

sunção, onde abriram um colégio em 1594. Deixando o apostolado entre espanhóis ao encargo do P. Saloni, os dois companheiros, com suas catequeses, preparavam os índios para a fundação de Reduções.

Em 1607, com a nomeação do P. Diego de Torres para o cargo de superior, o P. Cláudio Aquaviva criava a província do Paraguai, abrangendo o atual Paraguai, o leste da Bolívia, a Argentina, o sudoeste do Brasil e o Uruguai. Um ano depois, a nova província já contava com 48 membros. Em janeiro de 1610 surgia a Redução de Santo Inácio Guaçu, primícia de uma grande obra humanitária e cristã, que duraria século e meio, até ser tristemente varrida da face da terra.

Não queremos deter-nos aqui, a exemplo do P. Furlong e outros, na topografia, flora e fauna da província do Paraguai. Tais descrições, preciosas para pesquisadores, pouco interessam ao leitor que apenas procura rápidas informações sobre a vida e os costumes dos índios.



Emblema da Companhia de Jesus, encontrado inúmeras vezes nas Reduções

OS ÍNDIOS

A civilização e cristianização dos índios só era viável em grandes ajuntamentos, radicados em área restrita. Mesmo abstraindo das igrejas, casas de moradia e oficinas, que não podiam ser transportadas era necessária alguma sedentariedade. Como poderiam 70 missionários doutrinar 150 000 índios, em pequenos bandos nômades? Além de facilitar a catequese, os grandes ajuntamentos eram então a única garantia de autodefesa contra os selvagens de tribos circunvizinhas e contra os escravagistas espanhóis e portugueses.

Índios nômades

Em 1610, o P. Roque González de Santa Cruz atravessava o rio Paraguai, para estudar a possibilidade de fundar, a oeste de Assunção, na região do Chaco, uma Redução de guaicurus. Esses ferozes índios eram o terror dos espanhóis, sobre os quais haviam adquirido alguma superioridade, graças à posse do cavalo, que lhes permitia rápido deslocamento em assaltos e fugas. Contra toda a expectativa, o P. Roque e seu companheiro, P. Vicente Griffi, foram acolhidos com muita cordialidade. Todavia, apesar do início auspicioso, a Missão fracassou, porque os guaicurus, nômades por herança secular, não podiam adaptar-se à vida sedentária. Assim, após alguns anos de muito trabalho e pouco fruto, a premente falta de missionários em áreas mais promissoras exigia o abandono daquela região, castigada com meio ano de seca e meio ano de enchente, e periodicamente devastada pelos gafanhotos, sem condições para a agricultura, tão necessária à vida em Redução.

Merecem menção três tipos de índios nômades: os “campeiros”, como os charruas, em terras do Uruguai; os “silvícolas”, como os kaingangues, nos matos impenetráveis de Encosta da Serra; e os

“aquáticos”, como os payaguás, em suas canoas sobre as águas do rio Paraguai, ao norte de Assunção. Acostumados à vida errante, nunca puderam ser ajuntados em grandes grupos, para viver em Redução, porque, vivendo só no campo ou só no mato ou sobre as águas, não tinham condições para adotar o sistema de agricultura. Ora, sem boa agricultura era impossível a vida sedentária, em grandes grupos, visto que caça e pesca, quando exclusivas, em breve escasseiam. Índios nômades só podiam ser ajuntados em pequenos bandos de poucas famílias. Após prisão temporária com ótimo tratamento, ficavam voluntariamente nas Reduções. Com isso garantia-se sua fixação ao solo, com maiores possibilidades de organizar-se sua vida, segundo normas e costumes estáveis.

Pode aqui surgir uma questão difícil de responder: o nomadismo era imposição do meio-ambiente ou a prática de livre opção? Esses índios tornaram-se nômades, porque assim o exigia a qualidade do terreno, ou escolheram tal terreno, por que correspondia a seu gênero de vida? Provavelmente concorreram os dois fatores: eles eram nômades por sua própria índole, seduzidos pela vastidão da linha e rica natureza, e também por força das circunstâncias adversas: os guaranis, mais fortes, possivelmente empurraram a uns para dentro do campo, a outros para dentro do mato, ficando eles mesmos entre o mato e o campo, no lugar mais favorável à agricultura, por sua maior fertilidade.

Índios semi-sedentários

Os guaranis, além de caçadores e pescadores, frutívoros e meladores, eram agrícolas, com alguma plantação de milho, mandioca, batata-doce, abóbora, amendoim e algodão. Caça e pesca, bem como colheita de mel e frutas silvestres, pediam frequentes mudanças de residência, em busca de novos centros de abastecimento. A agricultura, no entanto, exigia permanência mais prolongada num mesmo lugar. Geralmente após uns seis ou sete anos abandonavam os índios a terra cansada, para continuar sua migração periódica, com a derrubada de mais um eito de mato contíguo. A abundância de caça e pesca e a boa terra para a agricultura fez deles uma nação forte, capaz de expulsar outras tribos de seus territórios ou de absorvê-los, sujeitando-os ao seu domínio.

O guarani era de estatura média, complexão robusta, cabeça grande, rosto largo e ovalado, olhos pequenos e vivos, nariz levemente achatado, dentadura firme e sem cárie, tez bronzada, barba rala, cabelos pretos e lisos, andar rápido. Muito mais que o aspecto físico interessam-nos suas qualidades psíquicas e sociais, que tanto favoreciam sua vida em Redução, e influíram em sua conversão e civilização cristã: o interesse pela agricultura, o sentido comunitário, a liderança incontestada do cacique, a propensão para a arte, o dom da imitação. Apenas umas breves explicações:

- 1) A agricultura era condição imprescindível à vida em Redução, como fator de sedentariedade e principal meio de subsistência, além de ser importante valor pedagógico.
- 2) O sistema de propriedade e trabalho coletivos, com acen-tuado espírito competitivo, era tradicional entre os guaranis desde muitos séculos, e fomentava sua unidade.
- 3) Com muito acerto respeitavam os missionários as lideranças naturais, mostrando sempre especial atenção e deferên-cia aos caciques, aos quais reservaram as maiores honrarias. A corte, aliás, seguia esta mesma política: uma cédula real, de 1697, declarava-os “Fidalgos de Castela”, com o título de Dom. O governo civil da Redução era exercido por um dos caciques, com o título de “corregedor”. Bastava conquistar o cacique, para atrair todos os vassallos, que raramente passavam de 200.
- 4) Souberam os missionários valer-se da paixão dos índios pela arte (música, canto, dança, pintura, escultura), para atraí-los e conservá-los nas Reduções.
- 5) O dom da imitação permitiu aos índios chegar a um alto grau de perfeição em trabalhos técnicos e artísticos.

Apesar de tantas virtudes naturais, uma longa caminhada ainda separava os guaranis do cristianismo. Lembremos aqui, a antropofagia, a poligamia, o divórcio, a ociosidade, a imprevidência e a volubilidade, a feitiçaria, as bebedeiras.

- 1) De ânimo belicoso e agressivo, os guaranis eram, para tribos menos aguerridas, constante ameaça de dominação ou extermínio, e chegavam, por vezes, segundo o testemunho

de missionários, a saciar-se da carne humana, em sinistros banquetes.

2) A poligamia era generalizada, mormente entre os caciques. Talvez fosse menos uma questão de sexo que de prestígio, influência e autoridade: Procuravam eles assegurar a afeição e o respeito dos pais e parentes das concubinas, que, às vezes, ultrapassavam duas dezenas. Diferindo o batismo, os padres davam tempo ao tempo, até que a palavra da catequese e o exemplo de caciques morigerados conseguissem persuadir os polígamos a contentar-se com uma só mulher e despedir as outras.

3) O adultério podia ser punido com a morte, mas o divórcio se justificava sob qualquer pretexto.

4) Viviam os guaranis em despreocupada ociosidade, já que a pródiga natureza nunca lhes deixava faltar o necessário para o sustento: caça e pesca, mel e frutas silvestres, além do que crescia, com tanta facilidade, em sua rocinha. As mulheres amanhavam a terra, preparavam os alimentos e cuidavam dos filhos; os homens se ocupavam em caça e pesca. Custou muito acostamá-los ao trabalho sistemático, nas roças e oficinas.

5) Um grave perigo para a continuidade das Reduções era a imprevidência dos índios, sem muitos cuidados pelo futuro, e sua extrema volubilidade, que passava, inexplicavelmente, do entusiasmo ao desinteresse, assim como do desânimo ao arrebatamento. Para estimular o brio dos caciques, sempre ambiciosos de fama e prestígio, e, por meio deles, educar os súditos para o trabalho, apelou-se para o grande meio pedagógico da competição. Mas era difícil tirá-los de sua morosidade sem aborrecê-los demasiadamente.

6) A inveterada feitiçaria podia ressurgir repentinamente, como uma epidemia, mesmo depois de um século de cristianismo.

7) As frequentes bebedeiras só lentamente foram extirpadas com o fornecimento diário de bastante erva-mate a cada família.

Tinha o guarani, em suma, muitas qualidades naturais favoráveis ao cristianismo, mas tinha também não poucas disposições que lhe eram adversas. As primeiras foram prudentemente aproveitadas; as últimas, paulatinamente corrigidas, com abnegada paciência e constante vigilância. Diz o P. Cardiel que a inteligência dos guaranis, perspicaz na infância, embotava-se na juventude. A dura experiência mostrou que somente a contínua e universal supervisão dos padres, em todos os trabalhos, podia evitar o colapso econômico das Reduções. Durante os 150 anos de Redução nunca foi possível dispensar a paternal vigilância sobre os índios. Tal supervisão não poderia exercer-se sobre 30 000 famílias dispersas, em tribos nômades, mas tornou-se viável e eficaz nas grandes Reduções.

AS PRIMEIRAS REDUÇÕES

Originalidade das Reduções

É questão discutida se as Reduções do Paraguai eram criação dos jesuítas. Segundo diversos autores, são elas a realização de alguma das várias utopias, celebradas na literatura universal: “A República” de Platão (segundo Espinoza), “Utopia” de Thomas More Schmidt), “Arcádia” de Sidney (Cunninghame Graham), “Cidade do Sol” de Campanella (Gotheim), “Telêmaco” de Fénelon, “New Atlantis” de Bacon, etc. Após a expulsão dos jesuítas (1768), escreveu o P. Peramás “A República de Platão e os Guaranis”, mas suas comparações se limitam a apontar semelhanças e discrepâncias, sem qualquer influência ou inspiração.

Se as Reduções, como é notório, apresentavam muitas semelhanças com as várias utopias, provado está que elas não estavam longe do ideal sonhado por grandes pensadores e estadistas. Mas isso nos autoriza a deduzir que os missionários procuravam transformar em realidade as utopias (se é que as conheciam), pois tal hipótese é desmentida pela própria evolução histórica dos povos. As utopias postulavam o coletivismo na propriedade, no trabalho, no comércio, etc., como reação social contra a plutocracia, que tudo açambarcava, privando do essencial a grande maioria, escravizada pela minoria privilegiada. A sociedade capitalista passara do coletivismo primário ao individualismo absoluto, e o remédio apontado pelos utopistas era a volta ao socialismo. Os jesuítas, ao contrário, observavam sempre que os índios não podiam viver e trabalhar individualmente nem queriam propriedade privada. Eles ainda estavam no coletivismo inicial e relutavam em aceitar o individualismo moderado.

As Reduções tiveram, inicialmente, sua fonte de inspiração nas “Leyes de índias” da Espanha, bastante anteriores à fundação da Companhia de Jesus. Os missionários tinham a obrigação de observá-las, sob pena de não poderem trabalhar no meio indígena. E eles não apenas zelavam por sua fiel observância, mas procuravam, por meios legais, aperfeiçoá-las em muitos pontos. Aproveitavam-

-se também da experiência de seus irmãos de Ordem, nas Missões do Brasil, México e Peru. Ao visitarem as Reduções franciscanas, notaram ali a desfavorável circunstância da contínua intromissão dos suseranos espanhóis (“encomenderos”), requisitando os índios, intempestivamente, para o trabalho, com grave perturbação e prejuízo da ação pastoral.

No sistema das Reduções do Paraguai, nem as leis espanholas, nem os modelos de outras Reduções, e muito menos as utopias, tiveram papel decisivo, mas a dura experiência de cada dia, codificada, pouco a pouco, por homens sábios e prudentes. O plano inicial não poderia, evidentemente, atender a todos os pormenores, mas estabeleceu as linhas-mestras, e a elas se manteve fiel até o fim. Eis algumas:

- 1) o ajuntamento de milhares de índios no mesmo povoado;
- 2) a criação de condições de defesa contra eventuais agressões de selvagens e escravagistas;
- 3) a introdução da agropecuária em grande escala;
- 4) a fundação de escolas de primeiras letras e de artesanato;
- 5) a catequese sistemática para adultos e crianças.

A realidade havia de superar a expectativa. Com as devidas emendas, o plano inicial transformou-se em estatuto das Reduções, minuciosamente organizado, e oficializado pelas ordenanças de Alfaro, mais tarde aprovadas pelo rei. Enviado pela real audiência de Charcas, como visitador das Reduções, o ouvidor Francisco de Alfaro baseava suas ordenanças nos apontamentos de dois experientes jesuítas: P. Diego de Torres (superior provincial) e P. Marcelo de Lorenzana (fundador da primeira Redução).

Diretrizes

Empreendimento de tanta responsabilidade, como a fundação ou migração de um Povo, não podia ficar confiado aos caprichos de algum improvisador. Aos primeiros missionários recomendava o superior provincial que escolhessem com muito cuidado o local para a fundação de Reduções, informando-se com espanhóis bem inten-

cionados ou com índios conhecedores da situação topográfica e climatológica; que optassem por lugares já habitados por índios, desde que tivessem área bastante ampla para umas mil famílias, clima saudável (sem a vizinhança de banhados com seus mosquitos), boa água, matos para lenha e madeira de construção, abundante caça e pesca. Em meados do século 18, o P. Cardiel ainda insiste nas mesmas condições: o local de uma Redução deve medir, no mínimo, cem hectares de terreno plano, algo elevado e aberto para o sul, donde sopram os ventos refrescantes; esteja provido de muitas e boas águas para beber e cozinhas, bem como tomar frequentes banhos, de que tanto gosta e precisa o índio; possua exuberantes matos para lenha e madeira de construção; situe-se longe de pântanos, por causa da neblina e dos mosquitos, sapos e cobras.

Tais instruções e diretrizes, ditadas pela prudência de homens experimentados, deviam ser rigorosamente obedecidas, para que o sítio escolhido propiciasse o bem-estar, a paz e a prosperidade. Isso, porém, não justifica a pretensão de localizar hoje uma Redução primitiva, simplesmente, pela aptidão do lugar, porquanto o lugar mais apto hoje, não o era, necessariamente, há vários séculos, no tempo das reduções. Impõe-se um exame minucioso das circunstâncias que acompanharam sua fundação, pois muitas vezes, especialmente nos primeiros tempos, o missionário devia contentar-se com uma topografia menos favorável, para não desgostar os caciques fundadores, pois deles dependia a permanência do missionário em seus domínios. Mais tarde, já conquistados os corações, podia-se propor a mudança para um lugar melhor. Tinham os missionários como norma geral: conservar o que era bom e digno, na antiga cultura indígena. Para introduzir, na habitação, trabalho, alimentação, higiene, educação, etc., as modificações indispensáveis, sabiam aguardar o momento oportuno, quando o índio, devidamente informado de suas vantagens, aceitava tais inovações.

Não sendo possível integrar todos os Povos num único grupo, pelo fato de os índios, apoiados por leis espanholas, se recusarem a sair de seus territórios, formaram-se vários subgrupos, geralmente às margens dos rios. Adverte o P. Cardiel que a distância até a Redução mais próxima não deveria, normalmente, ultrapassar três léguas espanholas (pouco mais de 15 km), para facilitar a comunicação; em casos especiais seria admissível uma distância máxima de dez léguas.

Antes de 1640, quando os índios ainda não possuíam armas de fogo, a proximidade entre os Povos era imprescindível à segurança comum; e mesmo mais tarde, embora preponderassem os interesses comerciais, a defesa mútua ainda era para os índios fator importante. Assim, no Tapes (atual RS, Brasil), os Sete Povos Orientais, fundados de 1682 em diante, temendo sempre os portugueses da Colônia do Sacramento, agruparam-se todos nas proximidades do rio Uruguai.

Regiões missioneiras

Em menos de 25 anos foram fundadas mais de 30 Reduções². Na região do Guaíra (bacia dos rios Paranapanema e Paraná até a foz do Iguaçu) surgiram: Loreto (1610), Santo Inácio Mini (1610), São Xavier (1622), São José (1625), Encarnação (1625), São Paulo (1626), São Miguel (1626), São Pedro (1627), Sete Arcanjos (1628), São Tomé (1628) e Jesus Maria (1628). Ante a devastação dos bandeirantes, os índios remanescentes fugiram para o sul (1631). Assim, nomes de várias Reduções do Guaíra reaparecem na região do Paraná.

Nesse mesmo ano de 1631 iniciaram as fundações na região do Itatim (a 500 km ao norte de Assunção): Anjos (1631), São José (1631), São Benito (1632), Natividade (1632), Santos Apóstolos Pedro e Paulo (1633) e Encarnação (1633).

Na região do Paraná-Uruguai (bacias dos rios Paraná e Uruguai) foram fundadas, à margem direita do rio Uruguai: Santo Inácio Guaçu (1610), Itapua (1615), Conceição (1619), Japeju (1627), e São Xavier (1627); e ainda, à margem esquerda do mesmo rio, nas bacias dos rios Ijuí, Ibicuí e Jacuí e no planalto central do atual Rio Grande do Sul: São Nicolau (1626), Candelária (1627), Caaró (1628), Pirapó³ (1628), São Carlos (1631), Apóstolos (1631), São Miguel (1632), São Tomé (1632), Santos Cosme e Damião (1632), Santa Teresa (1632), São José (1633), Jesus Maria (1633), Natividade (1633), São Joaquim (1633), Sant'Ana (1633) e São Cristóvão (1634).

2. A data de algumas fundações é apenas conjectural.

3. Caaró e Pirapó foram arrasadas pelos índios, alguns dias após sua fundação. No ano seguinte, Caaró ressurgia das cinzas e do sangue dos Mártires; mas Pirapó estava definitivamente extinta. Os fundadores destas duas Reduções são os Beatos Mártires: P. Roque Gonzalez de Santa Cruz e P. Afonso Rodríguez (15.11.1628, em Caaró) e P. João dei Castillo (17.11.1628, em Pirapó).

A região do Paraná-Uruguai (à qual se restringiriam as Missões guaranis da província jesuítica do Paraguai, após a destruição de Guaíra e Itatim) era singularmente apta para o estabelecimento de Reduções, no estilo planejado pelos jesuítas. Havia ali exuberantes e vastos campos verdejantes, prometendo boas colheitas e o abastecimento de carne. Tais condições favoráveis não no Chaco, com suas cheias e secas anuais, seus banhados e a praga dos gafanhotos, nem no extremo sul, no baixo curso do rio onde rareava o mato. Outro fator importante, nessa região, era a ausência de espanhóis. Ainda demasiado fracos, não ousavam penetrar em território indígena. E para que isso não ocorresse no futuro, apressou-se o rei de Espanha a urgir a lei que vedava aos espanhóis a entrada nas Missões dos jesuítas. Tal proibição não visava, evidentemente, ao domínio soberano dos jesuítas, mas à preservação da liberdade, bem-estar e virtudes naturais dos nativos. Estes exigiam, como condição de sua conversão ao cristianismo e sujeição ao rei de Espanha, a fiel administração pública. Infelizmente não era só o espanhol que ameaçava a paz das Reduções; mais audaz e desumano, já rondava os índios pacificados outro inimigo: o bandeirante paulista.



Ruínas da Redução de Trindade

OS BANDEIRANTES

Bandeirantes escravagistas

Os acontecimentos que externamente mais abalaram as Reduções recém-fundadas fora, indiscutivelmente, as incursões dos bandeirantes portugueses e mestiços luso-indígenas (mamelucos). São Paulo era então o cadinho em que se fundiam vários povos, não só índios e portugueses, mas ainda franceses, holandeses e judeus. Foragidos da justiça refugiavam-se nas colônias portuguesas, especialmente em São Paulo, onde se sentiam mais seguros. Aparecendo algum emissário da lei, retiravam-se ao sertão, e de lá só voltavam depois que o representante da justiça, sem nada ter feito, dava por cumprida sua missão.

O principal intento do bandeirante, ao percorrer o sertão, era a busca de minas, metais e pedras preciosas, ou então a caça de índios para o mercado de escravos. Essa mentalidade dos portugueses e mamelucos no Brasil era compartilhada pelos espanhóis. Mas esses tinham que andar mais cautelosos, por causa da vigilância dos missionários. No outro hemisfério, os anglo-americanos iam muito além, matando sumariamente quase todos os índios. Evidentemente, a desumanidade de uns não representa uma atenuante para a crueldade de outros.

Desde muito tempo, andavam portugueses e mamelucos caçando índios selvagens, nas proximidades das Reduções. Acreditavam os missionários que, ao menos os índios cristãos seriam poupados. Apressaram-se pois em reunir os índios em Reduções, assegurando-lhes que assim os pouparia à sanha dos escravagistas. Por 1628 foi nomeado governador Paraguai Luís Céspedes Jeria. Casado no Brasil, demorou-se em São Paulo, donde seguiu, por via terrestre, para Assunção. Embora tal acesse lhe fosse vedado, não tanto por ser o caminho mais fácil e rápido, mas por que tinha interesse em abrir passagem entre as duas cidades, para facilitar o envio de escravos indígenas para suas propriedades em solo brasileiro, preci-

samente o que a lei espanhola tencionava impedir. Em sua comitiva viajaram muitos paulistas, os quais, de volta ao Brasil, organizaram as grandes bandeiras, que arrasaram as florescentes Reduções do Guaíra, do Itatim e do Tapes. Segundo uma cédula real de Madri, foram cativados, nas selvas e nas Reduções, mais de 300 000 índios, entre 1612 e 1638, sendo vendidos em mercados brasileiros uns 60 000 escravos indígenas, entre 1628 e 1631.

Incursões no Guaíra e no Itatim

Na região do Guaíra lograram os jesuítas ajuntar novamente uns 7000 índios, que se haviam embrenhado nas selvas, após a destruição de suas Reduções pelos bandeirantes. Em centenas de balsas e canoas, desceram o rio Paranapanema-Paraná, juntamente com os 5000 habitantes das duas Reduções remanescentes, Loreto e Santo-Inácio Mini, horas antes de ali chegarem os paulistas. No salto do Guaíra (Sete Quedas), as embarcações confiadas à correnteza se estraçalhavam de forma irreparável. Assim, não havia outra alternativa: era necessário abrir caminho por terra, carregando aos ombros os mantimentos, roupas, armas e demais pertences indispensáveis. Depois de assim andarem 25 léguas pelas selvas, como tardassem as embarcações pedidas às Reduções do sul (da região do Paraná), dispersaram-se muitos índios. Dos 12000 emigrantes, uns 2000 sucumbiram de fome ou de peste, outros 6000 debandaram, e só uns 4000 chegaram ao destino, entre os rios Paraná e Uruguai (1631).

No Itatim, por ordem de D. Cárdenas, os jesuítas haviam abandonado suas Reduções (1642), sem haver quem os substituísse. Retornando os índios às selvas, voltaram os jesuítas a reuni-los, mas as Reduções foram destruídas pelos bandeirantes (1643). Os sobreviventes estabeleceram-se em duas Reduções: Santa Maria de Fé e Santo Inácio (1647). Mas, ante sucessivas incursões de bandeirantes e de índios guaicurús, migraram finalmente para a região do Paraná (1669). Ali se fundara a primeira Redução, Santo Inácio Guaçu, e já se estabelecera Santo Inácio Mini, proveniente do Guaíra, razão por que Santo Inácio do Itatim mudou sua denominação para Santiago.



Santo Inácio Mini, fachada vista do oeste

Devastação na região do Uruguai

Nas Reduções do Tapes viviam uns 35000 índios, dos quais tentou apoderar-se, em 1635, a bandeira do Aracambi. Parece ter vindo por mar, mas não logrou alcançar as Reduções. Um ano depois apareceu a bandeira de Antônio Raposo Tavares, que destruiu as Reduções do Guaíra. Vindo pelo planalto, desceram a campanha, margeando o rio Taquari. Já ao pé da serra, fecharam um imenso curral, para recolher os índios. Saqueadas e destruídas as Reduções de Jesus Maria, São Cristóvão e São Joaquim, os Povos vizinhos já debandavam. Voltou Raposo Tavares para São Paulo, levando uns 20000 escravos.

Em 1638 sobreveio a bandeira de Fernão Dias Pais. Destruidas as Reduções de Santa Teresa, São Carlos e Apóstolos, fugiram os índios para a margem ocidental do rio Uruguai. Aborrecidos, muitos mamelucos voltaram para São Paulo, pois não lhes interessava a caça de índios selvagens, não afeitos ao trabalho, e dispersos pelas selvas impenetráveis. A bandeira, enfraquecida, foi inesperadamente assaltada pelos índios, comandados pelo cacique Nicolau Neenguiru, da Redução de Conceição. Depois de esperar, inutilmente, reforço militar de Assunção, o recém-nomeado superior das Missões, P. Diego de Alfaro⁴, demasiado afoito em animar seus índios ao combate, morreu no ardor da batalha, baleado por um bandeirante, que se refugiara numa choupana. Encolerizados, os índios atacaram com tal denodo, que obtiveram brilhante vitória. Os paulistas aprisionados foram entregues ao governador de Assunção, Pedro de Lugo y Navarra, que enviara 60 soldados, para simular a defesa dos índios. Recebidos os prisioneiros de guerra, facilitou-lhes a fuga para São Paulo.

Em 1640 passou pelo Rio de Janeiro o P. Díaz Tano, que em Roma impetrara a excomunhão dos escravizadores de índios cristãos. A publicação do Breve papal provocou graves motins no Rio e em São Paulo. Ao ouvir que nova expedição se preparava contra os índios missioneiros, o P. Díaz Tano, embarcando-se para Buenos Aires, denunciou o perigo iminente. Prepararam-se os guaranis, para rechaçar a nova bandeira, comandada por Jerônimo Pedroso de Barros, e integrada por uns 450 ou 500 mamelucos e de uns 3 000 índios tupis. Sua rota deve ter sido pelo planalto até Iguaçu, e daí pelo Paraná até o rio Uruguai, onde construíram umas 700 canoas. Uma enchente,

4. Filho do ouvidor Francisco de Alfaro (cap. 3).

arrastando inúmeras canoas inacabadas, frustrou-lhes o plano de surpreender os guaranis. Estes, acampados em Mbororé, ultimavam suas fortificações e emboscadas, sob o comando de irmãos jesuítas, antigos militares (destacando-se o arquiteto Ir. Domingos Torres). Tinham os guaranis 300 bocas de fogo e até canhões de bambu gigante, retovados de couro cru, que aguentavam dois ou três tiros. Contra mais de 250 embarcações paulistas tinham os guaranis apenas 80 barcos com uns 800 tripulantes. O comandante guarani, cacique Abiaru, iniciou o combate, afundando três barcos inimigos com um tiro de canhão. Após luta encarniçada, com muitas baixas, os bandeirantes pediram trégua, com o intento de se fortificarem. Mas o P. Romero, num gesto de justa indignação, rasgou a carta do inimigo, à vista dos guerreiros guaranis, que não queriam trégua, mas paz. E a luta redobrou. Caíram uns 120 mamelucos e centenas de tupis, e todos os guaranis cativos foram libertados. Derrotados e perseguidos, rumaram os bandeirantes para São Paulo, perecendo a maioria pelo caminho (1641). Outras vitórias ainda obtiveram os guaranis sobre três bandeiras menores, em 1647, 1651 e 1656.



Ruínas da Redução de Trindade

OS TRINTA POVOS

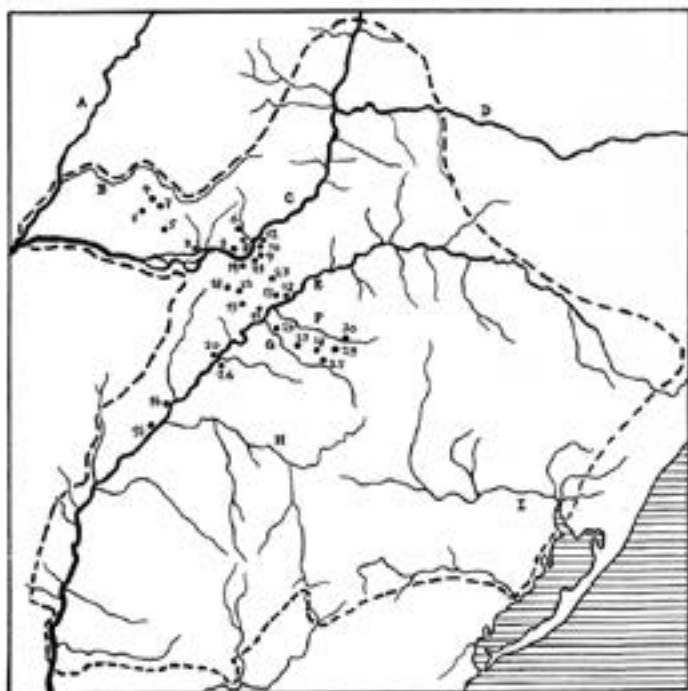
As incursões dos bandeirantes, arrasando barbaramente mais de trinta Reduções, retardaram em várias décadas a civilização indígena recém-desabrochada. Muitos Povos se extinguíram; outros salvaram-se, ao menos parcialmente, em fuga precipitada para o oeste, onde fundaram novas Reduções, às vezes pela fusão de vários Povos mais dizimados. Começou então um longo e penoso período de migrações, em busca de paz e prosperidade. Passadas algumas décadas, vários Povos voltaram a radicar-se em suas antigas localidades. Com a fundação de Santo Ângelo (1707), elevou-se novamente a trinta o número dos Povos guaranis, que cresciam lentamente até a expulsão dos jesuítas, para logo depois definharem. Quanto à localização, distribuem-se os Trinta Povos por três países da geografia atual: Paraguai (1-8), Argentina (9-23) e Brasil (24-30).

Redução	data	Fundador
01 Santo Inácio Guaçu	1610	Marcelo de Lorenzana
02 (Na. Sra. da Encarnação de) Itapua	1615	Roque González
03 São Cosme (e São Damião)	1632	Adriano Formoso
04 Santa Maria (ou Na. Sra.) de Fé	1647	Manuel Berthod
05 Santiago (ex-Santo Inácio)	1651	?
06 Jesus	1685	Jerônimo Delfín
07 Santa Rosa (de Limã)	1698	?
08 (Santíssima) Trindade	1706	João de Anaya
09 (Na. Sra. de) Loreto	1610	José Cataldino
10 Santo Inácio Mini	1610	Simão Masseta
11 Conceição	1619	Roque González

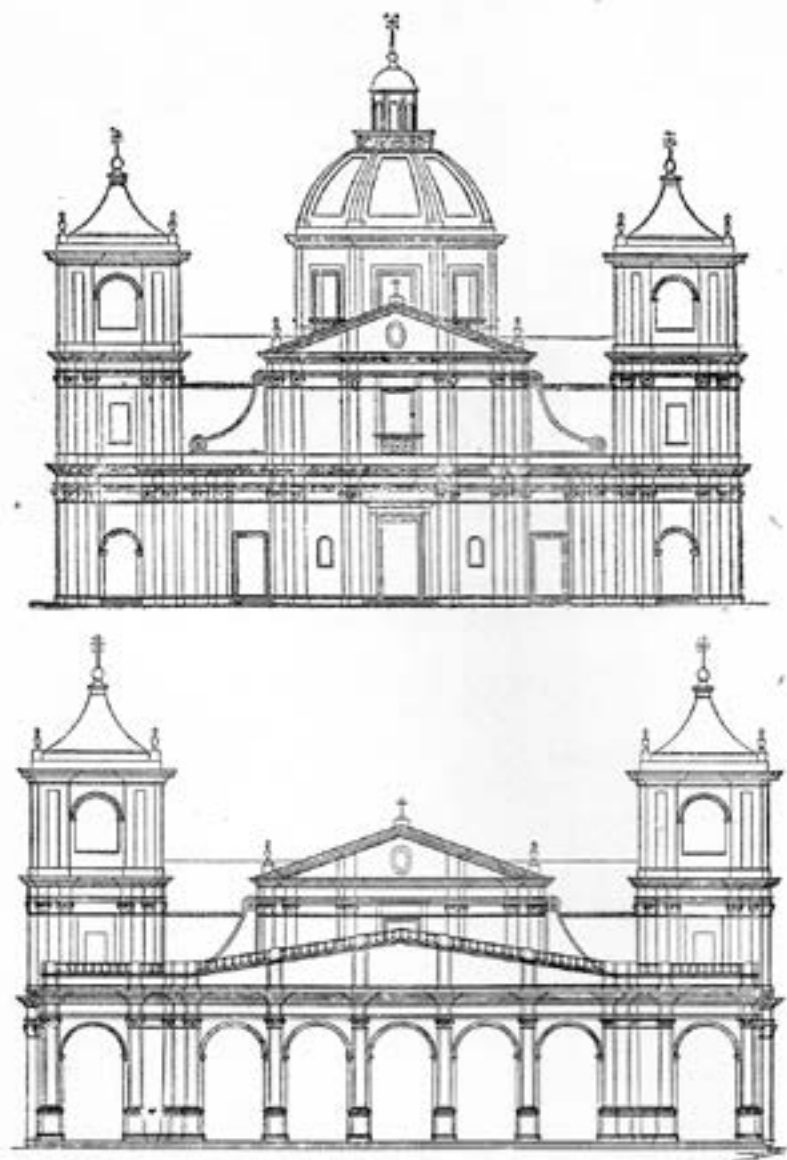
12	Corpus (Christi)	1622	Pedro Romero
13	Santa Maria Maior	1626	Diego de Boroa
14	(Na. Sra. da) Candelária	1627	Roque González
15	(Na. Sra. dos Três Reis de) Japeju	1627	Pedro Romero
16	(Santa) Cruz	1628	Cristóvão Altamirano
17	São (Francisco) Xavier	1629	José Ordóñez
18	São Carlos (Borromeo)	1631	Pedro Molas
19	(Santos) Apóstolos (Pedro e Paulo)	1631	Diego de Alfaro
20	São Tomé (Apóstolo)	1632	Luís Ernot
21	Sant'Ana	1633	Pedro Romero
22	São José	1633	José Cataldino
23	(Santos) Mártires (do Japão)	1639	Agostinho Contreras?
24	São Nicolau	1626	Roque González
25	São Miguel (Arcângelo)	1632	Cristóvão de Mendoza
26	São (Francisco de) Borja	1682	Francisco Garcia
27	São Luís (Gonzaga)	1687	Miguel Fernández
28	São Lourenço (Mártir)	1690	Bernardo de la Vega
29	São João (Batista)	1697	Ant. Sepp von Reinegg
30	Santo Ângelo (Custódio)	1707	Diego Garcia?



Província de Missões, segundo mapa do P. Diego de Torres.



01 Santo Inácio Guaçu	11 Conceição	21 Sant'Ana
02 Itapua	12 Corpus	22 São José
03 São Cosme	13 Santa Maria Maior	23 Mártires
04 Santa Maria de Fé	14 Candelária	24 São Nicolau
05 Santiago	15 Japeju	25 São Miguel
06 Jesus	16 Cruz	26 São Borja
07 Santa Rosa	17 São Xavier	27 São Luís
08 Trindade	18 São Carlos	28 São Lourenço
09 Loreto	19 Apóstolos	29 São João
10 Santo Inácio Mini	20 São Tomé	30 Santo Ângelo
A R. Paraguai	D R. Iguaçu	G R. Piratini
B R. Tebiquari	E R. Uruguai	H R. Ibicuí
C R. Paraná	F R. Ijuí	I R. Jacuí



O que era a igreja de São Miguel, com e sem cúpula, com e sem galerias de arcadas



Ruínas de Santo Inácio Mini

SEGUNDA PARTE

DEPENDÊNCIA POLÍTICA E ECLESIAÍSTICA

VI

A DEPENDÊNCIA POLÍTICA

Alguns autores, usando expressões como “República, Reino Império, Estado Teocrático...”, insinuam que as Missões jesuíticas do Paraguai formavam Estado independente do rei da Espanha. Talvez não se refiram à independência de direito, que caracteriza as nações livres e soberanas, e sim à independência de fato. Haveria dependência apenas nominal, fazendo os jesuítas o que bem entendiam, e não o que o rei mandava. Consta, porém, explícita ou implicitamente, de dezenas (talvez centenas) de milhares de textos que as Missões do Paraguai estavam sob verdadeira e efetiva dependência do rei de Espanha e das reais audiências, do vice-rei do Peru e do governador de Buenos Aires⁵. Suposição tão generalizada deve ser sincera, visto ser impossível que tanta gente, por tanto tempo, se conjure numa ficção despropositada.

Da convicção geral de que o rei mandava nas Reduções discordavam apenas os que tinham interesse em tirar os jesuítas do meio dos índios e, se possível, desterrá-los das colônias. Serviam-se, para tanto, da calúnia de que eles não obedeciam ao rei. No entanto, os índios falavam do rei como de representante de Deus na terra. Os missionários, reiteradamente, recorriam ao rei como à suprema instância. E o rei exercia seu poder e autoridade, concedendo-lhes ou negando-lhes algum pedido, favor ou privilégio. Os bispos, em seus relatórios, sempre supunham como evidente que o rei tinha autoridade sobre as Missões. Também o governador relatava ao rei o que se passava nas Reduções, e dele recebia as decisões. Tudo isso teria sido mera formalidade? A existência de tantos documentos escritos, sem falar das audiências, em que os padres procuradores das Missões expunham ao rei, de viva voz, os problemas das Reduções, só tem uma explicação: As Missões efetivamente dependiam do rei.

5. Inicialmente era o governador de Assunção.

Os mesmos argumentos provam que as Missões dependiam das reais audiências e do vice-rei, conforme determinam as leis. Os jesuítas recorriam muitas vezes a essas instâncias superiores, delas impetrando concessões, e às vezes recebendo negativas, as quais tinham que sujeitar-se. Ainda mais evidente é a dependência em relação ao governador. Padres e índios recorriam a ele, com muita frequência, como a autoridade competente.

Segundo as “Leyes de índias”, as Reduções estavam, obrigatoriamente, sob governo indígena, diretamente subordinado ao governador de Buenos Aires. Como súditos do rei, pagavam-lhe tributo e lhe prestavam inúmeros serviços, geralmente gratuitos. Quem fala em “Reino (ou Império) jesuítico”, ou não quer dizer nada ou afirma uma falsidade, contra a evidência de fatos e documentos. Os colonizadores espanhóis, confundindo sua própria autoridade com a do rei, tachavam de independentes as Reduções, onde eles nada tinham que mandar. Acostumados a meter sua colher na sopa dos outros, mordiam-se de inveja e de raiva contra os jesuítas, que não lhes permitiam exercer seu pretenso direito de aproveitar-se do serviço escravo dos índios, proibido por lei.



Ruínas de São Miguel

O TRIBUTO

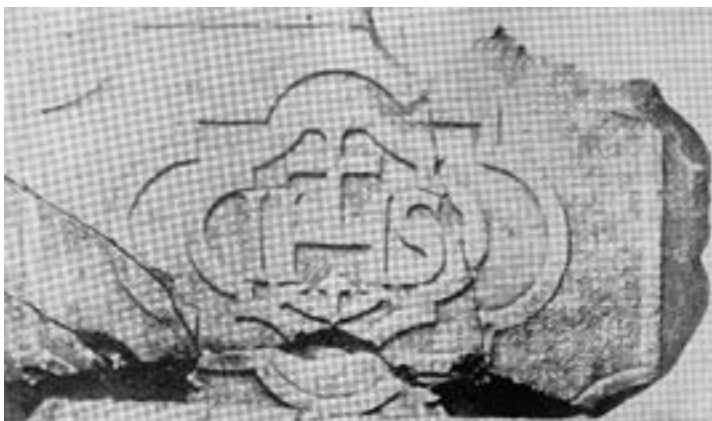
Na Idade Média, tanto o rei como os senhores feudais recebiam o tributo de seus vassalos. Só indiretamente os vassalos dos senhores feudais eram súditos do rei. Ensejou tal sistema não poucos abusos por parte dos suseranos. Não foi apenas em razão de tais abusos, mas principalmente pela ambição de maior poder pessoal, que os reis se empenharam em abolir o sistema feudal.

Na conquista da América, não podendo o tesouro real arcar com as ingentes despesas, a solução encontrada para estimular a colonização espanhola foi a volta ao sistema feudal. Os espanhóis continuavam súditos diretos do rei, mas os índios passaram a ser vassalos dos “conquistadores beneméritos”, devendo prestar-lhes anualmente, a título de tributo, um mês de serviços pessoais gratuitos. Os senhores feudais (“encomenderos”), aos poucos, foram comprando a vassalagem dos índios. Esquecidos de seus deveres tutelares, e lembrados apenas de seus direitos, enveredavam os suseranos por toda a gama de abusos. Aceitável em teoria, o sistema feudal dificultava, na prática, a conversão e civilização dos nativos, por causa do serviço pessoal, tão temido e odiado, porque escravizante.

Sabiam os jesuítas que, antes de mais nada, deviam obter a garantia de liberdade para os índios, mediante a vassalagem direta ao rei. Empenharam eles, nesse sentido, a palavra de honra do rei, o qual, por si e por seus representantes, muitas vezes a confirmou. A liberdade dos índios, assim entendida, foi consagrada pelas ordenanças de Alfaro. Estabeleceu-se então o pagamento de tributo na tesouraria real de Buenos Aires, não em gêneros (especialmente erva-mate), mas em moeda, como propusera o P. Ruiz de Montoya. Essa modalidade, embora talvez vantajosa sob alguns aspectos, foi infeliz, e mais tarde, inutilmente, procuravam os padres alterá-la, pois acarretava enormes dificuldades: transportada a erva-mate dos bosques do Paraguai até Buenos Aires ou Santa Fé, o padre procurador das Missões se empenhava em vendê-la a bom preço, muitas vezes em sucessivas trocas de produtos, até finalmente obter as moedas, com

que pagava o tributo. Tal comércio, imposto pelas circunstâncias mais diversas, prejudicou a atividade apostólica dos jesuítas.

A taxa anual do tributo era de 1 (um) peso por família. Com isso, a arrecadação anual subia a uns 25 000 pesos, cujo destino prioritário era o pagamento de uns 10 000 pesos anuais de honorários para o sustento dos missionários (uns 70 nos Trinta Povos). Houve muitas tentativas de aumentar a taxa do tributo. Mas os padres alegavam que, para pagar mais, os índios ervateiros seriam obrigados a trabalhos desumanos, ou as Reduções deveriam restringir seu próprio consumo de erva-mate ou as importações de ferramentas e outros artigos de absoluta necessidade. O acerto dessas ponderações mais que justas foi reconhecido oficialmente, e a taxa anual do tributo continuou sendo de 1 peso por família, durante século e meio. Os índios recém-convertidos não pagavam tributo por dez anos. Os caciques e seus primogênitos estavam, desde o início, isentos.



Lápide com o monograma de Jesus, procedente da Redução de Santo Inácio Mini e hoje no museu de Buenos Aires

A DEFESA TERRITORIAL

Dentre os muitos e importantes serviços que os índios missioneiros prestaram à Espanha, lembramos primeiramente a defesa territorial contra o expansionismo luso. O Tratado de Tordesilhas (1494) concedia à Espanha as terras situadas a oeste da linha que se estendia, aproximadamente, da foz do Amazonas à Ilha de Santa Catarina. Ultrapassando essa linha em milhares de quilômetros, os bandeirantes avançaram os limites do Brasil até perto das fronteiras atuais, onde lhes barravam o avanço quatro grupos de Reduções jesuítas (dos índios maínas, mojos, chiquitos e guaranis).

Os jesuítas foram, às vezes, glorificados pelos espanhóis e odiados pelos portugueses, na falsa e infundada suposição de terem fundado as Reduções por pura “hispanidad”, em oposição a Portugal. Não distinguindo os objetivos visados, muitos embaralham e confundem tudo. Era missão dos jesuítas cristianizar (e civilizar) os índios. E foram em busca dos grandes grupos de índios agrícolas, semi-sedentários, porque só estes eram aptos para a vida em Reduções, no estilo planejado. Por lei de Espanha, os índios não podiam ser levados para outros climas, longe de suas terras de origem. Portanto, a localização das Reduções não obedeceu a interesses políticos e nacionalistas, para a defesa das fronteiras. Procurava-se, sim, como garantia de paz e tranquilidade, certo isolamento, porque os brancos, por sua tendência escravagista, dificultavam a conversão e civilização dos selvagens.

As Reduções, embora fundadas com finalidade religiosa e humanitária, criaram para a Espanha o título de primeira ocupação. Os missionários, servindo-se da fórmula “Para Dios y el Rei”, para aguilhoar a burocracia da corte, lembravam-lhe, milhares de vezes, em suas cartas, esse reflexo político da ocupação territorial pelas Reduções. Os espanhóis, efetivamente, não teriam podido sustar o avanço dos bandeirantes. Além da premente falta de pessoal, tinham a seu desfavor a imensa distância de suas bases de operação no oeste e a impossibilidade de fundar cidades ou quartéis na fronteira, que então não despertava qualquer interesse econômico. As milícias

indígenas, organizadas pelos jesuítas, salvaram extensos territórios para a coroa espanhola. Seu objetivo era a defesa de suas Reduções. Quando não podiam defender-se (como no Guaíra, Itatim e Tapes) migravam para regiões mais seguras.

Não é fácil avaliar quanto Espanha é devedora à lealdade dos índios das Reduções. Na fortificação militar de Buenos Aires contra ameaças de ocupação por Portugal e seus aliados, como em muitas outras conjunturas, muito contribuíram os guaranis, defendendo, muitas vezes em prejuízo próprio, interesses espanhóis. Ao requisitá-los, o governador, pela solene fórmula “rogo y exhorto”, empenhava sua autoridade, a qual os padres e índios não podiam, legalmente, subtrair-se. Como, pois, taxá-los de políticos nacionalistas, por sua lealdade ao rei de Espanha, seu legítimo soberano?



Quadrante solar, procedente de Sant'Ana

AS CAMPANHAS MILITARES

A serviço de Espanha, não raro às expensas das Reduções, saíam os guaranis em campanha militar contra os perturbadores da ordem e da paz social.

Índios terroristas

Guerrilheiros indígenas do Chaco, que não toleravam a presença dos brancos, intranquilizavam sobremaneira as cidades de Assunção, Corrientes e Santa Fé. A tática dos selvagens era a surpresa do ataque, seguido de rápida retirada para seus esconderijos, aonde os espanhóis não podiam segui-los. Os guaranis, porém, de tal sorte os desbarataram, que já não ousavam molestar os espanhóis.

D. Bernardino de Cárdenas

O franciscano Bernardino de Cárdenas, nomeado bispo de Assunção (1640), consultou os jesuítas da Universidade de Córdoba sobre a validade de sua ordenação, sem ter em mãos a bula papal, que ainda não chegara. Acerbamente irritado com a resposta negativa, dirigiu-se ao bispo de Tucumán, que, por ignorância ou descaso da lei canônica, lhe conferiu a Ordem episcopal. Mal tomara posse de sua diocese (1642), o novo bispo teve desavenças com o governador Gregório de Hinestrosa, a quem excomungou várias vezes, condicionando a absolvição à doação de 4 000 arrobas de erva-mate à mitra.

Em carta ao padre procurador das Missões (1642), D. Cárdenas pedia aos índios a confecção de muitas cruzinhas de madeira. Depositando sobre elas a Hóstia consagrada, tencionava fabricar “venerandas relíquias do lenho da santa cruz”. Tendo visitado a Redução de Santo Inácio Guaçu (1643), não moderou, em carta ao rei

de Espanha, elogios às Missões jesuíticas. Tais amabilidades disfarçavam profundos ressentimentos, bem cedo reavivados. Do Itatim já expulsara os missionários jesuítas (1642). Alucinado, fantasiava com a conquista das Reduções, onde os jesuítas estariam “explorando, ilegalmente, minas de ouro e prata”. Providenciando a substituição dos missionários, por ele acusados de ensinarem aos índios heresias e torpezas, conferiu Ordens sacras a alguns adeptos seus, em troca do juramento de o defenderem contra os jesuítas. Com a promessa de constituir seus partidários encomenderos dos índios cristãos, aliciou um bando de sequazes, que adquiriram armas e munições, para depor o governador, suposto cúmplice e defensor dos jesuítas. O governador, requisitando 600 índios armados, sufocou a rebelião. D. Cárdenas excomungou-o mais uma vez, e com ele os odiados jesuítas e mais o cabildo dos padres diocesanos, que lhe negavam obediência, alegando que ele, invalidamente ordenado, não era bispo. Trocando a prisão domiciliar pelo exílio voluntário, retirou-se D. Cárdenas para Corrientes (1644), desgostoso por ninguém se impressionar com suas excomunhões. Voltou, porém, em 1647, quando Hinestrosa foi substituído por Diego de Escobar y Osorio, que não tardou a falecer (1649). D. Cárdenas proclamou-se então governador interino, e logo ordenou o assalto ao colégio dos jesuítas, em Assunção. Os religiosos foram exilados, enquanto o colégio era saqueado pelo populacho. Ante tais incidentes, a real audiência de Charcas nomeou governador a Sebastião de León y Zárate, o qual, à frente de mil índios, derrotou os 200 ou 300 insurretos, capitaneados, segundo se refere, por três frades. D. Cárdenas, solenemente, transmitiu o poder ao novo governador, e retirou-se do Paraguai (1651).

Gente simples sentia-se atraída pelo esquisito “homem de Deus”. Suas intuições de visionário, sua vida austera e seu excessivo rigor em dirigir a diocese emprestavam-lhe um ar de “santo”. A maioria dos historiadores modernos o qualifica de esquizofrênico. Suas fúrias incontidas contra quem não cumprisse suas ordens, parece, eram tara hereditária. Segundo um documento, conservado em Roma, uma sua irmã era louca furiosa, só dominável em camisola-de-força.

Portugueses invasores

Passando por alto as memoráveis vitórias dos guaranis nas sangrentas batalhas contra os bandeirantes, lembremos aqui apenas a conquista da Colônia do Sacramento, fundada em 1680, às portas de Buenos Aires. Com essa fundação visava Portugal a fins políticos e econômicos:

- 1) ocupação da banda oriental do rio Uruguai, varrida pelos bandeirantes (1636-1638);
- 2) exploração das grandes reservas da Vacaria do Mar, de origem missioneira;
- 3) incremento do comércio com os espanhóis.

Ao tomar conhecimento da presença dos portugueses, apressou-se o governador de Buenos Aires em convocar 3 000 guaranis, para expulsar os invasores, e 2 000 soldados espanhóis, para defender a capital. Sob comando espanhol, os índios obtiveram pronta rendição, após poucas horas de luta, em que tombaram 31 índios e uns 200 portugueses. Dois anos depois (1682) principiava a fundação dos Sete Povos Orientais, para deter o avanço português. Entretanto, o rei espanhol, enredado pela hábil política de Portugal, devolveu-lhe a Colônia, até esclarecer-se a questão dos limites. Mas os mapas de espanhóis e portugueses tanto divergiam, que a Colônia teve que ser reconquistada, mais uma vez, pelas armas indígenas, para logo perder-se por inépcia da diplomacia espanhola. Não bastou a fundação de Montevideu (1725) a leste da Colônia, para desalojar os arrojos portugueses. Em 1777, Pedro de Ceballos arrasou, finalmente, a Colônia, e incorporou-a definitivamente à coroa espanhola. Os portugueses, em compensação, conquistaram os Sete Povos Orientais (1801).

Espanhóis insurretos

José Antequera, que causava graves distúrbios em Assunção, com a deposição ilegal do governador Diego de los Reyes (1721), não acatou a ordem do vice-rei do Peru de reempossá-lo. Para prender Antequera, foi então enviado o gal. Baltazar Garcia Ros, que pediu às

Reduções 2 000 índios armados e víveres para dois meses. Acampados à margem do Tebiquari, na fronteira norte das Missões, foram surpreendidos por Anteqüera, quando festejavam o aniversário do rei, e perderam uns 300 homens e milhares de cavalos. Os mil sequazes de Anteqüera, que tiveram 26 baixas, saquearam, por vingança, as quatro Reduções mais próximas: Santa Maria de Fé, Santa Rosa, Santo Inácio Guaçu e Santiago. Finalmente preso e levado a Lima, Anteqüera foi executado. Mas ele conquistara um companheiro de prisão, Fernando Mompó de Zayas, para a causa revolucionária dos “comuneros”, os quais propugnavam pelo direito do povo “comum” de eleger seu governador. Evadido da prisão, Mompó entrou no Paraguai e reorganizou os adeptos de Anteqüera, em oposição ao governador, Inácio Soroeta, que fugiu da cidade. O jovem alcaide José Luís Barreiro, que prendeu Mompó e remeteu a Buenos Aires, caiu prisioneiro dos comuneros, que o desterraram. O governador nomeado, Manuel Ruiloba y Calderón, foi traiçoeiramente assassinado pelos comuneros (1733), que elegeram governador o bispo de Buenos Aires, D. João de Arregui, que então se encontrava em Assunção. Pressionado pelos comuneros, D. Arregui exigiu logo que saíssem do Paraguai os oito Povos ali radicados (ver CAP. 5). Recuou, porém, ante os protestos do bispo de Assunção, D. Palas, que não lhe reconheceu autoridade para tal medida, porquanto os ditos Povos estavam sob a jurisdição civil do governador de Buenos Aires e sob a jurisdição eclesiástica do bispo de Assunção, enquanto D. Arregui, por ironia, era governador de Assunção e bispo de Buenos Aires.

Temendo a repetição dos saques por parte dos comuneros, o superior provincial, Jerônimo Herrán, com o beneplácito do governador de Buenos Aires, Bruno Maurício de Zabala, ordenara, em 1731, que as Reduções mais próximas do Tebiquari se armassem, para qualquer eventualidade. Houve muita grita, protestos e cartas desaforadas, mas os padres não recuaram em sua decisão, alegando que os índios precisavam garantir sua autodefesa. Os comuneros, que não ousavam enfrentar os 10 000 índios armados, arremeteram novamente contra o colégio de Assunção, donde expulsaram os jesuítas. Por ordem do vice-rei, o governador Zabala, no comando das tropas indígenas, pacificou definitivamente o Paraguai, com a renúncia de D. Arregui (1735), que finalmente reconheceu o absurdo em que incorrera.

A DEPENDÊNCIA ECLESIAÍSTICA

Comumente, ao iniciar-se a evangelização de algum povo, os missionários, através de seu superior religioso, recebem do papa todos os poderes espirituais de que necessitam, independentemente do bispo do lugar. Depois de cristianizado esse povo, o papa, como pastor supremo da Igreja universal, confere ao bispo do lugar, como chefe da Igreja local, a jurisdição sobre essa porção do rebanho de Cristo. Compete então ao bispo integrar a antiga Missão na vida diocesana, delegando jurisdição aos curas das novas paróquias, por ele criadas.

Assim, inicialmente tinham as Reduções completa independência dos bispos de Assunção e Buenos Aires. Passadas, porém, duas ou três décadas, estavam elas tão regularizadas, que se podiam constituir em paróquias. A cura de almas tinha passado de extraordinária para ordinária. Como, por suas constituições, a Companhia de Jesus não podia exercer a cura ordinária, os jesuítas deveriam entregar as Reduções aos bispos, e recomeçar, em outra parte, o trabalho de pioneiros. Havia, porém, graves inconvenientes. Primeiramente, o clero diocesano era insuficiente e não conhecia nem a língua nem a psicologia dos índios, nem estes poderiam pagar os honorários para o sustento dos párocos. Além disso, o clero diocesano não se animava a internar-se num deserto cultural, a centenas e centenas de quilômetros dos parentes e amigos espanhóis. Mais, nenhum padre, isoladamente, sem o apoio de uma grande organização, teria tido bastante força e decisão de vontade para urgir, com eficiência, a proteção dos índios contra a opressão espanhola. Numa palavra, entregar as Reduções em tais circunstâncias seria o mesmo que arruiná-las. A solução encontrada foi a de continuarem os jesuítas, por especial concessão da Santa Sé, com o regime inicial de Reduções, apesar de estas já serem paróquias regulares. Aí, porém, entraram em cena os bispos e o padroado real, não concebendo que houvesse paróquias independentes.

O padroado real, exercido pelo governador em nome do rei, era o direito de conferir benefícios eclesiásticos. Para a nomeação de um cura, o bispo apresentava os nomes de três padres, aprovados em concurso, cabendo ao governador escolher um deles, ou mandar compor nova lista tríplice, até aparecer o nome de seu valido. Satisfeita essa formalidade, o bispo delegava ao escolhido a jurisdição. O cura, solenemente empossado, só podia ser removido de sua paróquia mediante processo regular. Como se vê, havia muitos inconvenientes na intromissão do poder civil no governo da Igreja. Defenderam-se os jesuítas na medida do possível, mas venceram os bispos e os promotores do padroado. Assim, desde 1655, as Reduções, com o nome de “doutrinas”, ficaram sujeitas ao padroado real.

Muita gente (não, certamente, por razões pastorais) esperava, ansiosa, que os jesuítas seriam finalmente alijados das Missões. Contra toda a expectativa, aceitaram eles o padroado, para evitar a ruína do povo guarani. Nas Reduções, a atuação dos jesuítas continuou, essencialmente, a mesma, apenas acrescida de algumas modestas formalidades: para cada paróquia, o padre provincial apresentava ao bispo os nomes de três jesuítas; o bispo levava a terna ao governador, que, geralmente, nomeava o primeiro da lista, porque este tinha as preferências de seu superior. O bispo então delegava ao padre provincial o poder de subdelegar ao escolhido a jurisdição e dar-lhe posse, além de poder nomear, se necessário, cura provisório, até instalar-se o processo regular.

Em prol do bem espiritual e temporal dos índios, a Companhia de Jesus, mais uma vez, abria exceção em importante parágrafo de suas constituições, que vedava aos jesuítas a cura ordinária de almas, em paróquias.

TERCEIRA PARTE

DISPOSIÇÃO EXTERNA DAS REDUÇÕES

1. Di^o de Torres Bar^a
de La Comp^a de I^{ta}

Paulo de Bonavidez	Santiago Bexio
Simão Masseta	Salvador Quintana
Luís Erneste	Manuel Olmedo
Francisco Vázquez	Juan Delgado
Cristóvão de Mendoza	Antônio de Molina
José Montoya	Miguel de Ampuero
Alonso Barsana	Andrés de Rada
Diego Alfaro	Diego Alfaro
Cristóvão Altamirano	Cristóvão Altamirano

Assinaturas de alguns grandes missionários jesuítas das Reduções: Diego Torres, Paulo de Bonavidez, Santiago Bexio, Simão Masseta, Salvador Quintana, Luís Erneste, Francisco Vázquez Trujillo, João Delgado, Cristóvão de Mendoza, Antônio Ruiz Montoya, Miguel de Ampuero, Alonso Barsana, André de Rada, Diogo Alfaro e Cristóvão Altamirano

O PLANO URBANÍSTICO DAS REDUÇÕES

As cidades dos brancos têm geralmente forma bastante irregular, em busca da mais inteligente acomodação aos acidentes geográficos (por ex.: Rio de Janeiro). As cidades guaranis destacam-se por sua forma quadricular, estabelecida por lei. É certo que tal forma não enseja muita variedade; mas naqueles tempos, em que se tratava de salvar da extinção os guaranis, a ninguém interessava divertir futuros turistas com curiosas formas urbanísticas. Critério único era então a facilidade e eficiência da administração.

Todas as Reduções obedeciam, com as devidas adaptações, a um plano geral, em que terão introduzido algumas modificações os administradores leigos, após a expulsão dos jesuítas. O P. Furlong traz umas vinte plantas de Reduções. Algumas delas foram elaboradas de acordo com mapas oficiais de administradores e viajantes de tempos posteriores, quando os Povos já se achavam muito diminuídos; outras foram reconstituídas com base nas ruínas (Assim foi conjecturada a planta de São Miguel pelo arquiteto Lucas Mayerhofer, quando, em 1933, por incumbência do governo federal, estabilizou as ruínas dessa Redução). Para ilustrar o que terá sido uma Redução, veja-se a planta esquemática, no fim deste capítulo.

Diego de Alvear via nos Trinta Povos “um plano geral tão uniforme, que o viajante podia pensar que um povo encantado o acompanhava por toda parte”. Esta imagem poética, tantas vezes plagiada, pode parecer enfática; mas um pequeno exagero não desmente a verdade. O centro axial era, invariavelmente, a grande praça quadrada, aonde convergiam as ruas principais. No lado norte ou sul da praça ficavam, normalmente, da direita para a esquerda: o asilo-orfanato, o cemitério, a igreja e dois pátios. No fundo do primeiro pátio erguia-se a residência dos padres, e no lado oposto à igreja havia algumas repartições: o quarto do porteiro, a escola, a sala de música e dança, a sala de armas, etc. O segundo pátio era rodeado de armazéns e oficinas mecânicas. Por trás do complexo cemitério-igreja-pátios estendia-se a horta dos padres. Situadas essas construções

ao norte ou sul da praça, corria o sol sobre a cumeeira da casa dos padres, e assim se evitava, no verão, o excessivo calor, ao qual não estavam acostumados os europeus. Também a igreja, escurecida pelos muros das naves laterais com seus corredores cobertos, recebia, nesta posição, mais luz pelas janelas situadas por cima do telhado das naves laterais.

Nos outros três lados da praça alinhavam-se os blocos de casas dos índios. Não eram casas isoladas, mas conjuntos de várias salas enfileiradas sob o mesmo teto. Os primeiros blocos corriam paralelos ao respectivo lado da praça; atrás destes sucediam-se outros blocos paralelos ou perpendiculares. Com este sistema, a cidade guarani podia crescer ordenadamente, enquanto houvesse aptidão topográfica. Notemos ainda algumas diferenças que podiam ocorrer nas diversas Reduções: os apartamentos de um bloco podiam formar fila simples ou dupla; os blocos paralelos à praça podiam ser menos ou mais numerosos que os perpendiculares; o material de construção podia ser arenito (abundante em Trindade e Santo Inácio Mini) ou adobe (grande tijolo, secado à sombra, mas não queimado); também a ornamentação era bastante variada. Tais diversidades facilmente passavam despercebidas, porque o plano geral era quase o mesmo, quanto à disposição, forma e tamanho das casas.

Como em todo o território missioneiro não houvesse cal nem matéria-prima para queimá-la, a argamassa era barro vermelho, e as paredes, em grande parte, eram de adobe. Por isso todas as casas eram cercadas de corredor de dois a três metros de largura, coberto de telha queimada, para proteção das paredes contra as intempéries. Pela mesma razão, nem o muro do cemitério podia dispensar seu telhadinho. E por que os índios não queimavam tijolos, se cobriram com telha queimada trinta grandes igrejas, centenas de galpões e oficinas, umas 30 000 casas de moradia e ainda centenas de quilômetros de corredores? A única explicação é a vantagem do adobe, sua feitura era simplicíssima, bastando encher de barro pisado um molde, e esvaziá-lo no galpão, para a secagem. Tijolos queimados, por não formarem boa liga com a argamassa de barro, poderiam facilmente deslocar-se e desmoronar. E quantos tijolos queimados (que, necessariamente, seriam bem menores) seriam necessários, para dar casa a tantas famílias? E por que queimar tanta lenha, geralmente escassa? Para branquear algumas paredes, recorria-se à quei-

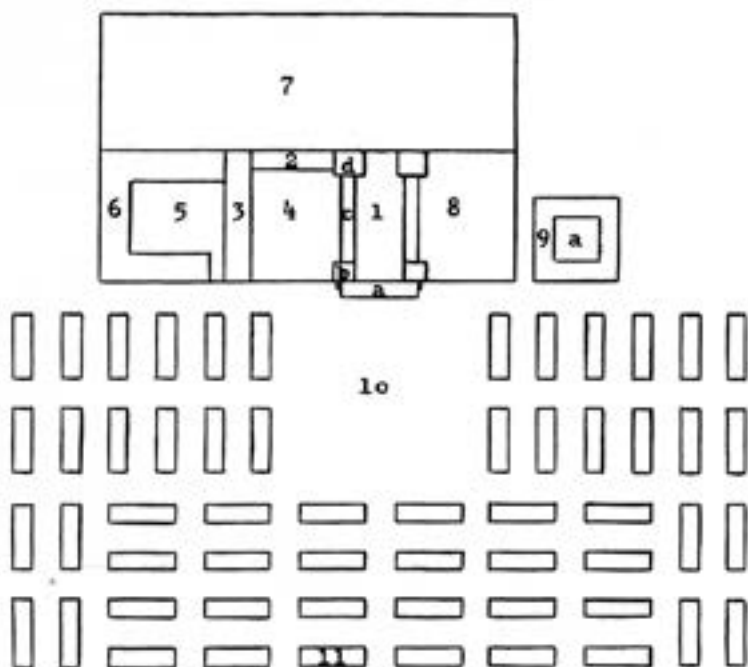
ma e moagem de caracóis, que, pulverizados e dissolvidos em água com cola, aderiam tão firmemente ao adobe, que não manchavam a roupa.

Para os tempos atuais, as Reduções podem aparentar muita carência de conforto e bem-estar. Situadas em seu tempo, elas se avantajavam em muito às cidades circunvizinhas. Excetuadas Buenos Aires e Córdoba, as cidades dos espanhóis eram bem mais indigentes e atrasadas. Em meados do século 18, segundo testemunhas oculares, Assunção, Corrientes e Santa Fé, entre outras, eram, em grande parte, aglomerados de casebres pobres, com paredes de taipa e cobertura de palha, enquanto as Reduções tinham casas sólidas, cobertas de telha. A praça central, com uns 150 metros de lado, e as ruas retas, com uns 18 metros de largura, contrastavam vivamente com as ruelas espremidas, retorcidas e intransitáveis das cidades dos espanhóis. As vias de comunicação entre as Reduções contavam com as necessárias pontes ou canoas com serviço de travessia gratuito (também para os espanhóis), bem como pousadas, com hospedagem igualmente gratuita. Fora das Reduções, as viagens eram mais demoradas e modestas, por falta de pontes e de albergues. O viajante, se não levava consigo sua tenda, dormia ao relento.



Planta de um conjunto de residências dos índios, numa redução

PLANTA ESQUEMÁTICA DE UMA REDUÇÃO



- 1 igreja (a = pórtico, b = torre, c = corredor, d = sacristia)
- 2 residência dos padres
- 3 escola, sala de música, sala de armar, etc.
- 4 primeiro pátio
- 5 segundo pátio
- 6 oficinas e armazéns
- 7 horta dos padres
- 8 cemitério
- 9 asilo-orfanato (a = jardim)
- 10 praça
- 11 bloco de casas de índios

A CASA DE DEUS

As cidades europeias têm sempre várias igrejas e capelas, já por necessidade, já por devoção. A Redução guarani tinha uma só igreja, capaz de abrigar 6 000 pessoas ou mais. Localizava-se no meio do lado norte ou sul da praça. Embora houvesse na Redução dois (às vezes três) padres, e portanto várias missas, uma só era a “missa do povo”, a qual todos assistiam, aos domingos e dias santos, cantando ao som de música. Mesmo em dias úteis ocorria muito povo, espontaneamente, à missa matutina e à reza vespertina do rosário, obrigatórios apenas para as crianças.

Inicialmente as “igrejas” não passavam de pequenas palhoças, divididas ao meio, servindo de capela e de moradia dos padres. Com o vigoroso crescimento das Reduções, impunha-se a construção de enormes galpões, com cobertura de palha e paredes de pau-a-pique (trançado de ripas, coberto de barro de ambos os lados). Nessas construções primitivas quase todos os missionários eram peritos, destacando-se os padres Roque González de Santa Cruz, Ruiz de Montoya, José Cataldino e, de modo especial, Pedro Espinosa. Com a invasão dos bandeirantes, essas igrejas (13 no Guaíra e 15 no Tapés) foram, em grande parte, queimadas e arrasadas pelos próprios índios fugitivos, para não servirem de abrigo aos invasores. Atesta, todavia, o P. Montoya que, no Guaíra (provavelmente nas Reduções de Loreto e Santo Inácio Mini), os índios cerraram suas igrejas, para não serem invadidas pelas feras.

Depois dos peritos vem a era dos arquitetos formados, sendo pioneiros os irmãos Bartolomeu Cardenosa (do qual sabemos ter pedido livros de arquitetura ao padre geral) e Domingos Torres (o estrategista militar na batalha de Mbororé contra os bandeirantes). Por volta de 1690 apareceu o Ir. José Brasanelli (o “Miguelângelo” das Reduções), que levantou as igrejas de São Borja, Itapua, Loreto, Sant’Ana, São Xavier e Santo Inácio Mini. Nas primeiras décadas do século 18 veio o Ir. João B. Prímoli, engenhoso arquiteto das monu-

mentais igrejas de São Miguel, Trindade e Conceição. O Ir. Antônio Forcada construiu as igrejas de Jesus, São Luís, Santo Inácio Guaçu e Santa Rosa. O P. Furlong descreve-as longamente.

Originariamente eram sempre três as naves. Em alguns casos tornou-se necessário aumentar a igreja, com o acréscimo de mais uma nave de cada lado. Não consta que alguma igreja de cinco naves tenha sido assim planejada desde o início. O material de construção era, inicialmente, a parede de pau-a-pique com telhado de palha. Mais tarde, as paredes sempre eram de lajes de arenito ou, na falta destas, de adobe (nunca de tijolo queimado). Cal e cimento, quase inexistentes nas Reduções, só foram usados na igreja inacabada de Jesus e, ao que parece, em Trindade. Mas ainda nesse caso, o material era a laje de arenito. Desde fins do século 17, os telhados, tanto da igreja como das casas de moradia e oficinas, eram, obrigatoriamente, de telha, por causa do perigo de incêndio e de infiltração das chuvas nas paredes. Daí a necessidade de modificar as técnicas de construção, porque os muros de adobe, evidentemente, não teriam sustentado o peso ingente dos enormes telhados. Impunha-se, assim, descansar todo esse peso sobre esteios de madeira de lei. Desarraigadas em época conveniente, enormes árvores, depois de secas e desbastadas, eram arrastadas por seis ou oito juntas de bois até o lugar da construção, onde se lhes dava a devida forma: prismática ou cilíndrica, de acordo com sua finalidade, como arcabouço das paredes ou como colunas livres. Levantados com o auxílio de guindastes, esses gigantescos troncos descansavam o raizame em covas de dois a três metros de diâmetro, devidamente empedradas. Plantado, assim, todo um “bosque” de troncos desgalhados, impunha-se-lhes o vigaamento e todo o madeirame do telhado. Finalmente, os vãos entre as pilastras eram preenchidos com adobe ou com pedra de arenito, à maneira das construções modernas. O adobe podia ser rebocado; o arenito ficava, normalmente, à vista. Os troncos de seção quadrada desapareciam nos muros, e as colunas livres, geralmente de seção circular, eram revestidas de tábuas de cedro, pintadas ou douradas.

Em várias ruínas, como em São Lourenço, os troncos embutidos nas paredes, expostos durante séculos às intempéries, ainda não se mostram muito putrefatos. Em Santa Maria Maior alguns desses troncos ainda jazem espalhados pela selva que cobre as ruínas. Na

igreja de São Miguel não foram usados os troncos, porque o arquiteto usou o estratagema de dentear as lajes, de modo que não se deslocavam, apesar da falta de cimento (o cimento dessa ruína data de 1933, quando foi estabilizada). Sustentadas por toras de madeira, não podiam as igrejas levantar-se a grandes alturas, de onde a impressão de peso e depressão.

Na fachada principal nunca se dispensava uma galeria espaçosa e caprichosamente trabalhada (“pórtico”), que, não raro, destoava do estilo da igreja (como em São Miguel, onde foi acrescentada por outro arquiteto). Sua função, mais que ornamental, era utilitária: abrigo em dias de chuva, era também o lugar de encontro, antes da missa e do rosário, dos batizados e casamentos. Ali se fazia a recepção solene de padres provinciais, bispos e governadores. Dali assistiam hóspedes ilustres aos exercícios militares, jogos, melodramas, que os índios representavam na praça. Também os corredores laterais eram como vastas salas de reunião: os homens no corredor do primeiro pátio e as mulheres no corredor do cemitério ouviam, todos os domingos, após a missa, a repetição do sermão do padre, proferida por dois caciques mais eloquentes, em linguagem mais acessível de seu povo. No corredor do primeiro pátio também se reuniam diariamente os caciques e membros do governo com o padre, para informações e consultas.

As portas eram geralmente cinco, às vezes sete: três na frente e duas, às vezes quatro, nos lados. Não temos informação de que alguma igreja de cinco naves tivesse tido cinco portas na frente. As janelas, às vezes chamadas “ventanas”, que afinal poderiam ter sido de madeira, eram certamente de vidro, pois este não faltava nas Reduções, como provam os muitos espelhos que ornamentavam os altares. As vidraças devem ter estado principalmente no alto, nas paredes laterais da nave central, logo acima do telhado das naves laterais. Sua colocação mais abaixo teria sido inútil, por causa dos corredores cobertos. Grandes pedras inteiriças, artisticamente esculpidas, serviam de umbrais das portas e janelas.

Eram geralmente cinco os altares: três na frente e dois nos lados. Eram enormes, ricamente entalhados e dourados, com três séries de estátuas ladeando o tabernáculo. Púlpito, confessionários e batistério também eram entalhados em cedro. As abóbadas das naves e a transversal eram de tábuas sobredouradas. No cruzamento

erguia-se uma cúpula, também de madeira, com vidraça no alto. A falta de cimento não permitia que fosse de pedra. Em algumas igrejas, como em Santo Inácio Guaçu, o forro era chato, com ricos artesões e milhares de pinturas. Comumente havia uma ou duas torres, geralmente de pedra, com armação de madeira de lei. Sinos sempre havia uns cinco ou seis, alguns bem grandes, fundidos nas próprias Reduções, quase sempre de bronze, comprado no Chile ou no Peru.

Era tal o tamanho e o esplendor das igrejas, que, no dizer dos cronistas coevos, “todas poderiam servir de catedrais na Europa”. O aparato arquitetônico e ornamental impressionava vivamente os índios, inspirando-lhes a ideia de grandeza e majestade de Deus. O justo e nobre orgulho de terem seus edifícios públicos tão grandes e belos como os da povoação vizinha, ou até maiores e mais suntuosos, despertava neles o interesse em aprender novas técnicas e aperfeiçoar-se em trabalhos artísticos. A sobrecarga de estátuas e ornamentações pode parecer-nos excessiva, mas era apreciada pelos índios (e a igreja, afinal, era deles!) e não menos pelos europeus daquele tempo (basta lembrar o barroco e o rococó).



Ruínas de São Miguel

A CASA DOS PADRES

Nos documentos, a denominação “casa dos padres” (ou “colégio”) abrange, além da ala residencial dos padres, também os dois pátios com as oficinas, e mais a horta. Todo esse complexo estava cercado de muro, com os portões chaveados, ao menos durante a noite, sendo proibida, também de dia, a entrada de mulheres de qualquer idade na ala residencial, horta ou primeiro pátio.

Dividia-se a ala residencial, a começar da sacristia, em quatro ou cinco quartos de 5 x 5 ou 6 x 6 metros (para os padres do lugar e hóspedes), refeitório e cozinha com o famoso subterrâneo (dos tesouros escondidos?): uma simples adega, de uns 3 x 4 metros e 2 de altura, situada sempre sob o refeitório ou cozinha⁶. Nunca havia dois andares para moradia.

Há muita fantasia a propósito do fausto nababesco e da vida regalada dos missionários. Consta, no entanto, dos documentos que a mobília era igual a dos padres em Colégios de cidade: cama, mesa, cadeira, guarda-roupa, estante de livros, genuflexório para oração. O soalho, a julgar pelo que se vê em Santo Inácio Mini, era de ladrilhos hexagonais, fabricados nas Reduções. Não corresponde à verdade que os padres tenham vivido em palácios, e os índios em miseráveis tugúrios. Nas primeiras fundações levantava-se uma palhocinha, dividida em capela e residência dos padres (tudo tão apertado como caixa de embalagem). Conquistados os ânimos, ia-se melhorando um pouco, sem sair da modesta mediania.

Há, no “Archivo General de la Nación” em Buenos Aires, centenas de advertências dos padres provinciais, no final de suas visitas, no sentido de se cuidar primeiramente da casa dos índios: substituir as telhas quebradas, derrubar as casas avariadas e caducas, construir novas, etc. Essas tão frequentes ordens dos superiores não acusam omissão nem representam censura; apenas externam sua constante preocupação pelo bem-estar dos índios, visando a incentivar o zelo

6. Em São Nicolau a adega ainda aparece à flor da terra.

dos missionários. Urgiam os superiores a fiel observância das regras da Ordem, que vedam qualquer excesso de uma decente mediania, tanto no tamanho e feitio das casas, como em sua mobília e arranjo interno e externo. Se havia algum conforto, serão censuráveis, os padres, só porque seus índios não os queriam menos bem instalados que os curas vizinhos?



Pia de água benta procedente das Reduções.

A CASA DOS ÍNDIOS

No tempo anterior às Reduções tinham os guaranis choupanas de palha. Alguns documentos falam também em “taipa francesa” (pau-a-pique). Segundo outros, quem ensinou aos guaranis a técnica do pau-a-pique foi o P. Roque González de Santa Cruz.

Abrigando comumente várias famílias (até cem ou duzentas pessoas) sob o mesmo teto, essas choças-aldeolas, de forma, ao que parece, às vezes circular, comumente retangular, não tinham paredes divisórias. Seria para poupar espaço ou, em caso de ataque imprevisto, facilitar a fuga? Quando os missionários, com o intento de favorecer a moralidade familiar, propuseram que cada família tivesse sua repartição própria, surpreendeu-os a satisfação com que os índios aceitaram as paredes divisórias, que “permitiam a cada galo cantar em seu poleiro”.

Para conquistar a benevolência dos índios, respeitava-se inicialmente seu gosto natural, tanto na forma das casas como em sua disposição ao redor da capela, até se convencerem das vantagens das quadras ordenadas ao redor da praça, como também das paredes divisórias para cada família. Morando em salas contíguas, as famílias podiam prestar-se mútua ajuda. Já não se pensava em fuga desabalada de crianças e mulheres, visto que tão grande ajuntamento de guerreiros tornava quase inatacável a Redução.

Aos fundadores das primeiras Reduções recomendara o padre provincial o sistema europeu de habitação: quatro famílias em cada quadra, com casa isolada, horta particular e lugar para alguma criação. Mas esse plano falhou. Após a liberdade inicial das tabas não planejadas, passou-se ao sistema dos blocos de casas, munidos de paredes divisórias para cada núcleo familiar. No correr dos anos registrou-se bastante progresso, tanto na solidez como no acabamento da construção. As primitivas choças de palha, com o fogão aberto entre duas ou três pedras, no meio da casa ou em frente dela, eram constante perigo de incêndio de grandes proporções. Por volta de

1725, as casas eram, obrigatoriamente, cobertas de telha, e as paredes eram de pedra, ao menos até uns 80 cm acima do chão, podendo o resto ser de adobe. Os adobes, ao serem ligeiramente molhados por fora e assentados com argamassa de barro, formavam massa homogênea, que, protegida pelas varandas contra o sol e a chuva, podia durar séculos.

Olhemos agora mais perto um bloco de casas: uma fileira de seis a oito salas quadradas, de 5 x 5 ou 6 x 6 metros. Esse conjunto, cercado por corredor de dois a três metros de largura, estava coberto com telhado de duas águas, elevando-se a cumeeira a uns cinco metros do chão. Há quem sustente que em São Miguel a fileira de aposentos era dupla, e a cumeeira, conseqüentemente, mais elevada.

E por que razão não tinham as Reduções casas isoladas, segundo o costume europeu? Primeiramente lembremos o apego dos índios à vida em comunidade, não só dos membros da família, mas ainda de parentes e conhecidos. Além disso havia evidente economia de terreno, material de construção e mão de obra. Oito aposentos justapostos, dispensam sete paredes laterais, e, no caso de fileira dupla, também uma parede longitudinal, com uns 40 ou 50 metros de comprimento. Os índios aceitaram blocos de casas com paredes divisórias, mas não teriam aceito, ao menos não nos inícios, casas isoladas, distantes umas das outras. Seria inútil e antipedagógico querer romper com uma tradição secular, muito cara ao coração do índio.

Alguns autores, com 30 ou 40 anos de vida missionária, negam qualquer subdivisão interna no apartamento da família. Outros falam de esteiras ou tabiques, suspensos do alto ou das paredes, o que explicaria a existência de argolas nas paredes, em ruínas missionárias. Talvez se possa concluir que não havia subdivisões permanentes, mas apenas tabiques de taquara ou esteiras de junco, só colocados à noite, para obter alguma separação. A extrema simplicidade dos índios, acostumados a ver tudo com muita naturalidade, sem a mórbida curiosidade sexual de outros povos, não exigia muitas precauções. A juventude casava cedo (aos 15-17 anos), e obtinha então casa própria.

Era simplicíssima a mobília da casa: algumas prateleiras embutidas na parede, como se vê nas ruínas de Santo Inácio Mini, para guardar as painéis de barro, os porongos de água potável, alguns

recipientes com as sobras de aipim e batata doce, etc.⁷. Além disso terá havido alguns cabides ou ganchos de madeira, para pendurar as roupas. Nos cantos, alguma caixa de madeira ou de couro cru, ou canastras de cipó e taquara, com mantimentos frescos, vindos da roça, como espigas de milho, raízes de aipim, batata-doce, abóbora. Mesas não havia, nem cadeiras, bancos, armários, baús. Os índios se assentavam em redes ou no chão, ou permaneciam de cócoras. Encontram-se em museus alguns banquinhos, feitos de raízes de árvores, mas provavelmente eram apenas objeto de arte.

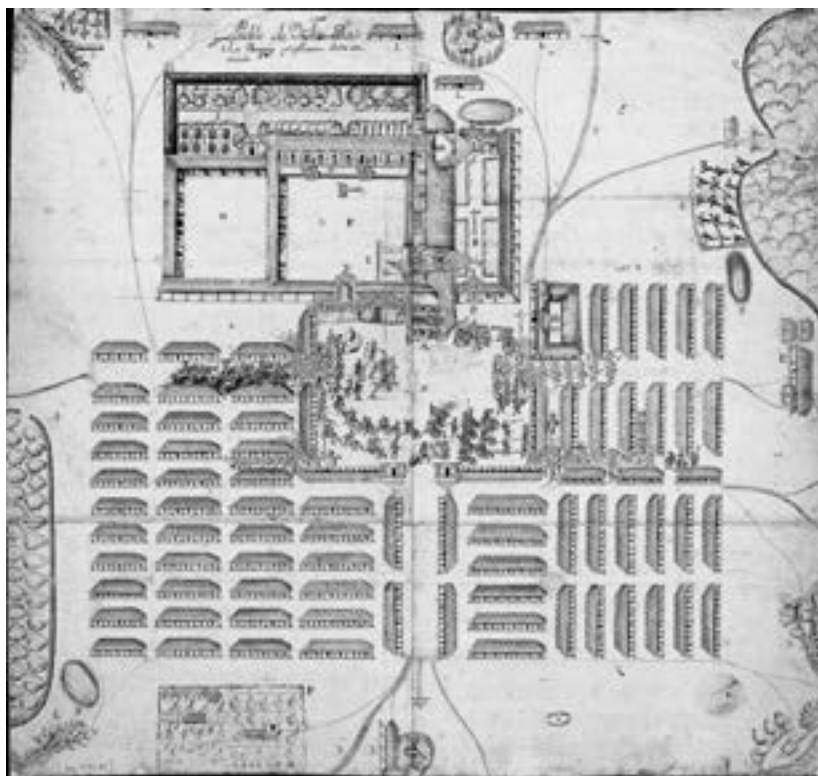
Parte essencial da mobília era a lareira, que constava de algumas pedras, ajeitadas no meio da sala ou na varanda, diante da porta. A muitos causa estranheza que os índios das Reduções, com um padrão de vida superior ao da classe média espanhola coeva, tivessem fogão tão primitivo e sem chaminé. Mas haveria coisa mais prática, para suspender ao fogo as panelas de barro, ou assar a carne em espeto? Além disso, uma lareira aberta esquentava melhor o ambiente, nas noites geladas do inverno; no verão atenuava-se o fogo e, para afugentar os mosquitos, aumentava-se a fumaça, que para os índios não era problema.

E a questão da herança? O índio não era dono de sua casa, mas inquilino; a casa era da Comunidade. Herança individual de uma casa era para o índio um conceito completamente desconhecido. Entre os selvagens, os ranchos eram da tribo. Assim também nas Reduções, o índio nem sequer pensava em herdar a casa de seus pais. Ele tinha a sua, e também seus filhos, ao se casarem, receberiam casa própria. Para quê ter duas casas, se para morar basta uma? Todas as reparações, demolições e reconstruções eram decretadas pelo “cabildo” (câmara de vereadores, presidida pelo corregedor) e executadas pela equipe construtora (pedreiros, carpinteiros, telheiros e ajudantes), talvez sem o auxílio direto dos futuros usuários, então ocupados em outros trabalhos, em favor da comunidade. A adjudicação da casa para cada família era da competência do cabildo.

O viúvo que não pudesse viver em casa de um dos filhos aceitava a companhia de órfãos, sustentados pela comunidade, que providenciava pela alimentação, vestuário e remédios. O mesmo valia para a viúva; esta, porém, tinha a alternativa de recolher-se ao asilo,

7. A mandioca, ainda hoje em dia, se cozinha para vários dias, em terras do Paraguai, onde, em parte, substitui o pão. Vale o mesmo quanto à batata-doce, cozinhada em água ou assada nas brasas.

sendo sustentada pela comunidade, que assim retribuía o trabalho que ela e o marido, no passado, haviam feito por seu povo. Nunca uma casa abrigava somente órfãos: estes iam morar com os irmãos casados ou parentes; as meninas órfãs podiam também ser acolhidas no orfanato.



A redução de São João, segundo plano de P. Sepp.

O ASILO-ORFANATO E O ALBERGUE

O “cotiguaçu”

O asilo-orfanato, além de viúvas e órfãs desamparadas, acolhia mulheres abandonadas (por infidelidade ou longa ausência do marido, ocupado nos ervais, em viagens ou na guerra), se não tinham de quem cuidar ou quem delas cuidasse; servia também de reformatório (penitenciária) de mulheres de vida censurável (penitentes). O nome usual era, em guarani, “cotiguaçu” (casa grande) ou “tupanciró” (casa da Mãe de Deus); em espanhol: “casa de la Virgen” ou “casa de recogidas”. Situava-se ao lado do cemitério, interposta uma rua. Encostadas em alto muro, fechado em quadrilátero, as salas das recolhidas comunicavam com o jardim interno por um largo corredor coberto, onde as inquilinas faziam seus trabalhos manuais e recreações. É provável que morassem em salas amplas, agrupando-se conforme a idade e as amizades. A segurança do asilo-orfanato era garantida por duas chaves diferentes para a única porta externa. A porteira de dentro e o porteiro de fora deviam ser de idade madura e dignos de toda a confiança.

Havia autorização para algumas saídas diárias: para ir à missa e ao rosário, para lavar a roupa no arroio ou no tanque comum, para buscar lenha, água e mantimentos. Por ordem do padre provincial, os açougueiros entregavam a carne à porta do asilo. Possivelmente ficava aos cuidados das asiladas a limpeza e o ornamento da igreja e do cemitério e talvez uma escola de artes domésticas, de que escrevem alguns autores. Mas o trabalho principal era fiar lã e algodão para si mesmas e para a comunidade. Duas vezes por semana recebiam elas sua tarefa de lã e algodão. É possível que entre elas se encontrassem as exímias bordadeiras e rendeiras, de que falam os missionários. Inicialmente as índias terão aprendido das espanholas, temporariamente hospedadas nas Missões; para depois se aperfeiçoarem, bastava desfiar modelos e imitar a técnica.

Lugon, em “A República Comunista-Cristã dos Guaranis”, deixa-se levar por descabida indignação contra os jesuítas, por não terem fundado conventos femininos para religiosas indígenas. O asilo foi uma experiência positiva e, com o tempo, poderia transformar-se em convento religioso.

O “tambo”

Nos documentos das Reduções há bastantes referências aos tambos. Eram albergues, aos quais os forasteiros podiam recolher-se gratuitamente, por três dias, com sua tropa de mulas ou caravana de carretas, à semelhança dos caravançarás do deserto. Nenhum documento indica a localização desses tambos, nem suas ruínas puderam, até hoje, ser identificadas com certeza. Naquela região do Paraguai, as casas eram feitas de adobe, com telhado de telha. Caído o telhado, o adobe se desgastava em pouco tempo, nas chuvas torrenciais. Assim, os tambos não terão durado muito.

Exigia-se do tambo que tivesse um curral, para soltar os animais, sem perigo de se extraviarem, um recinto fechado, onde os viajantes pudessem estender suas redes de dormir, e mais alguma área coberta, para guardar as carretas e arreios e ainda expor à venda algumas mercadorias. Os forasteiros não podiam andar à vontade pelo povoado, principalmente à noite, para não seduzirem as índias, tão facilmente ludibriadas com falsas promessas. Nos Trinta Povos das Missões, pelo menos no tempo dos jesuítas, nenhum forasteiro podia permitir-se aventuras amorosas. Daí concluímos que o tambo se localizava na periferia da Redução, talvez até a certa distância, para mais fácil controle, não só dos índios, senão também, e principalmente, dos mercadores.

Uma conclusão, que não se encontra em nenhum documento missioneiro, nem mesmo na obra do P. Furlong, é que, no tempo dos jesuítas, na grande maioria das Reduções não havia tambo regular, talvez só existente nas quatro Reduções mais visitadas por espanhóis, em suas viagens a Assunção: Santiago, Santa Rosa, Santa Maria de Fé e Santo Inácio Guaçu. Havia, sim, muitas capelinhas rurais com pousada anexa, a meio caminho entre duas Reduções, se a distância ultrapassava um dia de viagem. Algumas famílias, moran-

do ali, como sentinelas avançadas da Redução, hospedavam e vigiavam os forasteiros. Não é provável que o exército luso-espanhol, nos vários anos de ocupação dos Sete Povos (a partir de 1756), tenha construído muitos tambos. Consta de documentos que os soldados viviam em suas barracas de campanha, e a severa disciplina militar não facilitava a vida de folgança e aventura. Sob Gomes Freire, escrava apanhada na comitiva de soldados era marcada no rosto com ferro em brasa.

Após a expulsão dos jesuítas (1768), quando já ninguém se preocupava com as seculares leis de Espanha a favor dos índios, e quando os espanhóis já se demoravam livremente nos Trinta Povos, com hospedagem e sustento gratuitos, as coisas mudaram muito. Pode ser que então houvesse estalagens em muitos Povos, já que isso era vantajoso para os ávidos exploradores visitantes. Mas terão sido apenas adaptações de casas de índios, e sua identificação hoje não será fácil.

Em resumo: Não restam tambos das Reduções. Só existentes em algumas Reduções, situavam-se na periferia do povoado ou até um tanto afastados; eram construções precárias, de pouca solidez, e suas ruínas desapareceram ou já não se pode identificá-las.



A igreja de São Cosme e Damião, em seu estado atual!

AS OFICINAS

Em cada Redução havia umas 30 ou 40 oficinas: de escultores, pintores, ferreiros, tecelões, chapeleiros, curtidores, carpinteiros, oleiros, etc. Enquanto o permitia o volume das matérias-primas, localizavam-se as oficinas no segundo pátio. Outras situavam-se fora do povoado, como as olarias que, além de grandes fornos, exigiam extensos galpões para a secagem dos adobes, ladrilhos e telhas. Também se encontravam fora do povoado as carpintarias, onde a madeira de construção, depois de desbastada no mato, era trabalhada com traçador, machado e enxó. Os matadouros, por razões de higiene e comodidade, só poderiam estar fora do povoado, e não no segundo pátio, como afirma o P. Labrador (aliás tão bem-informado quanto às Reduções, às quais dedicou a maior parte de sua vida). Ali, no segundo pátio, estavam certamente os açougues, em que se cortava e repartia a carne para cada família.

Na primeira metade do ano estavam em atividade todas as oficinas; na segunda, só as mais indispensáveis, pois era tempo de cultivar a terra. O primeiro semestre era o período mais indicado para construir ou reformar a igreja e as casas de moradia, abrir estradas, levantar pontes sobre os arroios, fabricar canoas, balsas e até grandes barcos a vela, para dez ou doze toneladas de carga. Era esse também o tempo para buscar gado nas estâncias, trabalhar nos ervais, exportar erva-mate (mais de 80% da carga), algodão, melão e açúcar para Buenos Aires ou Santa Fé, e importar ferramentas (tesouras, agulhas, anzóis, etc.) ou matéria-prima (para o fabrico de machados, facões, sinos, etc.).

Poderia acontecer que os tecelões, por exemplo, não terminassem sua tarefa em meio ano, pois não era pouco o que deles se requeria: os índios já não andavam, como outrora, seminus, mas todos tinham várias peças de algodão e um grosso poncho de lã, pois o inverno era sempre rigoroso. As estatísticas dizem sumariamente:

três a quatro metros de algodão para cada um dos 5 000 ou mais moradores da Redução (uns 20 000 metros) e algo menos de lã, mais a roupa exportada, para pagamento de dívidas. De acordo com as necessidades, mandava-se então aos tecelões (como a qualquer outro artífice em situação semelhante) que, mesmo no tempo da agricultura, continuassem seu trabalho, ficando suas roças particulares confiadas aos cuidados da comunidade.

As mulheres, além de executar os serviços domésticos ordinários, deviam fiar, por algumas horas diárias, lã ou algodão para a comunidade. Na entrega, às quartas-feiras e sábados, pesava-se o que cada qual havia fiado, marcando-se os novelos com tabuletas nominais, para o tecelão poder identificar quem tivesse metido uma pedrinha em seu novelo, para este alcançar o peso exato. Nessa ocasião recebiam a tarefa para os três dias seguintes. Como todas as crianças se vestiam de lã e algodão, à custa da comunidade, o P. Sepp exigia que a roupa delas fosse confeccionada por costureiras profissionais, porque as tesouras em mãos de índias imperitas estragavam muito pano. Era um trabalho estafante, pois tudo era costurado à mão (ótima ocupação para as velhinhas do asilo).

E moinhos? Teria havido moinhos nas Reduções? Os Missionários certamente conheciam os moinhos de água ou de vento. Tinham também os meios de instalá-los, se os julgassem úteis ou necessários. Todavia, nem o P. Cardiel, que tanto se empenha em exaltar o progresso das Reduções em relação ao atraso dos espanhóis vizinhos, nem outro autor algum faz qualquer referência a tais moinhos. Tal silêncio só tem uma explicação aceitável: não havia moinhos nas Reduções, por desnecessários. Os índios não usavam farinha; apenas esmiuçavam o milho seco (quando não o comiam verde) em pilões de madeira, ou cozinhavam-no em grão inteiro, misturado com carne. Também a farinha de mandioca não parece ter sido consumida pelos índios. Os padres (uns 70, nos Trinta Povos) fabricavam seu pão à maneira europeia, com farinha de trigo ou centeio, talvez misturada com farinha de milho. Também os índios enfermos recebiam diariamente seu pedaço de pão europeu, de que muito gostavam. Para o fabrico desse pão, os cereais podiam ser moídos em atafonas, movidas à mão ou, se maiores, por tração animal. As Reduções não poderiam facilmente cultivar trigo para todos os índios, nem tinham recursos para importá-lo em grande quantidade.

O “Archivo General de la Nación — Sección Compañía (de Jesús)” de Buenos Aires contém documentos da ocupação dos Sete Povos pelos espanhóis e portugueses, nos quais se fala de “muito trigo, levado de Buenos Aires ao porto de São Borja, e de lá conduzido em carretas até Santo Ângelo”, num trajeto de várias semanas, que devia transpor três rios, para chegar ao destino. Talvez houvesse por lá algum moinho hidráulico. Mas esse trigo destinava-se às forças de ocupação, não aos padres e índios, já expulsos para a margem ocidental do rio Uruguai.



Cruz do cemitério, São Miguel

O CEMITÉRIO

Os padres, bem como os corregedores falecidos no exercício de seu cargo, eram sepultados na igreja. À direita da igreja situava-se o cemitério, dividido em quatro seções (para homens, mulheres, rapazes, raparigas). Canteiros de flores emprestavam-lhe aspecto de jardim. No centro erguia-se uma grande cruz de pedra. Os monumentos funerários, em vez de cruzes em pé, segundo o costume europeu, eram lajes deitadas no chão, com o nome e a data de falecimento, como ainda se pode ver no cemitério de Santa Maria Maior, apesar de invadido pelo mato. Sepulturas com cruz, encontradas em Loreto, São Miguel, São Lourenço e São João, são de época posterior às Reduções.

Os jazigos não terão sido perpétuos, como facilmente se pode deduzir da falta de espaço. Uma povoação de 5 000 habitantes, com uns 100 falecimentos anuais, precisaria, em 150 anos, de umas 15 000 sepulturas. Ora, os cemitérios geralmente não passavam de 60 x 100 metros. E mesmo depois, quando, por ordem do padre provincial, foram alongados para o fundo, para dentro da horta, não comportariam tantos monumentos. Provavelmente, após algumas gerações, abria-se, no mesmo lugar, nova sepultura.

Como os índios, inconsoláveis, tinham o vício de mexer nas sepulturas de seus parentes, as vítimas da peste eram enterradas fora do povoado, em valas comuns, guardadas por sentinelas de confiança. Em suas cartas, os padres falam muito do cemitério ao lado da Igreja, sem qualquer referência à conservação do cemitério de epidemia. Provavelmente, após determinado tempo, os ossos dos empestados eram trasladados para o cemitério comum, pois já passara o perigo de contágio. Havia uma ou duas capelinhas para velório, onde a dignificação dos funerais pudesse minorar a tristeza do luto, na esperança de ressurreição. Segundo o P. Lozano, após um século de cristianismo, os índios ainda não acreditavam que a morte era o desenlace fatal da vida humana; atribuíam-na a causas exter-

nas, naturais ou preternaturais, evitáveis. Proteger a vida, esconjurando a morte e os espíritos maléficos, tinha sido a missão precípua dos pajés, de tanta reputação entre os índios.



São Miguel, ruínas

A REDE DE ÁGUA E ESGOTO

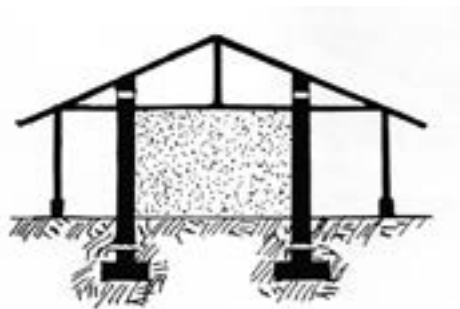
Como a Redução, por motivos de salubridade, sempre se situava no alto de uma colina, sendo desmatados os arredores, para melhor visibilidade e defesa contra assaltos imprevistos, surge a questão do abastecimento de água para 5 ou 6 mil habitantes, grandes apreciadores dos costumados banhos diários. Os documentos são, neste ponto, raros e lacônicos. O P. Furlong fala de sucessivas mudanças das Reduções, até acertarem com todas as condições de água, madeira, salubridade, etc. Os Sete Povos Orientais, fundados com menos urgência, puderam acertar, de imediato, com os lugares mais aptos. Devemos admitir que todas as Reduções tinham água suficiente pois era condição imprescindível para uma fundação. Não esqueçamos que naqueles tempos pode ter havido fontes, hoje extintas ou enfraquecidas, por causa do intenso desmatamento. Também é possível que a água potável se encontrasse mais perto da Redução, e mais longe a água para banhar-se e lavar a roupa.

Será admissível a existência de canalização de água para dentro do povoado? Não se deve, de antemão, descartar o uso de máquinas hidráulicas, para levar a água. Os missionários certamente conheciam o uso de noras, puxadas por bois ou burros ou pela mesma água, existentes em Espanha e Portugal. Todavia, o mutismo absoluto dos documentos a respeito de tais engenhos não nos permite supor, sem mais, sua existência nas Reduções. Nas ruínas de alguns Povos foram encontrados tanques em níveis diferentes e ligados entre si por canais. Com boas razões opina o P. Furlong que o primeiro tanque era de água potável; o segundo, para lavar-se; e o último, para lavar a roupa. Para esses tanques, a água terá sido levada por canais, abertos no chão, ou por aquedutos elevados, feitos de pranchões? É estranho que sobre isso nada se tenha escrito.

Terão os índios cavado poços, para captar águas mais profundas? Terão construído cisternas de águas pluviais, quando não havia cal, para impermeabilizá-las? A documentação missioneira consultada nada informa sobre tais questões.

Outro ponto obscuro é a rede cloacal. Se nos fundos dos blocos de casas só havia rua pública, onde se localizavam as privadas dos índios? Não, certamente, na periferia do povoado, pois não é admissível que as crianças e os velhos, e especialmente os doentes, corressem, em noites frias e chuvosas, centenas de metros, com todas as possíveis consequências. Provavelmente se achavam as retretes na cabeceira em declive, no sentido centro-periferia, ligadas por fosso subterrâneo, escoadouro das águas pluviais.

Na igreja de Santo Inácio Guaçu, queimada no início deste século, o P. Furlong fotografou, na parede posterior, certas instalações, só explicáveis como uma série de retretes. Esta versão, segundo ele, é confirmada por antigos moradores do lugar. Na estância de Jesus Maria, em Córdoba (hoje patrimônio nacional), ainda existe uma retrete do tempo das Reduções. Refere ainda o P. Cardiel que os mijadouros dos índios eram, periodicamente, raspados, para a obtenção de algum salitre, necessário para o fabrico de pólvora. Para finalizar, diga-se a bem da verdade que, em questão de higiene, as Reduções superavam em muito as cidades espanholas dos arredores.



Planta de uma casa de índios com
duas galerias exteriores

QUARTA PARTE
ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS POVOS



Crucifixo procedente das Reduções, atualmente em Porto Alegre

O GOVERNO CIVIL

O governo civil era, juridicamente, atribuição do “cabildo”, que exercia os três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Não é fácil determinar exatamente as funções de cada um de seus componentes: corregedor (prefeito, presidente da câmara e do tribunal de justiça), tenente-corregedor (vice-prefeito), dois alcaides urbanos (juizes), dois alcaides da irmandade (delegados para assuntos rurais), regedores (delegados de bairro), alfêres real (porta-estandarte e chefe militar), escrivão (secretário), alguazis (policiais). Eram administradores públicos, subordinados ao cabildo: o mordomo (procurador da fazenda) e seus auxiliares: contadores, armazenistas e fiscais.

O cabildo era uma instituição obrigatória por lei de Espanha, e nunca faltaram, durante 150 anos, amigos e inimigos das Missões, para fiscalizar o cumprimento dessa lei. Ora, jamais alguém negou a existência dos cabildos ou o exercício efetivo de seu governo. Temos, além disso, muitos documentos que comprovam, direta ou indiretamente, suas eleições anuais. Seria difícil, para não dizer impossível, tal acervo de documentos falsificados ou meramente formais. Pode parecer que o cabildo era um governo-fantoches, pois, na prática, quem governava era o cura, cuja opinião, sempre consultada, era decisiva, já que aos índios faltava o tino administrativo, especialmente previsão e planejamento. Mas é preciso reconhecer que acatar o parecer de um sábio conselheiro não é abdicar ao cargo de governante, antes é garantir uma boa gestão.

Da parte dos padres foi necessária muita habilidade e prudência, para introduzir uma autoridade superior à dos caciques. Antes de sua conversão tinham eles sido os chefes supremos de seus vassallos, e só em caso de guerra elegiam um comandante geral. Nas Reduções, porém, era necessária uma autoridade central, por ser impossível harmonizar e coordenar 5 ou 6 mil índios, sem unidade de governo. Para introduzir o cabildo, prescrito por lei, usaram os

padres a tática de apresentá-lo como suprema honra e incomparável prestígio, a que, normalmente, só os caciques podiam aspirar.

O corregedor, proposto pelos caciques e padres da respectiva Redução, era nomeado pelo governador de Buenos Aires: Os demais cabildantes, bem como os oficiais subalternos, eram eleitos, antes do fim do ano, pelo cabildo em exercício, depois de consultado o padre, porque este, melhor que ninguém, sabia quem era o mais apto para cada cargo. Realizava-se a solene tomada de posse em dia de Ano Bom, no átrio da igreja. Lidos os nomes dos eleitos, cada qual recebia, das mãos do padre, sob alegres tocatas da banda de música, as vistosas insígnias de seu cargo. O cabildo tinha assento reservado na igreja, e vestia trajes oficiais em todas as funções públicas.

A execução dos decretos do cabildo confiava-se principalmente aos caciques, que eram os responsáveis pela conduta de seus vassalos, e os intermediários entre estes e o cabildo. Em qualquer ofício ou trabalho em grupo havia sempre um capataz de confiança, entendido no assunto. Uma característica das Reduções era a perfeita engrenagem das diversas instâncias administrativas. Daí seu eficiente funcionamento. O adágio espanhol “se obedece, pero no se cumple” não se aplica aos Trinta Povos, que cumpriam, com rigorosa fidelidade, todas as sábias leis e ordenanças. Aí está um dos segredos de seu grande sucesso.

O SISTEMA POLICIAL

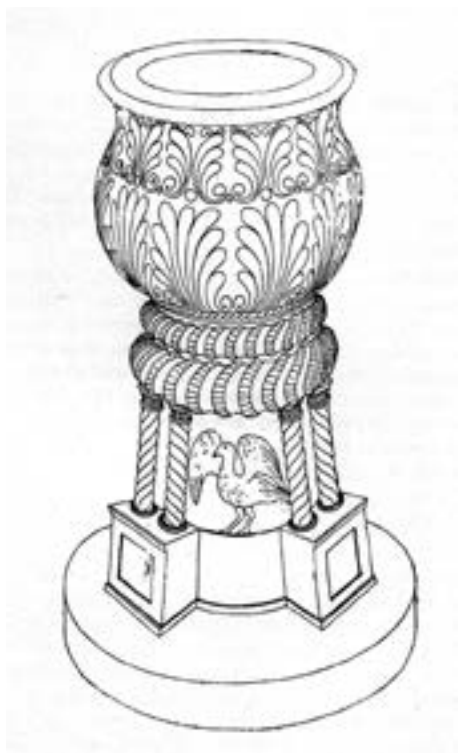
Muito influíam, na conduta dos índios, os motivos religiosos. Os conceitos de culpa e castigo andavam tão unidos e inseparáveis, que da impunidade de um ato facilmente deduziam sua liceidade. Sentindo-se culpados, queixavam-se ao padre, se não levavam o merecido castigo, desejosos de reparar o mal praticado. Para a educação cristã desse povo primitivo, singelo e bom, havia necessidade de constante vigilância e frequentes sanções.

Cada Povo se dividia em bairros, não tanto pela demarcação do terreno, como pela circunscrição dos cacicados. Em cada bairro, de um ou vários cacicados, havia um regedor (delegado), membro do cabildo. Cada grupo de trabalho tinha seu capataz, que devia dar o bom exemplo, admoestar os faltosos e relatar ao regedor e ao padre o que de importante havia acontecido. Dava-se o mesmo nos grupos juvenis, sempre presididos por um adulto de confiança. Quando toda a aldeia dormia “o sono dos justos”, guardas noturnos, que se revezavam de três em três horas (das 21 às 6 horas), vigiavam todas as ruas. Havia, assim, constante policiamento preventivo, exercido, não por polícias profissionais, mas pelos caciques e chefes subalternos, que presidiam o trabalho e vigiavam o repouso.

Ao policiamento preventivo oficial acrescia a espontânea vigilância do povo, que, com muita singeleza, denunciava tudo quanto não lhe parecesse estar bem. Os mais atilados vigilantes da moralidade pública eram, ainda assim, as crianças. Era difícil acontecer algum abuso que os padres não chegassem a saber, mesmo porque eles exerciam pessoalmente contínua vigilância, para que os próprios vigilantes se sentissem vigiados. Longe de quererem um Estado policial, os missionários se acomodavam à índole dos nativos, temperando a firmeza do regime com amorosa compreensão e paternal benevolência.

Comparando esse sistema de policiamento com o que vigora em qualquer parte do mundo civilizado, vemos que a vigilância entre

os índios era bem mais primitiva, mas não menos eficiente, já que os delinquentes eram também primitivos. Cremos que não existia, nas Reduções, uma corporação de policiais estáveis, profissionais. Membros do cabildo, os poucos policiais então necessários eram eleitos anualmente. O delegado, precisando do braço armado, apelava para a milícia.



Pia batismal das reduções, hoje na igreja de São Miguel, Paraná (Arg)

O PODER JUDICIÁRIO

A administração da justiça, que consiste em averiguar o delito e a culpabilidade, proferir o veredito e ordenar sua execução, era da alçada do corregedor e dos alcaides (juízes). Juridicamente eram eles os detentores do poder judiciário, aprovados pelo governador. Na prática, antes de proferir a sentença, conscientes da superioridade do padre em destrinçar casos complicados, pediam-lhe a revisão do processo. Assim, quem administrava a justiça, ao menos em casos mais graves, era o padre, cujo parecer era sempre acatado. Em 1747 proibia o padre provincial que os réus ficassem entregues às mãos dos alcaides, porque estes, muito impulsivos, usavam torturas, para extorquir confissões, levando até inocentes a confessar graves delitos. A prudência e benignidade do padre evitava que se condenasse o inocente, ou se castigasse o delinquente com excessivo rigor. Em casos muito complicados devia o cura consultar o superior das Missões ou algum jurista. Se necessário, o padre provincial nomeava o juiz-de-pleitos, com a incumbência de examinar o aspecto jurídico de questões litigiosas, e sugerir ao superior a sentença mais acertada.

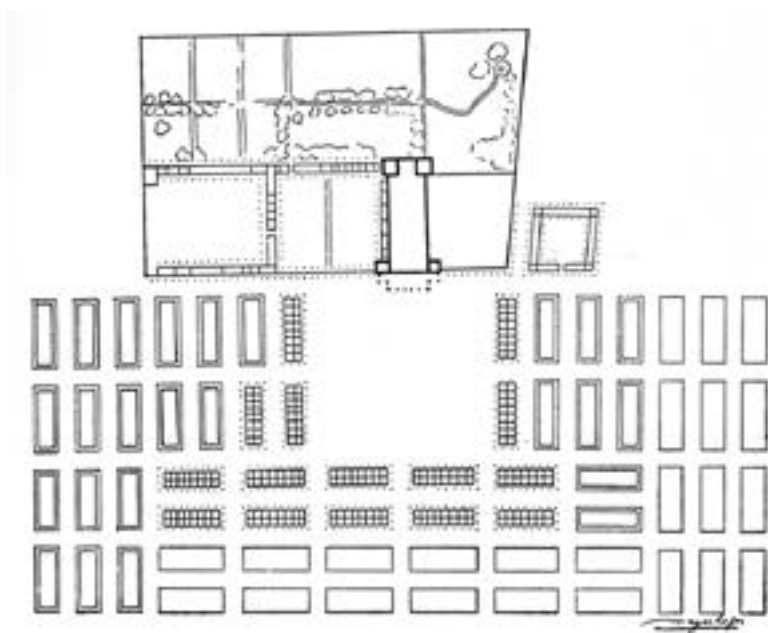
É certo que, nas Reduções, havia cárcere. No entanto, em dezenas de milhares de páginas manuscritas, não encontramos qualquer documento que nos diga onde estava o cárcere e qual seu arranjo interno. Em cartas aos missionários, o padre provincial insiste na necessidade de se colocar assoalho de tábuas no cárcere, para que os presos, com os pés e os pulsos ou o pescoço imobilizados pelo cepo, “não fiquem deitados sobre a terra nua”. Eram também usados os grilhões. São tão raras e lacônicas as referências ao cárcere, que nos fica a impressão de que ele só se destinava aos homicidas e aos delinquentes pertinazes, colocados no cepo, até quebrar-se sua fúria insana.

O assassino, por lei espanhola, devia ser condenado à morte ou à prisão perpétua. O padre, pelo direito canônico, não podia aconselhar nem aprovar sentença de pena capital. Nesse caso, o que

fazer com o assassino? Sua transferência para Buenos Aires, para ser julgado pelo governador, trazia graves inconvenientes: apesar da forte escolta militar de uns 20 ou 30 homens armados, necessária para a defesa da expedição contra os índios charruas, que bloqueavam todos os caminhos, o réu quase sempre conseguia evadir-se durante a longa viagem de várias semanas ou até meses, ou, se chegava ao destino, era solto pelo governador, por não poder este satisfazer as formalidades legais, para a instauração de processo regular. Em vista disso, aconselhavam os padres aos juizes indígenas a sentença de prisão perpétua. Visando, porém, menos a satisfação da justiça que a correção do delinquente, aproveitava-se, após alguns anos de detenção (nunca mais de dez), uma boa oportunidade, como a visita do padre provincial, do bispo ou do governador, para indultar o réu, já arrependido e recuperado.

Contrasta com o moderado uso do cárcere o frequente recurso ao açoite, mais eficaz que a detenção e geralmente preferido por parte dos delinquentes. Procurando falsificar a verdade histórica, afirmam alguns autores tendenciosos que, nas Reduções, o chicote funcionava, dia e noite, sem parar. Estabelecendo a tese da opressão e da violência (talvez por não conhecerem a força do amor), esquecem-se de explicar como dois homens estrangeiros, inermes e pacatos, conseguiam “dominar” 5 ou 6 mil selvagens, sem neles suscitar ódio e revolta, antes, ao contrário, gratidão, amor e veneração. Há um código penal em qualquer nação. Também o tinham as Missões, onde a severa e contínua vigilância evitava muitos crimes. Em vista do pronto arrependimento dos índios, que, com raríssimas exceções, agiam menos por maldade que por impulsividade, convinha que se lhes desse oportunidade de imediata recuperação. Por isso não se recorria ao cárcere, mas aos açoites, aplicados em praça pública, para que os circunstantes pudessem controlar qualquer abuso na execução do castigo. Para obviar a arbitrariedade, estabelecera-se, para cada delito, o número de açoites: homicídio (em caso de comutação da prisão perpétua, consideradas, certamente, a gravidade da culpa e a pena já cumprida): 80 ou mais; imoralidade pública (ponderada a gravidade do escândalo): de 30 até 60; feitiçaria, embriaguez e outras faltas menores: 25 ou menos. Açoites em número elevado eram aplicados “em prestações”, com intervalo de dias, para não se prejudicar a saúde do réu.

Todo o sistema penitenciário das Missões, ao contrário dos tribunais europeus, não castigava na proporção do delito, para o restabelecimento da justiça lesada (justiça punitiva), mas na medida em que o exigia a recuperação do delinquente (justiça medicinal). Alcançada a correção, indultava-se o réu. Convencidos, por própria experiência, que a penalidade decretada, com a aprovação do padre, era ditada pelo amor, e não pelo ódio ou vingança, os índios vinham, após o castigo, beijar a mão do missionário, gratos por lhes haver restituído o bom-senso. Talvez o leitor, à vista de tal sistema judiciário e penitencial, apenas consiga sorrir. No entanto, naquelas circunstâncias, era o mais aconselhável e eficiente. Será mais eficaz e humano o sistema atual de justiça e penitenciária?



Planta da Redução de São Miguel

MILÍCIA

Quiseram os guaranis significar no próprio nome sua índole de povo guerreiro (guarini = guerreiro). No paganismo, a ocupação principal dos guaranis e sua grande paixão tinha sido, ao lado da caça e da pesca, a guerra. Destruídas pelos bandeirantes mais de 30 Reduções, evidenciava-se a necessidade de armar os índios missioneiros, organizando-os, não em exército regular e profissional, mas em milícias, a exemplo das tropas montadas das colônias espanholas. Mas não seria imprudente e temerário substituir arcos e flechas por armas de fogo? Os missionários hesitaram, mas não havia outra alternativa. Se para guerrear tribos indígenas, bastava saber manejar arco e flecha e o macaná (ou tacape), bem outra era a situação frente à milícia dos europeus, munidos com armas de fogo. Os índios fatalmente eram vencidos e escravizados. As milícias indígenas, com armas de fogo, eram inelutável necessidade; dependiam, porém, do beneplácito do rei.

Por 1640 obtiveram os índios, para um caso particular, licença especial de adquirir armas de fogo. Mais tarde o governador, o vice-rei e o próprio rei lhes concederam licença geral. Os exercícios militares foram, daí por diante, vivamente recomendados pelos padres provinciais, em suas visitas às Reduções. Houve muitos protestos por parte dos espanhóis, com o justificado temor de que os índios, apesar de cristãos, eventualmente se insurgissem contra eles, em represália por tantos e tão graves danos, que os brancos lhes haviam infligido. À muita gente doía a impossibilidade de escravizar os índios, antes indefesos e agora armados. Com a vitória de Mbororé, em que os índios rechaçaram e aniquilaram uma fortíssima bandeira paulista, vinda para arrebanhá-los na margem ocidental do rio Uruguai, perceberam os governantes a grande utilidade das milícias guaranis e exortavam-nas ao aperfeiçoamento de sua organização e preparo militar. Foi tal a gritaria dos espanhóis, que, por volta de 1660, foram recolhidas todas as armas de fogo. Só em 1679 foram definiti-

vamente liberadas. O acerto dessa concessão mostrou-se já no ano seguinte, quando os guaranis expulsaram os portugueses da Colônia do Sacramento. Permaneceu a instituição da milícia até a expulsão dos jesuítas (1768).

Nos Trinta Povos, o total de milicianos não terá ultrapassado muito a cifra dos 20 000 homens, variando o contingente de cada Redução de acordo com sua população. Cada Povo formava oito companhias: quatro de infantaria e quatro de cavalaria. Essa estrutura se refere menos ao meio de locomoção que as armas e à maneira de pelejar: a infantaria manejava mais o fuzil, enquanto a cavalaria lutava principalmente com a lança. Todos os meses (em casos urgentes, cada domingo à tarde) havia manobras militares e exercícios de tiro ao alvo, sendo premiados os melhores atiradores. Todas as armas e munições eram guardadas sob chave, numa das salas do primeiro pátio. Acesso direto ao arsenal só o tinham os padres e, com sua autorização, os chefes da milícia. Em mãos de particulares ficavam apenas seus arcos e flechas, seus tacapes e facões.

Em tempo de guerra ou grave ameaça, o superior das Missões nomeava diversos intendentess-de-guerra, geralmente os curas das Reduções mais ameaçadas. Estes deviam mandar patrulhas de reconhecimento em todas as direções, fazer o levantamento da situação e remeter um relatório ao superior das Missões, sugerindo-lhes as medidas defensivas mais oportunas e urgentes. No caso de ataque inesperado, os intendentess deviam convocar também as milícias dos Povos vizinhos. Havia intendentess nas vias fluviais (alto e baixo Paraná, alto e baixo Uruguai) e na banda oriental do rio Uruguai: para o planalto, para a depressão central, rumo ao rio Jacuí, e para o sudeste, rumo ao caminho dos portugueses entre Laguna, Rio Grande e Colônia do Sacramento.

Qual a posição dos jesuítas, face à milícia missioneira, que lhes acarretava tantos dissabores e infandas calúnias? É certo que não simpatizavam com esse método de “civilizar” os índios, mas era um mal necessário.

PLANTA APROXIMADA



Planta aproximada de Santo Inácio Mini, segundo Vicente N. Mora

QUINTA PARTE
PEDAGOGIA, CIÊNCIAS E ARTES



Anjo com flores, em Santo Inácio Guaçu

A RELIGIOSIDADE INDÍGENA

Reconhecendo o grande valor da civilização (progresso material, social, cultural, artístico, etc.), os missionários jamais admitiriam que ela fosse negligenciada. No entanto, sempre davam mais importância à religião (culto divino, vida sacramental, ascese, moralidade, etc.), como, direta ou indiretamente, atestam centenas, talvez milhares de documentos. Os índios, aos poucos imbuídos da mentalidade cristã, não tardaram em descobrir que existe uma escala de valores mais real e objetiva que a dos impulsos sentimentais. A religiosidade indígena é, muitas vezes, tachada de mera prática externa de uma religião que lhes era estranha. A pompa externa das práticas religiosas era, sem dúvida, absolutamente necessária. Mas as exterioridades que cercavam o culto penetravam lentamente em suas almas e excitavam motivações superiores e vivências religiosas profundas.

Para provar a grande importância atribuída à religião e a primazia que ela sempre tinha no coração dos índios, bastam alguns argumentos:

- 1) O muito ensino religioso dado a todos os índios: as crianças recitavam, duas vezes ao dia, o catecismo em perguntas e respostas, e diariamente se lhes explicava a doutrina cristã, assistida também por muitos adultos; além disso, todos os domingos e dias santos havia sermão (e que sermão), repetido, após a missa, por dois caciques mais eloquentes.
- 2) O tempo relativamente longo que se dava, todos os dias, às práticas religiosas: quase duas horas diárias, destacando-se a missa matutina e o rosário vespertino.
- 3) A profunda devoção dos índios na recepção dos sacramentos e seu fervor em todas as demais práticas religiosas, também quando não se sentiam observados.

4) A dedicação dos índios no arranjo interior e exterior da igreja, e o esplendor do culto divino, ao qual nada devia faltar, ainda que faltasse alguma coisa à mesa, roupa ou moradia.

5) Os muitos cantos religiosos, em língua guarani, que os índios cantavam durante o dia e à noite.

6) A vida inocente da grande maioria dos índios, que transcorria quase sem pecado, segundo o testemunho de pessoas bem informadas.

Lembra o P. Peramás que o papa Bento XIV, mais de uma vez, propôs as Missões jesuíticas dos guaranis como modelos de vida cristã. Não menos bem impressionado deve ter estado o rei Filipe V, ao felicitar os missionários do Paraguai — ainda segundo o P. Peramás — pela “insuperável religiosidade, esplendor e devoção das igrejas guaranis e do culto divino”. Em 1700 a Sagrada Congregação para os Religiosos recebia este informe oficial: “O ensino da religião é tal, que as crianças guaranis sabem melhor a doutrina cristã que, aqui, os espanhóis de 40 anos”.

Em todos os Povos guaranis erigiram os padres duas congregações: uma de Nossa Senhora, para os adultos, e outra de São Miguel, para os jovens. Em 1717, na Redução de Conceição, então com 4 176 almas, a congregação de N. Sra. da Candelária contava com 438 membros, e a de São Miguel com 480, num total de 918 congregados (mais de 1/5 da população). Esses dados adquirem seu real significado ante a rigorosa provação e seleção dos candidatos. Expressamente se informa que “não se admitia ninguém, antes de comprovados seus bons costumes”. Os congregados e, a seu exemplo, muitos outros comungavam mensalmente ou até em todos os dias festivos, quando ainda não se difundira a prática da comunhão frequente entre as cristandades europeias.

O veredito sobre a espiritualidade dos índios não se há de basear no esporádico e circunstancial, mas no habitual, dando mais peso à regra que à exceção. Casos isolados de conduta repreensível e escandalosa não invalidam nem deslustram a vida exemplar da grande maioria dos índios das Reduções.

A FAMÍLIA GUARANI

Os guaranis, quando pagãos, praticavam, como os demais índios, a poligamia, o divórcio e o infanticídio, e deixavam os filhos crescer em extrema liberdade, cuidando apenas que aprendessem a manejar as armas ou as panelas. Encontra hoje defensores a política que procura manter os índios em sua cultura primitiva, também quanto à vida matrimonial e familiar. As “Leyes de índias” seguiam outros princípios: além das exigências da moral cristã, havia a necessidade de criar condições para a vida em Reduções, como único meio de evitar o aniquilamento dos nativos pelos conquistadores.

Feita esta situação no tempo, podemos inquirir sobre a família guarani cristianizada. Surpreender-nos-á uma impressionante moralidade matrimonial. Ainda que, como lamentam os missionários, tenham anualmente fugido alguns índios com suas amantes, era porcentagem mínima para 30 000 casais, que se orientavam pelas normas da moral cristã. As “cartas ânuas”, que os padres escreviam aos superiores, referem não poucos exemplos de mulheres que morreram em defesa de sua fidelidade ao marido. Tão alto nível de vida matrimonial era fruto da religião, que mudara profundamente o conceito do guarani a respeito da mulher. Antes de sua conversão, ele a considerava mais como força de trabalho e geradora de filhos; depois aprendeu a considerá-la, mais e mais, como pessoa humana, filha de Deus e companheira na caminhada para a eternidade.

Um caso especial surgiu com a conversão do polígamo. Qual das várias mulheres podia, como única legítima, continuar a seu lado? Dividiram-se as opiniões dos moralistas: achavam uns que ele devia ficar com a primeira; outros defendiam que ele podia escolher qualquer uma dentre elas. O papa Urbano VIII aprovou a doutrina do cardeal De Lugo, que sustentava não ter o polígamo indígena compromisso matrimonial com nenhuma das companheiras, já que, de acordo com sua mentalidade, ele não pretendia unir-se com elas no vínculo indissolúvel. Assim, todos esses casamentos eram nulos, e as companheiras não passavam de concubinas.

No campo da moralidade sexual, não havia, entre os índios, o grave problema das relações pré-matrimoniais, pelo fato de casarem muito jovens: o noivo aos 17 anos, e a noiva aos 15. Normalmente não havia razões ponderáveis para adiar o casamento. Depois de os nubentes e seus pais chegarem a um acordo, cabia ao padre a dura e espinhosa tarefa de examinar os possíveis impedimentos, a questão da liberdade, etc. Todos os casamentos se realizavam aos domingos de tarde, provavelmente só em certas épocas do ano, pelo que somariam algumas dezenas de cada vez. Reuniam-se todos os pares no pórtico da igreja, donde eram conduzidos até o altar, ao som de alegres cantos e músicas. A comunidade preparava o banquete nupcial, com bastante carne de rês, assada ao espeto, enquanto cantores e dançarinos e a banda de música divertiam os convidados. Os novos casais recebiam da comunidade: casa, roupa, mantimentos, todo o necessário para si e para os filhos nascíveis, e só contribuíam com alguns utensílios domésticos, como redes de dormir, arcos e flechas, panelas, etc.

Dizem diversos autores, e o confirmam milhares de estatísticas, que os filhos de um casal indígena eram geralmente três ou quatro⁸. Apesar das pestes, que às vezes vitimavam 1/4 ou mesmo 1/3 da população, as Reduções se expandiram, e algumas tiveram que dividir-se, por falta de recursos naturais para tanta gente. Cinco dos Sete Povos Orientais surgiram assim, por desmembramento.

O grande problema da família guarani era a educação dos filhos. Na gentilidade era muito rudimentar a educação da prole, que crescia no capricho e na voluntariedade, “como pequenas feras”, segundo o P. Cardiel. Para formar cidadãos morigerados e trabalhadores os padres tomaram a si a educação das crianças e adolescentes indígenas, desde os sete anos até a idade de casar. Diversos grupos, com separação de sexo, ocupavam-se nas mais diversas tarefas, sob a fiscalização de supervisores, que deviam admoestar os faltosos e, se necessário, castigá-los; em questões mais graves deviam avisar oficiais mais graduados. Recebendo três refeições diárias por conta da comunidade, as crianças estudavam e trabalhavam, cada qual em seu grupo.

8. Segundo Espasa-Calpe, a média mundial é três.

Assim, desde a missa matutina até depois da reza do rosário vespertino ficavam separadas dos pais, evitando-se que estes, por sua nímia condescendência, as deseducassem. O fruto de tal educação revelou-se compensador: dela dependeu, em grande parte, o bem-estar material e espiritual dos Povos Guaranis.



O “Vocabulário da Língua Guaraní”, do P. Antônio Ruiz Montoya, impresso em espanhol e guarani, com um total de 590 páginas. A Arte da Língua Guaraní”, do mesmo autor, também bilíngue, com 256 páginas.

O TRABALHO

As reduções não podiam sustentar-se apenas com caça e pesca, mel e frutas silvestres. Para alimentar tanta gente em área tão limitada, era necessário empenhar todas as energias no trabalho agrícola, bem-organizado. O trabalho sério e disciplinado era absolutamente indispensável, já como meio de subsistência, já como método de educação. Ao índio guarani não faltava boa saúde e força física, mas a ociosidade dificultava-lhe o interesse e a constância no trabalho. Embora dotado de extraordinária habilidade imitativa, mas falta de imaginação criativa e de espírito de iniciativa, não era fácil habituá-lo ao trabalho e mantê-lo ocupado, o dia inteiro, em tarefas que não respondiam aos seus interesses. Não era fácil, mas era necessário. A maior dificuldade era a volubilidade dos guaranis: já atacavam o trabalho com denodo, já o largavam sob o pretexto de cansaço. Daí a necessidade de muita organização, para não faltarem renovados estímulos.

Os produtos manufaturados, por falta de mercado, não ofereciam forte motivação para o trabalho. Aproveitaram os jesuítas a natural propensão dos índios à competição, como meio pedagógico de atraí-los ao trabalho, organizado em jogos e campeonatos. Muito sensíveis ao aplauso ou remoque dos companheiros, os índios, superando o fastio e esquecendo o cansaço, trabalhavam com crescente interesse e esmero. Mas aborreciam-se facilmente, quando incitados a sair de seu ritmo lento e contemplativo. Muito contribuiu para o bom êxito a modalidade do trabalho em grupo, pois os índios eram extremamente gregários e muito tagarelas. Não se visava apenas a abundante produção. Reconhecia-se ao trabalho em si mesmo, como ocupação útil e honesta, grande valor educativo na formação da personalidade. Importava evitar a ociosidade, origem de muitos vícios: bebedeira, luxúria, rixas e guerras.

Todos os guaranis, desde os sete anos de idade, eram agricultores. Sabendo plantar, todos se sustentavam em qualquer eventu-

alidade, já que na terra missioneira sobrava fertilidade e bom clima. Em 50 anos de Redução não foi possível introduzir, segundo insistentes recomendações dos superiores provinciais, o sistema europeu de cada família viver de sua roça particular (“abambaé”), cultivada sob sua exclusiva responsabilidade. A experiência levou os missionários à aceitação da roça comum (“tupambaé”), onde se ocupavam, toda a semana, os adolescentes e crianças, auxiliados, aos sábados e segundas-feiras, pelos pais, mas separados deles. Quatro dias por semana, na devida época do ano, trabalhavam os casados, obrigatoriamente, em sua roça particular. Mas eles, pelo inveterado costume de tudo ter e fazer em comum, recorriam ao sistema de muxirão (ou mutirão), unindo-se várias famílias, para fazer sucessivamente todas as roças particulares do grupo. No fim do ano principiavam as colheitas de milho, abóbora, batata-doce, aipim, etc. Com a diminuição do trabalho agrícola, reabriam então todas as oficinas.

Ao clarear o céu no horizonte, despertavam os índios ao repique de sinos e rufo de tambores. Diante da igreja, as crianças recitavam, em dois coros, o catecismo e as orações que sabiam, e logo assistiam à missa, com a livre participação de muitos adultos. O trabalho não passava de umas seis horas diárias. Enquanto os homens se ocupavam na roça ou nas oficinas, e as mulheres, em casa, executavam sua tarefa de fiação de lã e algodão, as crianças de sete anos para cima ficavam entregues à comunidade, tanto para o trabalho como para as três refeições diárias. Alguns meninos, especialmente os filhos dos caciques, iam à escola de primeiras letras, outros às aulas de canto, música e dança, ou às oficinas, enquanto a grande maioria trabalhava nas roças comuns. Os rapazes extirpavam o inço dos algodoais com uma paleta de boi, arrastavam a lenha miúda para as olarias e varriam as ruas; as meninas colhiam flocos de algodão, ficando para as mais novas a divertida ocupação de espantar os papagaios e periquitos, que esbulhavam os milharais. Ao toque do sino, ao meio-dia, todos paravam por duas horas, para o almoço, e retomavam o trabalho. Às 17 ou 18 horas, o sino chamava as crianças para a doutrina cristã, seguida da reza do rosário, em que igualmente participavam muitos adultos. As crianças tomavam sua última refeição, as mulheres recebiam a carne e a erva-mate para a família, e todos voltavam para casa. Pouco depois, já caída a noite, ao bruxulear das lareiras, a Redução submergia em profundo silêncio.

Este horário não era rígido, mas suscetível de bastante variação, de acordo com as estações do ano e as festividades. A pedagogia dos jesuítas levou os índios a amar o trabalho, tanto por motivos naturais como religiosos: enterneciam-se ao ouvir que o próprio Deus, quando de sua passagem pela terra, tinha trabalhado como carpinteiro na oficina de Nazaré, e alegravam-se ao constatar que tudo quanto produziam era para eles mesmo e não para os outros. Após a expulsão dos jesuítas, a mudança foi radical. Enquanto os administradores espanhóis engordavam parentes e amigos, que parasitavam por largas temporadas, a título de hóspedes, os índios já não podiam amar o trabalho como antes. Fugindo em massa das Reduções, tornavam ainda mais pesada a carga dos remanescentes, reduzidos a 1/3 em apenas 40 anos.

Remuneração direta não havia, mas indiretamente havia mais remuneração para todos que em qualquer sistema social, por haver mais benefícios sociais e garantias que em todos. Era, sem dúvida, uma economia coletivista, mas nenhum dos sistemas coletivistas hoje vigentes (comunismo, socialismo, cooperativismo, associativismo, sindicalismo) explica convenientemente o sistema de remuneração adotado nas Reduções. A comparação com uma casa de religiosos, onde tudo é comum e todos são tratados segundo suas necessidades, não conforme suas contribuições ao bem-estar, também não é exata, porque os religiosos optaram pela vida comum por motivos superiores, não por incapacidade de viver isoladamente. Os índios, ao contrário, teriam ido à falência com a imposição do sistema individualista, já por falta de previsão das necessidades futuras, já por sua invencível repugnância ao isolamento. A única comparação válida com o sistema das Reduções, parece, é a família. Nela contribuem todos para o bem comum e dele vivem, não segundo suas contribuições, mas segundo suas necessidades; o preguiçoso não passa fome, mas pode ser coagido a trabalhar, por pressão moral ou castigo. Nas Reduções, como na família, todos trabalhavam segundo suas possibilidades, mas ninguém reclamava mais direitos, em vista de trabalho mais pesado ou mais rendoso. Todos adquiriam os mesmos direitos e todos os benefícios da comunidade, em questão de casa, roupa, alimentação e demais vantagens sociais. Não havia exploração do homem pelo homem. Quem ambicionasse mais reputação e prestígio devia distinguir-se no serviço gratuito de sua comunidade.

O ENSINO ESCOLAR

É de estranhar o empenho dos missionários em introduzir, já em 1611 (um ano após a primeira fundação), o ensino primário, quando este ainda era privilégio de poucos, mesmo na Europa, quanto mais na América. Era, porém, esta, a vontade do rei, que prescrevia escola de primeiras letras nos Povos indígenas. Além disso era norma universal da Companhia de Jesus fundar, logo ao estabelecer-se em algum lugar, uma escola, não apenas de ler e escrever, mas principalmente de educação da juventude na vida cristã, como meio mais fácil e seguro de atingir os adultos. Tinham os jesuítas consciência da necessidade de formar líderes indígenas, aos quais se pudesse confiar a administração das Reduções. Já aos primeiros missionários o padre provincial prescrevera a abertura de escola, logo após o estabelecimento de alguma Redução.

Alguns, textos, algo imprecisos, parecem indicar que, de início, estava planejado o ensino primário para todas as crianças. Mas o que fariam as meninas com seus conhecimentos escolares? Resolveram então os padres convidar algumas senhoras espanholas, que ensinassem às índias os trabalhos de costura, tricô e bordado. E os rapazes? Para que saibam todos ler e escrever, quando a grande maioria só havia de ocupar-se, a vida inteira, em trabalhos braçais? Determinou-se, pois, que fossem à escola, além dos filhos dos caciques, que seriam os futuros governantes, apenas os rapazes intelectualmente mais bem dotados. Além de ler, escrever e contar, aprendiam algum ofício e ainda, como todos os demais, adquiriam conhecimentos de técnicas agrícolas.

Professores eram, inicialmente, os padres, até se formarem os primeiros mestres indígenas. A organização do ensino e a metodologia terão sido os de Espanha, menos os incentivos ditados pelo aforismo “la letra con sangre entra”. A grande revolução dos colégios da Companhia de Jesus foi a quase total abolição do castigo, substituído pela emulação. Os jesuítas, segundo seu código normativo de estu-

dos (“ratio studiorum”), logo ao abrirem um colégio, escolhiam dois meninos mais espertos e de boa aceitação entre os colegas, como chefes de dois grupos rivais, que procurassem vencer o antagonismo em conhecimentos e habilidades. A pressão moral dos chefes e companheiros aguilhava os indolentes a se esforçarem ao máximo. Era o mesmo método de sã competição usado no trabalho, com o esforço espontâneo da parte de todos, até mesmo dos adultos.

[illegible]

As duas obras do índio Nicotau Yapuguai, a primeira com 38 páginas e a outra com 116 páginas

OS DOIS IDIOMAS OFICIAIS

O idioma espanhol

Durante os 150 anos de Reduções, os reis de Espanha alimentavam o desejo, justo e patriótico, da unidade política através da unidade linguística. Devemos registrar, para honra dos reis de Espanha, que as cédulas reais, exigindo o ensino do espanhol, respeitavam sempre a liberdade de sua aprendizagem. O ensino do espanhol era, obrigatoriamente, ministrado aos índios que, espontaneamente, quisessem aprendê-lo. Também os bispos sempre se mostravam favoráveis ao ensino do espanhol, que muito facilitaria a catequese, mas nunca deixaram de urgir a necessidade de os missionários aprenderem a língua dos nativos. Vários concílios provinciais, como os do México e do Peru, bem como todos os sínodos diocesanos, mandavam publicar catecismo nas principais línguas indígenas. Os jesuítas, de conformidade com as exigências do evangelho, a lei positiva da Igreja e as constituições de sua Ordem, aplicavam-se, com afincos, ao estudo da língua guarani. Já em 1640, o jesuíta peruano P. Ruiz de Montoya publicou várias obras em guarani: gramática, dicionário, catecismo e orações. Outros jesuítas aperfeiçoaram, mais tarde, os livros do mestre. Praticamente todos os missionários dos Trinta Povos falavam, com desembaraço, o guarani e mesmo alguma outra língua indígena, porque sabiam que não existe meio mais adequado de conquistar a alma de um povo, que conhecer e falar perfeitamente sua língua, expressão mais viva de seus conceitos.

Sucintamente temos estas tendências: O rei insistia no espanhol, sem proibir o guarani; os bispos recomendavam o espanhol, mas insistiam mais no guarani, por ser este, a curto prazo, um meio indispensável à evangelização; os jesuítas, sem descurar a lei de en-

sinar o espanhol, empenhavam-se ao máximo em aprender a língua indígena, por ser esta, não só indispensável, mas indubitavelmente mais eficaz na conversão e civilização dos nativos.

E qual a atitude dos guaranis em relação ao ensino do espanhol? Muitos deles, dotados de invejável memória auditiva, falavam de algum modo o espanhol, aprendido na infância, em contato com os missionários, ou mais tarde, em suas viagens a cidades espanholas. Antes da missa dominical havia, para os interessados, alguma escolaridade elementar, em língua espanhola, como contar até cem, nomear os dias da semana e os meses do ano, etc. Mas quase todos os adultos se negavam terminantemente a frequentar aulas de espanhol, ou a conversar nesta língua com os padres. E eles tinham, segundo o P. Cardiel, um forte argumento: “Por que os guaranis hão de falar o espanhol, se os espanhóis de Assunção e Corrientes só falam o guarani? Por que respondem eles em guarani, quando nós os perguntamos em espanhol?”

Por volta de 1750 observava um bispo paraguaio que os jesuítas do colégio de Assunção puniam, sem resultado, os alunos espanhóis, quando falavam o guarani, em vez do espanhol. Nas Reduções também se insistia na aprendizagem do espanhol, mas a lei proibia coagir os índios sob ameaça de castigo. Na Colônia Hohenau, no interior paraguaio, onde atualmente vivem muitos gaúchos (do Rio Grande do Sul, Brasil) de origem germânica, informou uma professora ao P. Arnaldo Bruxel que as crianças de sua escola aprendem em aula, obrigatoriamente, o espanhol; em casa, porém, falam o alemão dialeto de seus pais, e na rua “brincam em guarani”. No Paraguai, a preferência pelo guarani é, ainda hoje em dia, bastante comum entre o povo, e até mesmo entre gente mais culta.

O idioma guarani

Os idiomas europeus têm origem mais ou menos comum, de modo que o conhecimento de um facilita a aprendizagem de outros. Os idiomas indígenas, porém, derivados de outro tronco, têm raízes totalmente diversas, de modo que a cultura europeia não encontrava ponto de partida para o estudo das línguas indígenas. Tupis e guaranis se entendem entre si com relativa facilidade, porque seus idio-

-mas são tão semelhantes como o castelhano e o português, o que possibilitou aos missionários do Brasil criar a língua-geral (tupi-guarani), acessível a uns e outros.

As dificuldades do guarani tanto consistem em seu vocabulário, totalmente diverso do das línguas europeias, bem como em pequenas diferenças de pronúncia, que podem mudar profundamente o sentido das palavras. Dizem gramáticos antigos e modernos que a mesma vogal pode afastar-se de sua pronúncia “normal”, para adquirir tonalidade nasal ou gutural, ou ainda conjuntamente nasal e gutural, e sempre com outro sentido. Refere o P. Lozano que alguns missionários, no seu ingente esforço e teimosia por acertarem essas peculiaridades de pronúncia, chegavam a ferir a língua.

Enquanto as línguas neolatinas, para a indicação de atributo, recorrem à preposição (de), as línguas aglutinantes, como o guarani, compõem novas palavras por justaposição de vários termos, naturalmente de acordo com certas regras linguísticas. Assim, por exemplo, da expressão portuguesa “terra da Mãe de Deus” forma o guarani uma única palavra: “tupanciretã” (Tupan = Deus, ci = mãe, retã = terra). Mais difíceis são os verbos, que aglutinam, em palavra bastante longa, desinências de tempo, modo e pessoa, de maneira que só com muita prática se pode usar um dicionário (quando se tem), visto que primeiramente se deve desmembrar o verbo, para encontrar a forma primitiva, a raiz ou tema.

Muitos produtos importados eram desconhecidos dos índios e vinham enriquecer seu vocabulário. Não encontrando em seu idioma a palavra apropriada, os índios adaptavam o termo espanhol ou português. Como o alfabeto guarani não contém a letra L, e quase todas as palavras são oxítonas, o cavalo (“ceballo” dos espanhóis) passou a ser o “cavayú” dos guaranis. E o sr. Carlos era carinhosamente chamado “Caró”.

Essa língua tão difícil de aprender, alguns missionários a falavam com tanta perfeição, que rivalizavam com os mais eloquentes filhos da terra. Os missionários, como consta de muitos textos, são unânimes em afirmar que as dificuldades da língua guarani são plenamente compensadas por sua singular beleza e harmonia. Prova disso é o fato de, no Paraguai, ainda hoje, após 400 anos, o guarani rivalizar com o castelhano, tanto assim que quase toda a população do interior, ainda que saiba o espanhol, prefere falar o guarani. É

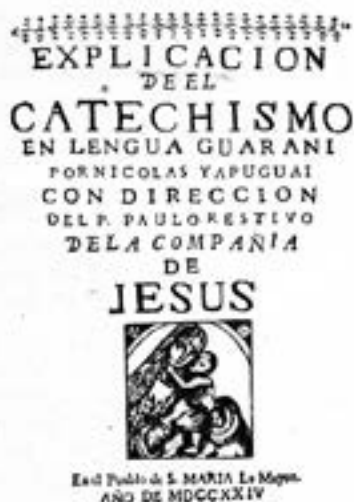
ESCRITORES INDÍGENAS

Ao falarmos em escritores, evidentemente não nos referimos aos simples escrivães (ou escreventes), como o secretário do “cabildo”, o mordomo da Fazenda e outros muitos, que apenas redigiam apontamentos oficiais. Também não queremos sustentar que tenha havido, entre os guaranis, grandes literatos, então raros até mesmo nos países europeus. Os índios, embora sem formação literária, tinham contudo bastante talento para expressar, em linguagem própria, o pensamento alheio.

Todos os domingos, após a missa, dois caciques particularmente eloquentes repetiam, com muita aceitação e proveito dos ouvintes, o sermão do padre. Uns poucos índios, encorajados pelos missionários, lançaram por escrito sermões, exemplos e histórias, que ouviam nos sermões e catequeses. Seu linguajar era, sem dúvida, mais apropriado à mentalidade de seus consanguíneos. Esses escritos indígenas eram recolhidos pelos padres, para seu aperfeiçoamento na linguagem dos nativos. Foram impressos alguns desses escritos, para utilidade dos missionários, máxime dos recém-chegados. Foram publicados dois livros do cacique Nicolau Yapuguai: “Explicação do Catecismo” e “Sermões e Exemplos”.

O P. Peramás menciona índios, seus conhecidos, que escreveram a história de seus Povos, e alguns até as ilustraram com mapas de sua autoria. Diz o P. Furlong que em 1826 ainda foram encontrados, no Japeju, alguns papéis, contendo a história dessa Redução. Em 1905 Hiersemann expôs à venda dois livros, escritos por índios de São Carlos. Um deles continha “Discursos sobre a História Sagrada”, e o outro, “Sermões para os Domingos do Ano”. Pastells descobriu, no “Archivo de índias”, um relato da batalha de 3 de outubro de 1754, escrita por um índio. Em 1949, o P. Francisco Mateos achou e publicou, em “Missionalia Hispanica”, a tradução espanhola de 7 cartas, escritas em guarani, em 1753, pelos índios dos Sete Povos Orientais ao governador Andonaegui, de Buenos Aires, protestando contra a mudança de seus Povos, em troca da Colônia do Sacramento. Sua

argumentação, vigorosa e sutil, revela surpreendente lógica de raciocínio, com acentos de ternura e singeleza, senso de justiça e visão política notáveis. O P. Carlos Teschauer, em 1922, oferecia o texto espanhol de boa parte dessas cartas, em sua “História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos” (3o v. p. 61— 8). Mais recentemente, o P. Luís Gonzaga Jaeger, reeditando a “História das Missões Orientais do Uruguai” de Aurélio Porto, e servindo-se da publicação do P. Mateos, acrescentou, em apêndice, a tradução de duas delas (2º v. p. 432 — 4). Também o P. Furlong traz duas dessas cartas, infelizmente incompletas. Em 1975, o P. Arthur Rabuske apresentou ao “Primeiro Simpósio Nacional de Estudos Missionários” (realizado em Santa Rosa, RS) a tradução vernácula de todas essas cartas.



Primeira página de um manuscrito, imitando caracteres de imprensa.
British Museum. Londres

A TIPOGRAFIA

Que tenha havido, nas Reduções dos guaranis, uma tipografia, afirmam-no testemunhas oculares, e para os incrédulos foram conservadas algumas obras impressas nas Missões do Paraguai. O P. Furlong apresenta fac-símiles de algumas páginas impressas e muitas vinhetas e gravuras. Como consta das próprias edições, foram impressos livros em Loreto, São Xavier e Santa Maria Maior. Opina o P. Furlong que não houve três tipografias, mas uma só, levada de um a outro povo, por imperativo das circunstâncias.

Em meados do século 17, os missionários já haviam pedido ao superior geral que lhes enviasse um padre ou irmão, perito em imprensa; mas não puderam então ser atendidos. Depois de o P. Ruiz de Montoya imprimir, na Espanha, seus livros em guarani (gramática, dicionário, catecismo e orações), cessara a mais premente necessidade de uma imprensa própria. Mas ela continuava oferecendo várias vantagens: mão de obra gratuita, abundante e habilíssima, além da simplificação de impressão, sem o excessivo acúmulo de sinais, indicativos da pronúncia, que a imprensa espanhola tivera que fundir especialmente para a obra do P. Montoya.

Em 1700, o P. José Serrano estava a ponto de enviar a Roma várias obras suas, em guarani, prontas para o prelo, quando, surpreendentemente, o P. João Neumann saiu com a novidade de seus índios terem aberto uma tipografia. Para prová-lo, apresentava o primeiro livro impresso nas Missões paraguaias: o “Martirólogo Romano” (memórias dos Santos do calendário romano). Dessa obra nenhum exemplar chegou até nós, mas ela estava em todas as Reduções, no ano da expulsão dos jesuítas. O P. Serrano confiou, pois, seus livros à impressora do P. Neumann. Falecendo este em 1704, sucedeu-lhe o P. Serrano, que logo tratou de imprimir duas obras, por ele traduzidas do espanhol para o guarani: o livro do P. Pedro Ribadenera “Fios Sanctorum” (Florilégio dos Santos) e o livro de Eusébio Nieremberg “La Diferencia entre lo Temporal y lo Eterno”. Este último

é considerada a obra-prima da imprensa missioneira. É, na tradução guarani, um volume em quarto, de 438 páginas, em duas colunas. Salvo engano, conservaram-se dessa edição apenas dois exemplares completos. É tão nítida e correta a impressão, que honraria qualquer imprensa da época. Dizem os entendidos que é o livro mais bem impresso na América, na época colonial espanhola. Tem 67 vinhetas e 43 gravuras, que são, em sua maior parte, cópias tão perfeitas e fiéis dos originais da edição espanhola de 1664, com algumas variantes tão felizes, que causam verdadeira admiração, tanto mais que quase tudo foi feito por índios, cujos avós tinham vivido nas selvas. Depois de 1705 já começou a decadência da imprensa missioneira. Apareceram ainda algumas obras menores, até mesmo de autoria indígena. A última publicação de que se tem notícia data de 1727. Parece que depois de 1768 ainda se encontraram alguns tipos de chumbo ou estanho, então aproveitado como material de solda.

Os índios, sob a direção dos missionários, não só esculpiam e fundiam tipos para a imprensa, mas gravavam também os clichês para as ilustrações dos livros, imitando nisso as gravuras das edições europeias, com poucas e pequenas alterações, claramente intencionais. Ainda que, em tal trabalho, não se patenteie criatividade e iniciativa própria, mostra-se contudo, mais uma vez, a grande habilidade dos índios em imitar o alheio. O P. Furlong traz algumas dezenas de gravuras indígenas, de cuja perfeição se pode concluir para o nível alcançado nas artes. É de certo glória singular que a primeira tipografia, na área do Paraguai, tenha sido montada nos Povos Guaranis, tanto mais que tudo, menos o papel, foi feito nas próprias Reduções.

O OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO

Nascido e criado em Santa Fé, o P. Boaventura Suárez, de origem espanhola, fez todos os seus estudos na universidade de Córdoba. Finda sua formação científica e religiosa, foi mandado, em 1703, para a Redução de São Cosme, no Paraguai, onde fixou definitivamente sua residência ordinária, embora tivesse também de transferir-se, temporariamente, para outros povos. Tinha ele um pouco de gênio universal: construía órgãos, fabricava espelhos, fundia sinos, dourava cálices a fogo, entendia de medicina, pintura e escultura, etc. Mas era sobretudo um perfeito astrônomo. Ao começar, em 1703, suas atividades neste campo científico, não tinha instrumentos óticos europeus. Diz o P. Furlong que ele construiu telescópios, auxiliado por seus índios ferreiros e fundidores. Confeccionou um quadrante astronômico, dividido em graus e minutos, como também um relógio astronômico. Todos os seus instrumentos astronômicos eram fabricados na própria Redução de São Cosme, menos, certamente, as lentes dos telescópios, que a Missão deve ter adquirido na Europa. Com tais instrumentos, rudimentares na forma, mas exatos no funcionamento, fez ele observações que universidades europeias, famosas por seus trabalhos de astronomia, como a de Upsala, na Suécia, acharam dignas de divulgação em seus anais. Alcançado tal sucesso e renome internacional, apressaram-se os superiores em lhe comprar dos melhores instrumentos astronômicos da Europa. Assim pôde o P. Suárez continuar suas pesquisas com mais segurança e comodidade. Sua obra principal veio a ser o “Lunario de un Siglo”, pelo qual se pode saber, com a antecedência de um século, todos os fenômenos lunares. É de admirar que tal obra, com diversas edições (1744 ou 1745, 1748, 1753, 1787, 1856), tenha sido feita por um missionário dos guaranis, com instrumentos parcialmente construídos na Redução, apenas com o auxílio de índios.

A MEDICINA

Em sua vida primitiva, os índios geralmente gozavam de boa saúde. Quem não morria na guerra ou devorado por tigre ou mordido por cobra venenosa, comumente definhava de velhice. Com a chegada dos europeus entraram muitas doenças infecciosas, como: gripe, sarampo, tifo, etc. A simples gripe, contra a qual os europeus já se haviam imunizado, podia ser letal para os selvagens, que não tinham noção de isolamento preventivo, higiene e dieta. Atacados de sarampo, varíola ou tifo, morriam como moscas. Em caso de epidemia, o comportamento dos selvagens era idêntico ao dos povos civilizados daquele tempo: todos fugiam, espavoridos, abandonando à sua triste sorte os empestados. Também nas Reduções a peste fazia inúmeras vítimas, apesar de todas as medidas sanitárias. Mas é inegável que a mortandade diminuiu sensivelmente.

Para melhor avaliarmos a medicina nas Reduções, lembremos que, naquele tempo, se desconhecia a natureza das infecções e das epidemias. A descoberta de bactérias e vírus é bastante recente. Eram, no entanto, conhecidos, por experiência milenar, os sintomas das enfermidades e as plantas medicinais. Ninguém partia para as Missões, sem alguma noção sobre a cura das doenças mais comuns. Aos poucos vieram padres e irmãos com mais larga experiência em hospitais europeus. O Ir. Montenegro, que foi o médico mais famoso das Reduções, tinha trabalhado 32 anos no hospital Real de Madrid. Veio para as Missões em 1702, já como jesuíta. Grande conhecedor de plantas medicinais, escreveu, em tempos posteriores, diversos livros de medicina, uns em espanhol, outros em guarani. Num deles trata das técnicas cirúrgicas, com especial destaque às afecções dentárias; noutro, sobre ervas medicinais, indica invariavelmente a planta, suas virtudes curativas, e o modo de preparar os medicamentos. Deste último livro restam dois exemplares completos, de 458 páginas e 148 ilustrações à tinta nanquim, representando plantas medicinais; cópias manuscritas, sem as ilustrações, eram usadas, ao que parece, em todas as Reduções.

Fora dos surtos de epidemia, os hospitais europeus de séculos passados se destinavam, principalmente, aos mendigos, que jaziam, maltrapilhos, doentes e esfaimados, pelas ruas da cidade. As pessoas de mais recursos tentavam a cura em seus próprios lares, visto que nenhuma vantagem podia oferecer o tratamento hospitalar. Nas Reduções não havia hospitais permanentes, pois os guaranis não queriam separar-se de seus enfermos. Todos tinham cuidados médicos a domicílio, sem necessidade de hospital. Todos os dias, de manhã e à tarde, passavam índios enfermeiros por todas as ruas, receitando e distribuindo remédios e providenciando a necessária dieta, preparada na cozinha dos padres. Esses enfermeiros guaranis não tinham estudos de medicina, mas haviam adquirido muita prática em diagnósticos e receitas, na companhia dos missionários, peritos em medicina caseira. Eles também avisavam os padres, se havia algum doente necessitado dos socorros da religião (confissão, viático e unção) ou algum defunto.

Em surto de epidemia, as vítimas de uma Redução podiam subir às centenas, às vezes acima de mil. Como primeira providência de isolamento, eram logo interrompidas as comunicações entre o território das Missões e o dos espanhóis: Os barcos não se achegavam dos portos de aldeamentos empestados, e o correio, deixado a meio caminho, era recolhido por índios, quando a estafeta espanhol já se havia retirado, ou vice-versa. Se alguma Redução era infestada pela peste, cortava-se imediatamente o acesso às demais Reduções. Como hospitais de emergência serviam os grandes galpões, situados fora do povoado. Levantadas paredes de palha para as devidas repartições (para homens, mulheres e crianças), os doentes, levados em suas redes de dormir, eram acomodados uns ao lado dos outros. Quem adoecia sem os sintomas da peste era isolado em choça individual, pois não podia ser internado no hospital, para não contrair a doença; nem podia ficar em casa, para não contaminar, eventualmente, toda a família. Se dentro de certo prazo não se manifestavam os sintomas da peste, voltava ele para casa. Em caso contrário, transferia-se para o hospital, e a choupana particular era imediatamente queimada. Sem o conhecimento de vacinas e antibióticos, o tratamento dos empestados só podia consistir em resguardo, higiene e dieta, com cuidados especiais no caso de inapetência, para os pacientes não morrerem de inanição. Dizem os padres, em suas cartas,

que os congregados marianos serviam de maneira heroica na higiene e na alimentaçaõ dos doentes, e no sepultamento dos defuntos. Pas-sado definitivamente o furor da peste, os galpões dos empestados eram incinerados. Naquele tempo, como ninguém conhecia a natu-reza das doenças contagiosas e menos ainda os meios de desinfec-ção, era mister, por motivos de segurança, passar tudo pelo fogo. Dificilmente se encontrará, fora das Reduções, tanta prevençãõ, so-licitude, abnegação e caridade cristã, no tratamento dos enfermos, mormente dos empestados.

120

Lunario

Para el año de 1811. regulado al Meridiano del Pueblo de San Cosme en las Misiones del Paraguay de la Compañia de Jesus.

Notas vulgares.

Notas maravillas.

Aureo numero	7.	Septuagesima	10. Enero.
Epacta	6.	Ceniza	17. Febrero.
Letra Dominical	f.	Pasqua	24. Abril.
Letra del Martyrologio	f.	Ascension	21. Mayo.
<i>Temperas.</i>		Pentecostes	2. Junio.
Marzo	6. 8. 9.	Corpus	13. Junio.
Junio	5. 7. 8.	Adviento	1. Diciembre.
Septiembre	18. 20. 21.		
Diciembre	18. 20. 21.		

Eclipses.

Tres Eclipses serán visuales en estas Misiones. Dos de Luna, y uno de Sol. El primero será de Luna à 10. de Marzo por la mañ.

Principio del Eclipse hor. 2. m. 34.

Medio del Eclipse hor. 2. m. 51.

Fin del Eclipse hor. 4. m. 8.

Durará horas 2. min. 34. Se eclipsará à la el Norte dignos 5. min. 13. al medio del Eclipse.

El segundo Eclipse será de Sol à 24. de Marzo por la mañana.

Principio del Eclipse hor. 8. m. 18.

Medio del Eclipse hor. 9. m. 29.

Fin del Eclipse hor. 10. m. 34.

Durará hor. 2. min. 6. Los dignos del Sol eclipsados à la el Sur serán 4. m. 3.

El tercero Eclipse será de Luna à 1. de Septiembre por la tarde. Saldrá la Luna en San Cosme hor. 5. m. 41. de la tarde, y poco despues comenzará el Eclipse.

Principio del Eclipse hor. 4. m. 17.

Medio del Eclipse hor. 7. m. 10.

Fin del Eclipse hor. 8. m. 28.

La duracion del Eclipse será de hor. 2. min. 11.

Los dignos de la Luna eclipsados à la el Sur al medio del Eclipse serán 7. m. 12. que es poco mas de media Luna.

Página do “Lunário”, escrito pelo P. Boaventura Suárez, e impresso em Barcelona.

AS ARTES

Em muitas cartas e documentos dos antigos missionários exalta-se o exímio talento artístico dos guaranis. Dotados de acurado senso de harmonia, compasso e ritmo, tinham eles forte propensão e extraordinária habilidade para canto, música e dança. Segundo Charlevoix, “eram cantores como os pássaros”. Distinguiam-se também na pintura e na escultura.

Artes rítmicas

Souberam os jesuítas aproveitar esses dons naturais, a favor do cristianismo e da civilização. Desde 1609 o P. Diego de Torres recomendava vivamente o fomento da música e do canto. Por volta de 1620 já havia bons coros indígenas, que iam exhibir-se até mesmo em Buenos Aires, por ocasião da chegada de novos missionários ou da posse de novo governador. Não lhes faltava ocasião de exercerem sua arte: tocavam alguns instrumentos da missa diária, e na missa dominical cantavam “com plena música”, excetuados apenas os instrumentos estritamente militares, como tambores. Em dias de grande festa vinham também índios de outros Povos, mormente caciques, acompanhados de músicos e dançarinos. As visitas mais festejadas eram as do padre provincial e de missionários de outras Reduções, por vezes também de bispos ou do governador.

No século 17 nomeamos dentre os principais mestres de música aos belgas P. João Vaisseau, P. Cláudio Ruyer e Ir. Luís Berger. O tirolês P. Antônio Sepp von Reinegg, chegado ao Paraguai por 1691, reformou a música e o canto dos pioneiros, introduzindo músicas clássicas alemãs e italianas. Este grande maestro, saído da escola dos meninos-cantores da corte imperial de Viena, diz, estupefato, que “os guaranis aprendem, com facilidade, qualquer tipo de instrumento musical e tocam, com perícia, as peças mais difíceis e complicadas dos mestres europeus”. Em Japeju fundou o P. Sepp um conservatório (ou academia), com cursos de iniciação e de aperfeiçoamento para

os melhores músicos das diversas Reduções. Ali fabricava ele todo tipo de instrumentos musicais: órgãos, cravos, harpas, liras, cítaras, bandolas, tiorbas, violoncelos, violinos, fagotes, trompas, cornetas, clarins, oboés, flautas, etc. Depois de certo tempo já havia mestres indígenas, que iam ensinando arte musical aos meninos.

Em 1747 escrevia o P. Cardiel que o número de músicos de cada um dos Trinta Povos era de 30 a 40. Iniciavam o estudo da música aos oito anos, e alcançavam grande perfeição em tocar qualquer peça, embora apenas por imitação, incapazes que eram de introduzir novas modulações. Contra o testemunho quase unânime de que não havia índios compositores, o P. Jaime Oliver fala de composições musicais indígenas. Talvez não passassem de certa mescla de acordes musicais, sabidos de memória.

Como os músicos e cantores, também os dançarinos indígenas não eram simples amadores, mas profissionais, com longos anos de exercícios diários. Começavam a dançar desde os seis ou sete anos. Em vez do trabalho na roça ou na oficina, tinham eles ensaio de canto, música e dança, por algumas horas diárias; aos domingos e festas ensaiavam também melodramas. Canto, música, dança e melodrama eram as principais diversões do povo nas muitas e grandes festividades. Os melodramas eram muitos e bem variados. Vibravam os guaranis com as batalhas entre “espanhóis e sarracenos”, ou entre “anjos e demônios”. A peleja, insinuada pelo ballet, travava-se também com tiroteio, pranchadas de sabre e cargas de cavalaria, tudo ao compasso da música e do canto marcial. Roupagem resplandente e vistosas insígnias abrilhantavam as representações. Os inventários de 1768 consignam muitas dessas roupas características: de espanhóis, turcos, russos, ciganos, etc.

Artes mecânicas

Dentre os pintores pioneiros destacamos o Ir. Bernardo Rodríguez, cedido, por 1615, pela província peruana, e o Ir. Luís Berger, formado em Paris e Roma. Este veio ao Paraguai em 1616, para ensinar aos índios música e pintura. Encarregado de decorar algumas igrejas, pintou os oragos das Reduções de Sete Arcanjos e de São Carlos Borromeo, e uma imagem da Virgem Maria, ainda hoje

sumamente venerada no colégio dos jesuítas, em Santa Fé, sob o título de “N. Sra. dos Milagres”. E também de sua autoria o quadro dos “Novíssimos”, que o P. Roque González mostrou aos índios em Itapua, deixando-os vivamente impressionados. No século 18 houve, nas Reduções, apenas um jesuíta pintor de renome: o grande arquiteto e escultor italiano Ir. José Brasanelli, que era também músico e cirurgião.

Das pinturas indígenas, de material bastante perecível, quase nada sobrou. Em contraposição, conservaram-se muitas estátuas de madeira de lei. Parece que os índios se dedicavam muito mais à escultura que à pintura, dado que as telas e as tintas eram então caríssimas. Martin de Moussy refere que a igreja de Santa Rosa tinha as paredes, de alto a baixo, literalmente cobertas de estátuas, esculpidas em madeira. O mesmo se poderia dizer das demais igrejas missioneiras. A igreja de Santo Inácio Guaçu, queimada e desmoronada no início deste século, tinha, segundo o P. Furlong, além de inúmeras estátuas, 1400 pinturas, cobrindo o forro e as paredes. Deve-se essa superabundância ao grande número de artífices (algumas dezenas em cada Redução), dedicados à escultura e à pintura. Além disso era quase nulo o mercado externo dos produtos artísticos indígenas. O P. Nusdorffer recorda que algumas esculturas ficaram muitos anos sem saída, nos Ofícios de Santa Fé e Buenos Aires.

Ao lado de algumas obras de bastante valor artístico, terá havido muita coisa medíocre. Faltava a possibilidade de confronto com outras escolas. O público indígena, pouco exigente, não estimulava os artistas a melhorarem sua produção. Não se deve esquecer que o trabalho artístico dos índios não tinha fins lucrativos. Visava-se a educação, especialmente religiosa, mediante ocupações artísticas, que elevassem a mente aos valores do espírito. A finalidade primordial da arte indígena era tornar sensíveis e palpáveis as verdades da fé e os preceitos da moral, para instruir a mente e formar o coração. Para tanto era necessário respeitar-lhes o gosto, ainda que primitivo. A exposição dos trabalhos fomentava o sentimento de autorrealização. Não havia lugar para preocupações com futuros turistas e admiradores de ruínas.

Cabeça, mãos e pés de algumas estátuas foram adquiridos na Europa, sendo o tronco esculpido por índios, e revestido de roupa festiva, de cores vivas. Diante do anonimato de quase todas as

obras artísticas missioneiras, não é fácil distinguir o que é de autoria indígena. Não se pode, sem mais nem menos, atribuir aos índios as obras mais toscas, e aos europeus as mais artísticas. O guarani, mesmo sem criar obra de arte própria, era talentoso imitador.

Depois de 1768, expulsos os jesuítas, não só a pintura e a escultura, as danças e os melodramas, mas ainda a música e o canto foram decaindo mais e mais, porque, na falta de tudo, já não havia espírito de festa. Muitos dos grandes mestres indígenas, como Inácio Azurica e Cristóvão Pirioby, transferiram-se para cidades espanholas. Cavalheiros e damas da mais alta sociedade portenha fizeram-se discípulos de Pirioby, cujo repertório musical incluía obras dos mais afa-
mados mestres europeus de seu tempo. Falecido em 1794, foi muito pranteado, e seu enterro foi dos mais concorridos.



Casulas indígenas, conservadas na catedral de Buenos Aires (esq) e na Igreja do Colégio, em Santa Fé

SEXTA PARTE
ECONOMIA, COMÉRCIO E RIQUEZAS



Uma das primeiras obras impressas nas Reduções: “A Diferença entre o Temporal e o Eterno “

AS VACARIAS E ESTÂNCIAS

Entendemos por vacaria o campo onde se cria gado vacuum selvagem, ao passo que estância é o campo de criação de gado, aos cuidados do homem.

As Vacarias

Em 1555 chegavam a Assunção, por via terrestre, as primeiras vacas, procedentes de São Vicente (São Paulo, Brasil). Do Peru foram trazidas, pouco depois, vacas, ovelhas e cabras. O cavalo já entrara em 1537, quando os moradores da primeira Buenos Aires fundaram Assunção. O gado vacuum, prodigiosamente multiplicado, foi levado para o sul pelos fundadores de Corrientes, Santa Fé e da segunda Buenos Aires (1580). As Reduções, fundadas de 1610 em diante, iniciaram logo a criação de gado vacuum, já para abastecimento de carne, já para o cultivo da roça, onde o trabalho de boi era indispensável. Para as Reduções do norte o gado terá vindo de Assunção, enquanto Corrientes o fornecia às Reduções do sul.

Em 1634, por ordem do padre provincial Pedro Homero, o P. Cristóvão de Mendoza trouxe para a margem oriental do rio Uruguai 1 500 vacas (100 para cada Redução). Assim, o gado vacuum, já numeroso em ambas as margens do rio Paraná, também se expandia rapidamente em terras do atual Rio Grande do Sul. Não puderam os índios levá-lo, em sua fuga precipitada, quando suas Relações foram arrasadas pelos bandeirantes (1636-1638). Ao voltarem, de quando em quando, em busca de gado para o abate, os índios dispersavam sempre mais as manadas remanescentes. Com abundantes pastagens e boas aguadas, sem outro inimigo além de um ou outro tigre, o gado aumentava muito, principalmente após o avanço para o sul, pela “Coxilha Grande”, que é o divisor de águas dos rios Jacuí e Ibicuí, e apresenta, em seus flancos, as pastagens mais limpas e, com a ausência do tigre, menos perigosas. Alcançando o Atlântico (donde: “Vacaria do Mar”), o gado, declinando para o sudoeste, chegava, por 1680, à região da atual Montevideu. Os espanhóis, em defesa

de seus pretensos direitos sobre esse gado, de origem missioneira, que já abastecia, em parte, algumas cidades espanholas, alegavam que ele fora importado, por 1620, pelo governador Hernandarias de Saavedra, que se teria antecipado ao P. Mendoza (1634). Não parece provável que o governador tenha introduzido gado na banda oriental do rio Uruguai, pois, em 1680, ao fundar-se a Colônia do Sacramento, não havia ali gado nenhum.

Era previsível a extinção da Vacaria do Mar, muito explorada por espanhóis e portugueses, após 1680, e parcialmente transformada em estâncias particulares. Para prevenir a ameaça de fome, em caso de más colheitas, planejaram os padres a fundação de nova vacaria, com umas 100 000 vacas, recolhidas das estâncias de alguns Povos. Após alguns anos, atingida a cifra de um milhão de reses, ela poderia fornecer, anualmente, 300 000 cabeças para o abate. Por suas patrulhas sabiam os índios que no planalto, entre a Encosta da Serra e os matos do alto Uruguai, havia um imenso campo, coberto de pinheiros, impenetrável ao norte, sul e leste. Bastaria, pois, abrir uma picada nos matos do oeste e introduzir o gado. Assim, pouco antes de extinguir-se a Vacaria do Mar, no início do século 18, inaugurava-se a Vacaria dos Pinhais, que legou o nome à atual cidade de Vacaria. Consta de alguns documentos, conservados em Buenos Aires, o empenho dos padres em acertar as condições para a retirada de gado dessa vacaria, já que fora muito desigual a contribuição das diversas Reduções. Mas ela não tardaria em desaparecer. Os portugueses, levando gado da Vacaria do Mar para São Paulo e Minas Gerais, subiam a serra por Lages, SC. Provavelmente numa dessas marchas, desviando-se para o planalto rio-grandense, descobriram a Vacaria dos Pinhais, e a transformaram parcialmente em estâncias, vendendo o gado restante para São Paulo.

As estâncias

Dali por diante só restavam aos Trinta Povos suas estâncias, algumas muito extensas. A de São Miguel, com uns 20 ou 30 mil km quadrados, era ainda superada pela de Japeju, que se estendia por ambas as margens do rio Uruguai. Determinou-se, pois, reservar uma parte de uma e outra destas duas estâncias para umas 50 000

reses ou mais em cada uma. Destinado exclusivamente à reprodução, durante um decênio, esse gado deveria garantir o abastecimento dos Trinta Povos. As despesas e o trabalho dos estancieiros seriam pagos pelas demais Reduções, ao retirarem sua cota. Não consta que estas duas estâncias comuns, impropriamente chamadas “vacarias”, tenham prosperado.

Normalmente, as vacarias se transformam, pouco a pouco, em estâncias, por doações ou vendas parciais a proprietários particulares, por parte do governo, como administrador das terras devolutas. Todas as Reduções tinham uma estância grande, mais distante do povoado, e uma ou várias estâncias pequenas (invernadas), mais próximas. Anualmente, as grandes estâncias reabasteciam as invernadas com as reses destinadas ao abate. As estâncias grandes da banda oriental eram limitadas pelo rio Uruguai, rio Negro, rio Jaguarão, Lagoa dos Patos e Encosta da Serra. As invernadas dos Sete Povos Orientais ficavam todas no planalto, para onde o gado subia pelo desfiladeiro de Santa Maria da Boca do Monte ou de Santiago do Boqueirão. Alguns Povos da margem ocidental do rio Uruguai tinham estância grande no lado oriental; outros, para as bandas de Santa Fé e Corrientes.

A criação de gado vacuum, equino e lanígero fazia-se em separado, para facilitar o trabalho e evitar distúrbios (cavalos xucros seriam um perigo para ovelhas e vacas prenhes). A delimitação, hoje feita por cercas de arame, no tempo das Missões era de barreiras naturais, como rios, banhados ou matos intransitáveis. Passagens abertas eram obstruídas por valas, com cerca de espinheiros ou de árvores derrubadas, ou ainda pela casa de algum posteiro. Os posteiros eram famílias indígenas, encarregadas de evitar a evasão do gado e de efetuar os necessários rodeios, para amansá-lo e acostumá-lo à vista do homem a cavalo, com a finalidade de facilitar sua futura remoção para as invernadas. Na estância grande de São Borja, por exemplo, havia umas quinze capelas de posteiros. Com umas dez famílias por capela, esta estância contaria com algumas centenas de pessoas. O cura (ou seu sócio) tinha que percorrer, algumas vezes ao ano, toda a sua estância. Houve até, certo tempo, dois padres destinados exclusivamente ao atendimento espiritual das estâncias.

A recolhida anual de gado, que podia levar uns dois meses, nunca se fazia por índios particulares, mas sempre pela comunidade.

de, que encarregava dessa tarefa uns 40 ou 50 tropeiros. Dando a cada um deles alguns cavalos e a necessária provisão de boca (carne não faltaria na estância), despedia-os, com muitos sinais de afeição e votos de feliz regresso. Chegados à estância, os índios deixavam algumas vacas mansas numa coxilha, para onde tocavam o gado xucro dos arredores. Durante a noite acendiam fogueiras em volta da manada, para evitar sua dispersão. Um trovão ou uivo, que assustasse o gado, bastaria para provocar o estouro. Arrebanhadas umas 5 ou 10 mil reses, para o consumo anual, os vaqueiros as conduziam para as invernadas, donde, periodicamente, se retirava algum gado para pequenos pastos, nas cercanias do povoado, segundo as necessidades dos matadouros.

A pecuária foi de capital importância para os índios missioneiros. Mesmo em tempos de fartura agrícola, a carne era o alimento principal; em época de colheitas escassas, subia até metade da ração ou mais. Difícil, pois, para não dizer impossível, o sustento das Reduções, sem abundância de carne bovina.



Anjo tocando instrumento musical
Redução de Trindade

OS ERVAIS

Os guaranis, nos primeiros anos de sua conversão cristã, ainda se embriagavam frequentemente com bebidas fermentadas, preparadas com mel, milho ou mandioca. Os padres não conseguiam, nem com suavidade e persuasão, nem com rigor e castigo, extirpar tão degradante vício e suas nefastas consequências: mortes, ferimentos e crimes sexuais. Reunidos em consulta, os caciques sugeriram aos padres que lhes dessem diariamente bastante erva-mate, e a bebida acabaria por si. Ia, pois, anualmente aos ervais uma expedição de voluntários, para colher erva suficiente para o consumo diário em todas as famílias das Reduções e ainda para alguma exportação.

O uso da erva-mate (*"Ilex Paraguariensis"*) tem origem feiticeira, sendo ritualmente sorvida pelos médicos-feiticeiros (*"pajés"*), em suas adivinhações e diagnósticos. Por isso os espanhóis, inicialmente, consideravam seu uso um vício infamante, proibido pelo governo e punido pela Igreja com a excomunhão. Tais restrições foram finalmente levantadas, graças a um bispo e um governador (talvez Hernandárias), ambos *"viciados"* desde a infância. Hoje, seguramente, uns 40 ou 50 milhões de pessoas da América do Sul tomam diariamente seu mate, sem qualquer prejuízo à saúde, antes *"muito pelo contrário"*.

Os fundadores de Corrientes, Santa Fé e Buenos Aires (1580), não encontrando ali a preciosa erva, tiveram que importá-la do Paraguai. Cidades ao longo do rio Paraná passaram a vendê-la também à província de Tucumán, donde seguia para o Chile e o Peru. A erva-mate, sempre mais procurada, só crescia no Paraguai, sendo seu habitat principal a Serra do Maracaju, a uns 500 km ao norte de Assunção. Decididamente, a salvação do Paraguai era o comércio da erva, então seu único produto exportável. Sua colheita, porém, ensejou graves abusos por parte dos espanhóis, com o recurso aos indispensáveis índios, que, mal alimentados e desprotegidos, eram enviados, em tempo nocivo à saúde, às densas florestas, onde muitos sucum-

biam no trabalho. A morte ou invalidez de tantos ervateiros levou o governador Hernandárias, apesar de inveterado tomador de mate, a manifestar-se contra seu uso e exportação.

Essa mesma solicitude tiveram os missionários com os índios das Reduções. A colheita, a 500 ou 800 km de distância, além de muito ingrata e dispendiosa, quebrava a resistência do índio, não acostumado ao serviço pesado, e exigia bastante moderação no consumo. Impunha-se, por isso, a cultura de ervais artificiais. Havia, porém, uma grande dificuldade: as mudas eram raras e as sementes não cresciam sem tratamento especial, então ainda desconhecido. Não obstante, em 1750 já tinham os Sete Povos Orientais uns 700 000 pés de erva-mate (uns 100 pés por família). Como se obteve tão prodigioso resultado? Havia-se notado que as sementes que germinavam tinham passado pelo tubo digestivo dos passarinhos. Mas tinham que ser passarinhos? Dizem alguns autores que os padres misturavam as sementes com uma sopa gostosa e a davam de comer aos meninos, e o resultado foi surpreendente. A rápida expansão dos ervais artificiais naquela época não deixa de ser um enigma histórico, à espera de solução adequada. É verdade que o P. Cardiel faz alusão à multiplicação por sementes, mas o autor deste trabalho não compartilha a teoria de que este processo tenha sido largamente aplicado antes de 1730, pois por esse tempo o P. Sepp fala apenas de um único método de fazer mudas de erva-mate: enterrar um ramo, até criar barbalho, e então cortá-lo da planta-mãe. Anos mais tarde, um padre provincial ainda se refere à confecção de “barbados” (o mesmo sistema do P. Sepp). Talvez houvesse também multiplicação por semente, mas só nas últimas décadas da era jesuítica.

Para a localização dos ervais, traz o P. Furlong alguns mapas da época, que assinalam, no atual Rio Grande do Sul, alguns ervais naturais na Encosta da Serra. São Borja tinha um erval nas proximidades da Lagoa dos Patos, no lugar ainda hoje denominado Serra do Erval. Os ervais artificiais, havendo terra apta para seu cultivo, situavam-se nas proximidades das Reduções. Posto que sempre mais abundante, a erva tinha seu uso rigorosamente controlado. Todas as tardes distribuía-se, com a ração de carne, também a porongada de erva para cada família. Não se entregava tudo de vez, porque os índios, mesmo os adultos, eram esbanjadores imprevidentes. Mastigavam, às vezes, a erva-em-pó, mas geralmente sorviam-na com

água quente, talvez com canudinho de bambu. Todavia, ainda que nenhum autor lhes atribua o uso da bombilha metálica, usada pelos espanhóis, é possível que as tenham fundido de estanho, como fundiam desse metal pratos e talheres.

O preparo da erva-mate era, essencialmente, o mesmo de hoje em dia. Os ramos, sapecados à noite, eram logo amontoados num jirau (grade de varas), com fogo lento por baixo, até estalarem de seco. Para sua melhor conservação, a erva, depois de moída, era bem socada em sacos de couro cru (“tércios”), que a comprimiam mais e mais, à medida que se ressecavam. Informam autores que os espanhóis moíam os raminhos da erva em cova aberta no chão. Po-eira e bactérias contribuía para a pouca durabilidade da erva, por isso só comerciada em três províncias mais próximas: do Paraguai do Rio da Prata e de Tucumán. Não se podia exportá-la para terras longínquas, porque, passado um ano, mofava. Os índios só aproveitavam as folhas, que eles moíam em pilões de madeira. Peneirada, para eliminar os pecíolos das folhas, a erva dos índios, chamada “caa-mini” (erva miúda), era muito forte e mais durável que a “caa-ibira” (erva de pau, não peneirada) dos espanhóis, e custava o dobro. Também comerciada, em pequena quantidade, nas ditas províncias, a “caa-mini” era exportada principalmente para Buenos Aires, Santa Fé, Chile e Peru. Vendia-se muita erva de Povo a Povo, ou antes, trocava-se erva por gado ou lã e algodão, sem possibilidade de exploração, porque tudo era tabelado por consenso comum.

Sigamos o lento transporte da “caa-mini”, desde Santo Ângelo até Lima ou Potosi. As carretas (de duas rodas, com quase dois metros de diâmetro) levavam duas semanas ou mais até São Nicolau ou São Xavier, junto ao rio Uruguai. Uma balsa transportava a erva e arrastava pela água as carretas vazias, seguidas pelos bois, a nado. Mais duas semanas, e as carretas chegavam a Candelária, donde seguia um barco a vela. Mais algumas semanas até Santa Fé, onde a erva era vendida a comerciantes atacadistas. Reunidas 50 ou 100 carretas, fortemente escoltadas por causa dos salteadores indígenas provenientes do Chaco, prosseguia a viagem por mais dois meses, até a Cordilheira dos Andes. A “transportadora andina” era uma ré-cua interminável de mulas, que se arrastava, por algumas semanas, pela cordilheira, a 5 000 metros de altura, para descer até Valparaíso, na costa do Pacífico. A viagem marítima até o porto de Callao acres-

centava mais algumas semanas, como também de Callao até Lima e ainda mais para o interior, talvez no lombo de mulas. Toda a viagem terá durado umas 40 semanas ou mais. Por via terrestre, a erva-mate seguiria pelo noroeste da província de Tucumán até Lima.

Como artigo de consumo mais universal, a erva servia de moeda, no comércio. Os paraguaios, efetuando suas compras em Comentes, Santa Fé ou Buenos Aires, pagavam com erva; de volta ao Paraguai, revendiam seus artigos a preço de erva. A ganância levou os espanhóis comendadores a sobrecarregar de trabalho seus índios, para aumentar a produção, quando a oferta já era maior que a procura. Como o preço baixasse muito, pleitearam a proibição de os índios das Missões exportarem sua “caa-mini”. Esta teve então sua exportação limitada em 12 000 arrobas espanholas (de 12 kg) anuais para os Trinta Povos, que às vezes mal conseguiam exportar a metade, visto que a parte principal da produção se destinava ao consumo interno, que pode ter alcançado, no conjunto das Reduções, umas mil toneladas ao ano, segundo alguns autores.



Ruínas de São Cosme e Damião, em seu estado atual!

O SISTEMA DE PROPRIEDADE

Os jesuítas foram muitas vezes, sem fundamento, acusados de ilegal enriquecimento, graças à “exploração do serviço-escravo dos índios, no império jesuítico do Paraguai”. Situados no sul do atual Paraguai, nordeste da Argentina e sudoeste do Brasil, os Povos guaranis pertenciam ao reino de Espanha, e integravam, inicialmente, a província civil de Assunção, passando pouco depois à jurisdição de Buenos Aires. Jamais formaram um reino (ou império) jesuítico. Se nesse território, exclusivamente reservado aos índios, só eram admitidos missionários jesuítas, não foi usurpação da Companhia de Jesus, mas ordem expressa e peremptória do rei da Espanha. Para melhor compreensão da vida dos Trinta Povos, resumimos aqui em linhas gerais da economia e do sistema de propriedade das Reduções⁹.

Propriedade comum aos Trinta Povos

A Vacaria do Mar, muito explorada por espanhóis e portugueses, nas últimas décadas do século 17, foi, em 1679, declarada propriedade comum dos Trinta Povos, pois não havia dúvida quanto à origem missioneira desse já imenso rebanho, esparramado por terras realengas, até a costa do Atlântico. Ele fora introduzido no atual Rio Grande do Sul em 1634 pelo P. Mendoza, e logo abandonado, ante as incursões bandeirantes. Prevendo a rápida extinção da Vacaria do Mar, o padre provincial, em 1712, determinou a criação da Vacaria dos Pinhais, devendo cada Redução contribuir com, pelo menos, 2 000 reses. Tal resolução foi bem-sucedida, como mostram as cifras de algumas contribuições: São Tomé: 10 000 cabeças, São Borja: 15 000, Cruz: 30 000. Mas os abigeatários portugueses ouviram os mugidos e, em três ou quatro décadas, exterminaram também esta

9. Este tema foi mais largamente tratado em outra publicação do autor, sob o título: “O sistema de Propriedade das Reduções Guaraníticas” (cf. “Pesquisas” n° 3, de 1959, do Instituto Anchieta de Pesquisas — Unisinos, São Leopoldo).

vacaria. Resolveu-se então formar um plantel de umas 100 000 vacas nas vastas estâncias de Japeju e São Miguel. Esses dois Povos não poderiam negar aos demais o livre acesso a esse gado, de propriedade comum aos Trinta Povos, mas teriam direito à remuneração dos estancieiros. Não há informação quanto ao êxito desse plano.

Nos Offícios de Santa Fé e Buenos Aires, eram comuns aos Trinta Povos: o terreno, os prédios com sua mobília, o pessoal de serviço e talvez o estoque de mercadorias que os dois padres procuradores adquiriam, em hora oportuna, para revendê-las, a preços módicos, às Reduções, segundo suas encomendas. O pagamento se fazia, geralmente, com erva-mate, que os dois padres procuravam colocar a bom preço, como procuradores do Povo exportador, não como compradores intermediários.

Em milhares de documentos estudados, não encontramos qualquer referência a tal ou qual propriedade de alguns Povos em conjunto. A propriedade coletiva, ou se estendia aos Trinta Povos, ou se restringia a um determinado Povo, devendo o comércio entre os Povos suprir as deficiências.

Propriedade comum a cada Povo

Ao se juntarem muitos caciques (40 ou 50), para formar um Povo, suas terras, quando não abandonadas, em razão de sua excessiva distância, eram incorporadas ao patrimônio de toda a comunidade. Todavia, em atenção ao vital apego dos índios a seus caciques, dividiu-se a Redução em bairros (cacicados), onde o cacique, cercado de seus vassalos, exercia sua autoridade de capataz, especialmente na agricultura. Para tanto cedia-se, temporariamente, a cada bairro determinado capão ou trecho de mato, para seu uso e cultivo, mas sem o direito de propriedade, em sentido estrito.

A comunidade, embora conservando a propriedade coletiva de suas terras, reservava para cada família uma roça particular de um a dois hectares, que o casal cultivava obrigatoriamente, como contribuição ao sustento seu e das crianças com menos de sete anos, enquanto os outros filhos solteiros trabalhavam na roça coletiva, ajudados, dois dias por semana, pelos casados. Eram, outrossim, propriedade coletiva: os matos e os ervais, os produtos de exportação e os barcos de transporte, as oficinas e as casas de moradia.

As estâncias e internadas eram mantidas a expensas da comunidade, e cada família recebia, gratuitamente, sua ração diária de carne. As carretas e os animais de tração eram emprestados, sob severa vigilância, pela comunidade aos índios particulares que deles precisassem. Eram ainda tarefas comuns a criação e tosquia das ovelhas, como também a cardagem, fição e tecelagem de lã para todos. Toda a roupa e muitos utensílios domésticos eram doados pela comunidade. As armas de fogo ficavam guardadas sob chave, com uso restrito aos exercícios militares.

Propriedade particular

Entre os guaranis, a família e o indivíduo exerciam direito de propriedade sobre alguns objetos de uso pessoal, por eles mesmos fabricados ou legitimamente adquiridos, sem qualquer direito de os exigir da comunidade (arcos e flechas, redes de dormir, painéis de cerâmica, etc.). Não fica excluída a propriedade particular de alguma coisa campestre, carreta, canoa, animal de estimação (macaco ou papagaio). Os índios, embora pudessem, de direito, estender sua propriedade particular a outros bens, como bois e cavalos, não tinham interesse em mantê-los. Por isso a administração de tais bens estava em mãos do cabildo, que distribuía os serviços comunitários, de acordo com as aptidões de cada um.

A grande família

O inveterado costume indígena de ter e fazer tudo em comum frustrou as tentativas dos missionários de introduzir nas Reduções a propriedade particular, segundo o modelo europeu, para dar ao índio maior estabilidade. Deve-se ao profundo respeito dos missionários pela liberdade dos índios a preponderância quase absoluta da propriedade coletiva. Mesmo as casas de moradia e as roças particulares eram, afinal, coletivismo camuflado. Entretanto, nenhum sistema coletivista hodierno (socialismo, sindicalismo, cooperativismo, etc.) nos faz compreender o sistema de propriedade das Reduções. Era como numa grande família, onde tudo é de todos, e

todos trabalham para a comunidade, sem visar lucros ou vantagens. A calamitosa dizimação dos grupos indígenas, e a falta de condições, tanto econômico-financeiras como sócio-políticas, parece, tornariam hoje impraticável tal sistema, pelo menos em sua totalidade. Foi um experimento singular, só exequível e compreensível em seu contexto histórico-religioso.

A caixa comum dos padres

Os 70 e tantos missionários dos Trinta Povos, ao contrário dos índios, formavam uma única entidade jurídica, comparável a de um colégio da Ordem, com diversos departamentos. Cerca de 10 000 pesos anuais eram pagos pelo erário real, como honorários dos padres. Mas ninguém pensava em reclamar sua cota. Pelo voto de pobreza, haviam renunciado ao direito de propriedade particular. Todo o dinheiro ficava com o padre procurador das Missões, que fazia as compras de roupas, azeite, vinho, etc., sob a orientação do superior das Missões. Este remetia aos padres o que lhe pediam, como o faz o superior de um colégio aos súditos.



Sinos fundidos nas Reduções, e que ainda hoje são usados

O COMÉRCIO

Teoricamente eram possíveis três modalidades de comércio: interno (no âmbito de uma Redução), semi-interno (entre duas Reduções) e externo (com os espanhóis). Dentro da mesma Redução, os índios particulares poderiam negociar entre si ou com a comunidade. Entre duas Reduções poderiam os particulares de uma comerciar com os particulares da outra ou com a outra comunidade, e ainda as comunidades entre si. Com os espanhóis poderiam negociar os índios particulares ou determinada Redução; não, porém, tal ou qual economicamente, independente das demais. Essas eram as possibilidades teóricas; bem outra era a realidade prática.

Comércio interno

Dentro da mesma Redução, os índios particulares só podiam trocar entre si coisas dispensáveis e supérfluas, adquiridas por própria indústria ou doadas pela comunidade; não, porém, os bens necessários à vida e ao trabalho, fornecidos pela comunidade. Exemplifiquemos: se o índio trocasse seu machado por um poncho, não teria com que trabalhar. Mas quem daria seu poncho por um machado, que a comunidade lhe dava de graça? Um colar ou outro enfeite, ainda que recebido da comunidade, podia vendê-lo, mas não recebia outro. Podia igualmente vender o que ele mesmo fabricara, em horário livre, como seus arcos e flechas, ou alguma tigela, como também trocar sua caça por um pescado. O comércio entre índios particulares da mesma Redução é comparável ao procedimento de escolares que trocam sua merenda.

O comércio entre índios particulares e sua comunidade seria apenas simbólico: ao índio que trouxesse, digamos, uma pele de tigre, a comunidade talvez retribuiria com uma faca ou uns anzóis, não como remuneração, mas como brinde. O trabalho obrigatório e qual-

quer serviço extra, prestado à comunidade, eram gratuitos, como gratuito era tudo quanto a comunidade fornecia a seus membros, sem possibilidade de negociar.

Comércio semi-interno

Quanto ao comércio entre duas Reduções será lícito dizer, de modo geral, que não havia comércio entre particulares, nem entre uma comunidade e particulares da outra. A razão é simples: se as diversas comunidades doavam a seus membros, praticamente, as mesmas coisas, por que compraria alguém em outra Redução o que na sua recebia gratuitamente? Por isso os índios só visitavam outras Reduções em ocasiões especiais, como grandes festas. O comércio entre duas Reduções sempre se fazia, juridicamente, pelos cabildos (praticamente, pelos padres), em nome das comunidades. Nem sempre era possível a autossuficiência. Mas o que escasseava em uma Redução podia abundar em outra. Alguns Povos situavam-se mais no campo, com muito gado; outros, junto aos bosques, com solo mais fértil, tinham melhor agricultura. É óbvio que trocassem gado por produtos agrícolas. Um Povo podia ser mais especializado na fundição de sinos; outro, no fabrico de instrumentos musicais; um terceiro, na tecelagem. O intercâmbio comercial era útil a todos e até necessário. Mesmo as compras feitas nos Ofícios de Santa Fé e Buenos Aires podiam ser revendidas, segundo as necessidades de cada Redução. Obviamente, muitos artigos eram comprados a crédito ou conta corrente.

Para evitar a exploração da necessidade alheia por preços escorchantes, os cabildos tabelavam, periodicamente, de comum acordo e sob a orientação dos padres, os preços de todos os artigos de primeira necessidade, segundo seu valor e raridade, o custo da mão de obra, o frete, etc. Tais tabelamentos eram razoáveis e úteis, pois a adversidade podia atingir a todas as Reduções, hoje uma, amanhã outra. Uma arroba de grão de milho custava bem menos que uma de erva-mate, porque esta absorvera muito mais mão-de-obra e tinha bom mercado entre os espanhóis, podendo ser facilmente exportada. Se, em Buenos Aires, a arroba de erva-mate se trocava por oito cavalos, tal fato devia ser ponderado no comércio entre as Reduções. Também eram tabelados os fretes. De Buenos Aires a Candelária,

o frete podia atingir meio peso por arroba. O cabildo podia vender abaixo (nunca acima) do preço estipulado, se o julgasse conveniente. Sobre o comércio entre as Reduções, a única documentação conservada são, além de esparsas tabelas de preços, os interrogatórios, aos quais foram submetidos os padres, na hora da expulsão.

O comércio externo

No comércio com os espanhóis, todas as vendas e compras dos Trinta Povos eram, normalmente, feitas por meio dos Ofícios de Santa Fé e Buenos Aires, para onde desciam os barcos missionários, após a colheita da erva-mate. O padre procurador de Ofício, missionário conhecedor de índios e Reduções, e interessado em tudo quanto lhes dizia respeito, procurava logo vender a bom preço os produtos indígenas, antes que o mercado se saturasse. Fazia igualmente as compras para cada Redução. Há, naturalmente, quem censure tanto paternalismo, que não deixava aos índios a oportunidade de exercer seu tino comercial. Mas quem conhecia os índios podia prever aonde levariam tais experiências. Os Ofícios, além de práticos, eram necessários para salvar a economia dos Trinta Povos e incrementar seu crescente florescimento. Consta dos interrogatórios, acima referidos, que os padres e cabildos também vendiam, esporadicamente, a espanhóis particulares, alguma coisa de menor monta, sem o recurso aos ditos Ofícios.

Muitos autores antigos e modernos acusam os jesuítas de terem isolado as Reduções do resto do mundo, por motivos tão inconfessáveis como: a misteriosa origem de fabulosas riquezas, a abusiva exploração dos índios, a fundação do império jesuítico, etc. Não se pode negar que as Reduções viviam mais isoladas que as cidades espanholas, mas não por motivos inconfessáveis. As “Leyes de índias” vedavam aos estranhos a entrada franca e a permanência demorada nas Reduções. Nem brancos, nem negros ou mestiços podiam demorar-se mais de três dias em alguma Redução, para que a vida pouco edificante de muitos deles não escandalizasse a natural simplicidade dos índios. Em 1681 confirmou o rei todas as leis de seus antecessores sobre as Reduções. Assim, o relativo isolamento, já regulado por lei antes que os jesuítas entrassem no Paraguai, e novamente aprovado por cédulas reais após a fundação da maior parte das Re-

duções, não foi invenção ou trama dos padres. O único mérito dos jesuítas, neste ponto, é terem batalhado no sentido de se urgir a lei, que os adversários tentavam abolir.

Nenhum mercador podia esperar lucros fabulosos, por fraudes comerciais, já que, por lei, toda transação se fazia sob rigorosa fiscalização dos padres (ou de caciques de sua confiança), para não ser explorada a ingenuidade dos índios, capazes de trocar objetos de valor por qualquer brinquedo (por ex.: um poncho de lã por um colar de contas coloridas), ou de fazer empréstimos e doações até mesmo a estranhos. Assim, os índios particulares quase nada podiam comprar ou vender, porque se exercia severa vigilância, para não desbaratarem os bens da comunidade. Também a comunidade não comerciava muito com caixeiros viajantes, porque, por preços bem mais acessíveis, comprava o padre procurador as coisas necessárias em Buenos Aires, quando desciam os barcos ervateiros.

Temendo emboscadas dos índios chaquenhos, que infestavam o rio Paraguai, os mercadores espanhóis subiam o rio Paraná até, aproximadamente, Itapua, e de lá rumavam, por terra, para o Tebiquari e, neste caminho para Assunção, passavam por quatro Reduções: Santiago, Santa Rosa, Santa Maria de Fé e Santo Inácio Guaçu. Normalmente não passavam por outros Povos, pois não valia a pena, por interesses comerciais, fazer longa e molesta viagem de vários meses, com muitas despesas e poucas perspectivas de lucro. Aí está a causa principal do isolamento das Reduções.



Escultura das Reduções

MINAS E TESOUROS ESCONDIDOS

Minas

A constante prosperidade dos Trinta Povos, o florescimento de seus colégios, as magníficas igrejas com tantos objetos dourados ou de prata maciça, os ricos paramentos litúrgicos e as esplêndidas vestimentas oficiais do cabildo, dos milicianos e dançarinos, e, mais que tudo, aquele estranho interesse dos jesuítas europeus nas Missões do Paraguai só tinha, na mente de muitas pessoas, uma explicação: os Povos guaranis (mais precisamente, os jesuítas) exploravam, secreta e ilegalmente, minas de ouro, prata e pedras preciosas, às margens do rio “de la Plata”. Para confirmar as suspeitas, ali estava o rigoroso isolamento das Reduções, vedando a entrada indiscriminada de europeus, negros e mestiços. É admissível que muita gente, mal-informada, possa, inicialmente, ter acreditado na existência das minas. Mas depois de tantas e tão evidentes provas em contrário, seria de estranhar tanta ignorância. Evidenciou-se, em muitos casos, a má fé de virulentos caluniadores, que envenenaram a América e a Europa com os mais fantasmagóricos boatos sobre tais minas, com objetivos bem definidos. Encomenderos espanhóis e bandeirantes portugueses tinham vivo interesse em expulsar das Reduções os jesuítas, para deixar desprotegidos e inermes os índios, tão cobiçados pelos escravagistas.

No século 17 surgiram muitas “testemunhas oculares”, que “sabiam” exatamente onde estavam as ditas minas e se ofereciam às autoridades como guias. Instadas a mostrar o sítio das minas, já não se recordavam bem e nunca acertavam com o caminho. Entre 1625 e 1630, o governador Pedro Estéban Dávila, enganado por falsas testemunhas, escreveu ao rei da Espanha, asseverando a existência das minas. Recuaram, porém, as testemunhas, jurando que nunca haviam feito tal afirmação. Alguns anos mais tarde, D. Cárdenas assegurava que as minas realmente existiam, mas somente após a expulsão

dos jesuítas seriam descobertas. O governador Jacinto de Láriz, de Buenos Aires, recém-vindo da Espanha, foi logo visitar todas as Reduções, e convidou o bispo a mostrar o local das minhas, mas este preferiu ignorar o convite. E o índio Ventura, que havia propalado esse boato, foi tão venturoso, que o governador, por intercessão dos padres, lhe comutou a pena de enforcamento em 200 chibatadas. Como os jesuítas fossem acusados de suborno do governador, o rei enviou como visitador o ouvidor João Blásquez de Valverde, homem prudente e prático, que levou consigo Cristóvão Vera, técnico em minas do Peru. Concluindo suas pesquisas do solo paraguaio, este afirmou peremptoriamente que ali não havia nem podia haver minas de ouro e prata. Os caluniadores, comprovada sua má fé, foram condenados à amputação do nariz e das orelhas, mas, por intercessão dos padres, tão humilhante castigo foi-lhes comutado em multa.

Em 1651, o ouvidor André Garavito de León multou e desterrou alguns assuncenhos, que se negavam a cumprir, no prazo de vinte dias, a promessa, firmada em documento, de mostrar as ditas minas. Em 1657, um índio, de nome Domingos, exibindo, como de sua feitura, um mapa da Redução de Conceição, dizia saber onde estavam as minas, pois nelas havia trabalhado. Valverde, novamente enviado como visitador, levou consigo soldados e o índio. Mas este não soube localizar as minas, pois nunca tinha estado nas Reduções. O encomendero cap. Cristóvão Ramírez de Fuenleal o induzira a divulgar o falso boato e lhe entregara o dito mapa. De todas essas investigações e seus resultados negativos mandou-se relatório ao rei. Depois disso ainda foi dada uma que outra ordem de novas pesquisas, mas os governadores não mais quiseram expor-se ao ridículo, procurando o que bem sabiam não existir. Por volta de 1765, os boatos voltaram à tona, com a pretensa descoberta de moedas, que teriam sido cunhadas “sob o reinado de Nicolau I”. Bucarelli, encarregado da expulsão dos jesuítas, trazia o encargo confidencial de verificar se havia minas de metal precioso no território missioneiro. Mas não foi mais feliz, em suas buscas, que seus predecessores. Diante de tal fracasso, não podemos esconder nossa perplexidade: afinal, com que artimanhas terão os jesuítas, mediante o “serviço-escravo” de tantos milhares de índios, explorado, durante século e meio, essas ricas minas de ouro e prata, que ninguém acaba descobrindo?

Tesouros escondidos

Não obstante os mais peremptórios desmentidos, tantos boatos sobre as minas dos jesuítas paraguaios excitavam a imaginação popular, e acabaram criando um mito inextirpável: os tesouros escondidos. É sabido que não havia, nas Missões do Paraguai, nem tesouros nem riquezas fabulosas. O que geralmente custava mais, naquela época, não era a matéria-prima, mas a mão de obra. Ora, nas Missões, esta era sempre plenamente gratuita, tanto da parte dos índios como dos missionários, de modo que as monumentais igrejas não haviam tido tantas despesas assim. Não negamos que sua rica ornamentação, dentro do estilo barroco, tenha sido excessiva para nosso gosto artístico atual, conquanto admirável aos olhos dos índios e europeus daquele tempo. Todavia, do esplendor das igrejas não se pode deduzir a existência de grandes riquezas na Reduções, e muito menos, de somas fabulosas, depositadas nos bancos, em nome da Companhia de Jesus. Foram registrados muitos testemunhos, que atestam não ter havido, nos Trinta Povos, muita riqueza, mas discreta mediania bem administrada. Para prová-lo, apenas três argumentos:

Primeiro argumento: de acordo com avaliações insuspeitas entre não-jesuítas, era insignificante a exportação, devendo situar-se entre 50 a 100 mil pesos anuais. A erva-mate, que, por lei, não podia superar 12 000 arrobas anuais, para o conjunto dos Trinta Povos, às vezes mal alcançava a metade, ao preço de uns quatro pesos por arroba. Além da erva-mate, pouca coisa mais se exportava: algum açúcar, algodão, tabaco, etc. Pensam alguns autores que as Reduções podiam exportar gado ou, pelo menos, couro. Hipótese absurda! Gado e couro tanto abundavam em Buenos Aires, que os exportadores espanhóis disputavam duramente o embarque de seus produtos nos poucos navios que ancoravam naquele porto. Teria sido um contrassenso levar tão longe um produto que não tinha qualquer garantia de mercado compensador, e era, além disso, tão necessário nas próprias Reduções. De modo que a exportação missioneira não podia ultrapassar em muito os 50 000 pesos anuais. Subtraídos uns 20 000 pesos de tributo, e cobertas as despesas comuns, sobravam, na média, para cada um dos Trinta Povos, uns mil pesos, para as compras de ferramentas e de mil outros artigos necessários. Já se vê que não era possível um forte superávit. Mesmo assim, certos “historia-

dores” escrevem livros, para denunciar que os jesuítas, anualmente, remetiam centenas de milhares (ou mesmo milhões) de pesos para o centro da Ordem, em Roma.

Segundo argumento: Os inimigos dos jesuítas tiveram que reconhecer a inexistência de tais riquezas, e o provaram, levando as Reduções à ruína. Em 1756, na invasão dos Sete Povos Orientais pelo exército luso-espanhol, como logo depois, em 1768, na expulsão dos jesuítas, todas as dependências e “esconderijos”, todos os inventários, tudo, tudo foi vasculhado pelos oficiais de ocupação, com olhos de lince, ansiosamente, ferozmente. Para seu grande desapontamento, não descobriram nem grandes riquezas nem meios de produzi-las. Os colégios das cidades, onde se suspeitava escandaloso acúmulo de riquezas, tinham geralmente um pequeno déficit. Tão estrondoso foi o fracasso econômico dos sucessores dos jesuítas, que, quarenta anos depois da expulsão, dois terços dos índios já haviam debandado das Reduções, por não aguentarem tanta miséria. Pouco depois já não havia o que administrar, nem donde cavar o tributo para o rei.

Terceiro argumento: A incriminação de enriquecimento ilícito e escandaloso, por parte dos jesuítas, implica numa contradição psicológica inexplicável: depois de abandonarem, por amor a Deus e aos índios, tudo quanto tinham ou podiam adquirir, por herança ou trabalho, em riquezas, conforto e bem-estar, em sua pátria, agora no estrangeiro (ou antes, no exílio voluntário), entre gente semicivilizada, esses mesmos intrépidos evangelizadores se agarrariam, gananciosamente, ao pouco que, nas Missões do Paraguai, pudessem ajuntar. As constituições e o voto de pobreza que observavam dizem coisa bem diversa. Mesmo que tivessem podido entesourar fortunas fabulosas, não o teriam feito, bastando, para prová-lo, seu heroico desprendimento, tanto na hora da partida para as Missões, como durante os longos anos de vida missionária, e principalmente na hora da expulsão. As mãos não largam tão facilmente o que está preso ao coração.

Refere o P. Furlong que um pacato cavalheiro inglês, ainda em 1953, escrevendo sobre os tesouros escondidos, elaborou minuciosa planta da Redução de Santo Inácio Mini, nela indicando, com surpreendente precisão, algumas ruas, onde estariam enterrados 3 200 kg de ouro e prata. A facilidade de ser encontrado o tesouro, a

soma exorbitante, seu peso exato (3 200 kg) e, mais que tudo, o generoso desprendimento e altruísmo do nobre cavalheiro não passam de uma pitada de bom sarcasmo inglês, tanto assim que nenhum governo, nem homens de negócios, nem sequer vulgares aventureiros nunca se interessaram em desenterrar esse tesouro, que bem valeria uma guerrinha internacional. Não obstante, tais boatos sobre os tesouros dos jesuítas ainda impressionam muita gente. O autor deste trabalho, por incrível que pareça, já recebeu vários convites, para colaborar na escavação dos tesouros escondidos. Nunca deu atenção a tão graciosas propostas, que morreram antes de bem-nascidas. Só mesmo indivíduos de supina e alarmante ignorância ainda acreditam nas fabulosas riquezas dos missionários jesuítas, entre os guaranis. A crença se baseia em lendas, e se confirma com as grandiosas ruínas de várias reduções. Então qualquer coisa estranha e misteriosa logo se atribui aos antigos jesuítas.

Afinal, que tesouros poderiam ser? Moedas que, porventura, forem desenterradas, terão talvez pertencido a algum rico fazendeiro de tempos posteriores, surpreendido, quem sabe, por alguma revolução. Aos missionários certamente não pertenceram. Nas Reduções não circulava moeda metálica. Todo o comércio consistia em troca de gêneros ou em compras a crédito. Nem poderiam ter enterrado cálices de ouro e prata, ou a matéria-prima para sua confecção, porque tudo era, anualmente, inventariado. E tudo foi vasculhado com todo o rigor e com toda a paixão de anticlericais, à hora da expulsão dos jesuítas. Expulsos, os missionários nenhuma esperança podiam ter de retornar a esses lugares. Para que, pois, e para quem enterrar tesouros? Não é admissível que homens tão superiores, como sempre se haviam mostrado os missionários em sua longa e eficiente administração, e tão espirituais, que, por causa do evangelho, tudo tinham abandonado, agora, no fim de sua vida missionária, esquecidos de sua paciente dedicação e heroicos sacrifícios pelo bem alheio, se tornassem ladrões vulgares dos bens dos índios, enterrando o que não era seu e que jamais poderia ser recuperado. Mas, para que argumentar? O melhor sempre será: escavar. Se alguém encontrar esses tesouros escondidos, solicitamos pronta comunicação.

E os famosos subterrâneos? Qual sua finalidade, senão assegurar o tesouro dos jesuítas? Todos os subterrâneos até hoje descobertos eram simples adegas, sempre situadas sob a cozinha ou re-

feitório dos padres. A fantasia popular prolonga esses subterrâneos por centenas e milhares de metros. Se havia, como deve ter havido, canais subterrâneos, a única explicação aceitável, parece, é a rede de esgoto.



Parte do catálogo de livros, existentes na Redução de São Xavier

SÉTIMA PARTE
EXPULSÃO DOS JESUÍTAS



Estátuas de Santo Inácio Guaçu, no atual museu da Redução

OS MISSIONÁRIOS EUROPEUS

Quando a morte ceifava alguns missionários, ou a doença e a velhice os arrancavam do campo de trabalho, era necessário providenciar sua substituição por forças novas. Onde buscá-las? As vocações entre os filhos dos imigrantes espanhóis eram pouquíssimas. Assim, era mister recorrer à Espanha. Mas nem esta podia atender todos os pedidos. Os jesuítas espanhóis tinham então a seu encargo, na Espanha e em suas colônias, várias universidades, e mais de cem colégios, além de inúmeras Missões, mormente indígenas. Mas “o Espírito sopra onde quer” (Jo. 3, 8). Como prova de as Missões serem obra de Deus, o Espírito Santo suscita, onde lhe apraz, o ideal missionário. Jesuítas de várias nacionalidades, superando o mesquinho nacionalismo, tão enraizado no coração do homem, ofereciam-se generosamente para trabalhar nas Missões indígenas da Espanha, embora vilmente acusados de irem, como gananciosos aventureiros, em busca das minas de ouro e prata. E só não vieram em maior número, porque Espanha estabelecera apertadas restrições aos missionários estrangeiros, temendo que eles, em suas cartas, prestassem valiosas informações a outras nações, como Portugal, França, Inglaterra e Holanda, ou que estas nações, que tantas vezes hostilizavam a Espanha, pretendessem conquistar as colônias espanholas, sob o pretexto de as terem elas evangelizado.

Às nações amigas, Alemanha e Itália, concedeu Madrid licença de enviar missionários ao Paraguai, desde que os padres estrangeiros não ultrapassassem 1/4 (mais tarde 1/3) dos padres espanhóis. Também de outras nações puderam alguns jesuítas, com licença especial, entrar no Paraguai.

De quatro em quatro anos, aproximadamente, e sempre que parecesse oportuno, um ou dois padres procuradores viajavam à Europa, para buscar reforços missionários. Antes, porém, preparava-se o ambiente. Em cartas aos parentes e amigos ou a pessoas influen-

tes, os missionários falavam de seus trabalhos e canseiras, de suas viagens e peripécias com índios selvagens ou com feras, da conversão dos nativos e de sua opressão pelos brancos, da carência de clero e do muito fruto que se podia esperar com seu aumento. Essas cartas, em parte publicadas na imprensa europeia, excitavam a fantasia, compaixão e generosidade no coração de muitos jovens idealistas, nos colégios e universidades. Como fruto de tal correspondência epistolar, muitos estudantes entraram na Companhia, para serem missionários no além-mar, e não poucos jesuítas, alguns já em idade madura, renunciando às comodidades dos colégios em sua pátria, internaram-se nas selvas de terras coloniais.

Não era fácil obter a licença dos superiores, sem antes passar por longa provação. Além de vigorosa saúde física e mental, exigia-se acrisolada virtude e, mais que tudo, vocação missionária. Ciente das enormes dificuldades que aguardavam o missionário, os superiores não poderiam permitir que algum súdito, mais zeloso que prudente, se aventurasse a iniciar um trabalho apostólico de tanta responsabilidade, com perigo de malogro, por falta de preparo, coragem ou resistência. Provava-se no candidato, particularmente, sua motivação sobrenatural, já que os atrativos naturais e humanos bem cedo se desvanecem na prática, dura e monótona, da vida missionária, sempre pobre e sacrificada.

Passadas as necessárias provações, os candidatos aprovados aguardavam a primeira oportunidade de embarque coletivo, que o padre procurador das Missões agenciava com os funcionários da corte. Luta árdua devia ele, às vezes, sustentar, para obter a subvenção legal, pois a maior parte das despesas de viagem corria por conta do erário real. Acertado o número de novos missionários (30, 40, 50...) e selecionados pelo rei, enviava-se a lista nominal ao porto de embarque. No caso de demorar muito a partida do navio, hospedavam-se os missionários nos colégios mais próximos, para os estudantes continuarem sua formação. Os formados ajudavam o clero do lugar em seus trabalhos apostólicos, e se dedicavam ao estudo do guarani e, no caso de estrangeiros, também do espanhol. A viagem, em navio a vela, levava dois a três meses, indo-se de Cádiz (ou de Lisboa) a Buenos Aires, donde os noviços seguiam para a casa de provação, e os estudantes para a Universidade de Córdoba, enquanto os padres e irmãos formados rumavam diretamente para as Missões.

Revelaram-se os padres estrangeiros muito úteis às Missões, porque, vindos de diferentes países, sob certo aspecto mais desenvolvidos que Espanha, introduziram novas técnicas e métodos mais aperfeiçoados. O grande florescimento agrícola, técnico e artístico das Reduções coincide com a chegada dos padres estrangeiros. Reconhecidamente são devidos aos alemães grandes melhoramentos técnicos no artesanato, e aos italianos se deve uma contribuição mais acentuada na arte e na arquitetura.

Padres provinciais europeus foram, às vezes, acusados de se descartarem de religiosos menos capacitados, mandando-os às Missões, para não fazerem má figura na Europa. É compreensível que um ou outro superior largasse, de preferência, os menos dotados, segurando para as cátedras os maiores luminares. Tal atitude teria, sem dúvida, algumas razões a seu favor. A acusação, sem profundo conhecimento de toda a situação, corre o perigo de ser parcial e injusta. Nem sempre é fácil encontrar a solução mais acertada. De qualquer forma, alguns casos isolados não constituem a regra, nem estabelecem um princípio, que seria contrário a um voto especial, que os jesuítas fazem a respeito das Missões.

Essa acusação é, aliás, refutada pela própria natureza da vida nas Reduções e pela abundante documentação sobre as qualidades dos missionários¹⁰. Quanto à vida missionária, basta ponderar que ela exige muito mais virtude sobrenatural que a vida religiosa em geral. O missionário renunciava, de antemão e para sempre, à glória literária do escritor, à cátedra do professor e ao púlpito do orador sacro. Passava toda a sua vida entre índios primitivos, só interessados nas coisas concretas de seu dia a dia. Renunciava também ao convívio de parentes e amigos, bem como às comodidades de sossego e paz, nos colégios, para ocupar-se, dia e noite, com os problemas e caprichos dos índios, adotar seus costumes, e aprender, a duras penas, em idade madura, uma língua totalmente estranha. Todos esses sacrifícios e renúncias ele os aceitava por amor a Deus e ao próximo, para toda a vida, até a morte, obscura e talvez sangrenta.

Já se vê que do missionário se exigia virtude extraordinária. É verdade que sua vocação podia, inicialmente, sofrer a influência de motivos humanos. Sob certos aspectos, nasce ela como qualquer

10. Algumas pesquisas coletaram dados biográficos de todos os missionários. Também o P. Furlong os cita em longas listas, infelizmente incompletas.

profissão. Os jovens se entusiasmam facilmente por um misto de heroísmo, aventura e glória. O ideal de fazer grandes coisas pelo rei divino, a exemplo dos conquistadores, ao serviço do rei terreno, pode arrebatá-los um coração generoso e nobre. Ofereciam-se então esses jovens religiosos como candidatos às Missões. Sabemos que há uns 14 000 pedidos desse tipo nos arquivos centrais da Ordem dos jesuítas. Os superiores estavam cientes de que, ao menos no início da vida religiosa, os motivos naturais e sobrenaturais se interpenetram, já que a vocação divina não dissolve a natureza humana. Procuravam, pois, depurar as intenções, por uma dura provação, que geralmente (não sempre) se prolongava por todo o tempo de formação (10 ou 15 anos). No caso de terem prevalecido motivações meramente humanas, o candidato, pouco a pouco, recuava ante as duras perspectivas da vida missionária; se, porém, eram sinceros e sobrenaturais seus propósitos, ele se exercitava em renúncias, que o iam preparando mais e mais para sua futura missão. Por tal sistema, quem finalmente alcançava o ideal, já devia possuir alto grau de virtude. Precisava ele, além disso, de boa saúde física e mental, pois o trabalho seria duro e, em certo sentido, deprimente, longe de médicos e enfermeiros formados. Também se requeria sólida formação filosófica e teológica, pois não haveria possibilidade de consultar grandes bibliotecas ou especialistas, nos casos difíceis das ciências teológicas.

Apesar da longa formação e rigorosa seleção dos candidatos ao sacerdócio, e especialmente às Missões, queixaram-se alguns superiores, por volta de 1670, de certo relaxamento na formação intelectual de novos missionários. Sendo o número destes, por determinação da corte, tão restrito, as vagas deveriam ser preenchidas com os melhores elementos. Os padres procuradores apertaram, pois, as exigências, e tudo se remediou. O P. Furlong aduz, como prova da boa qualidade moral e intelectual dos missionários, o fato de, em 150 anos, não ter sido necessário retirar das Missões mais de cinco ou seis jesuítas, quase todos por falta de saúde, e não por falta de ciência ou virtude. Um deles não conseguia aprender a língua indígena; outro não superava uma extremada melancolia; um terceiro sofria de constantes insônias; e ainda outro andava atemorizado com os contínuos rebates de guerra, no tempo das fundações. Recolhidos para o sossego dos colégios, serviram fielmente à Igreja, na Companhia, até o fim de sua vida.

Não é de estranhar que, em tão longos anos, tenha havido alguns desentendimentos entre índios e padres, e dos próprios padres entre si. São atitudes humanas, muito naturais entre pessoas de várias nacionalidades e de gênios tão diferentes, e tanto mais compreensíveis, no caso de prevalecer a autoridade do cura sobre a experiência do sócio. Procuravam os superiores destinar para o mesmo Povo dois jesuítas que, mesmo naturalmente, se dessem bem, pois não seria prudente contar apenas com a virtude cristã. Surgindo, porém, alguns atritos mais sérios e prolongados, remediava-se a situação com a transferência de um dos padres para outra Redução. Em geral, porém, era outro o motivo das frequentes transferências. Com o correr dos anos, tanto se afeiçoavam os índios aos padres, que era muito difícil transferi-los, quando as circunstâncias deste ou daquele Povo o requeriam. Uma transferência periódica, de cinco em cinco anos, aproximadamente, visava a evitar a fixação das relações afetivas.

Certos autores querem distinguir três tipos de missionários: primeiro teriam vindo os “santos”, depois os “civilizadores”, e finalmente os “comerciantes”. Tal classificação superficial poderia apoiar-se em circunstâncias meramente externas. Os fundadores, que iniciaram a grande obra, com enormes sacrifícios e, muitas vezes, com perigo da própria vida, eram, obviamente, aureolados como santos. Seus sucessores, vendo estabilizadas as Reduções procuravam civilizar os índios e introduzi-los em todas as técnicas agrícolas, artesanatos e artes que o meio ambiente permitia, para garantir-lhes uma subsistência tranquila, e educá-los, pelo trabalho, para uma digna convivência com os europeus. Quanto ao comércio, é sabido que as circunstâncias exigiam do padre que providenciasse o indispensável, em favor dos índios, incapazes de administrar seus bens. Fazer negócios ou negociatas em proveito próprio era-lhes duplamente vedado, tanto pelo Direito Canônico, como pelo Instituto de sua Ordem. Mas isso para muitos vem a ser página em branco em seus parcos conhecimentos históricos. As circunstâncias modificaram-se muito em 150 anos, mas elas não nos autorizam a sentenciar que os primeiros missionários eram menos civilizadores, ou que os últimos eram menos santos. É fato incontestável que, tanto no início, como no meio e no final das Reduções guaranis, o missionário precisava de virtude heroica, saúde de ferro, singular equilíbrio mental e, principalmente, muito idealismo. Tinha que ser, sem dúvida alguma, um homem “fora de série”.

MISSÃO CUMPRIDA

Lembra o P. Furlong uma conhecida anedota, que tenta focalizar alguma característica de várias Ordens religiosas, no campo da atividade missionária: certa noite, estando três religiosos a rezar o breviário, falhou a luz. O piedoso franciscano entoou, então, louvores a Deus, suspirando: “Luz e trevas, bendizei ao Senhor!” O erudito dominicano filosofava sobre as possíveis causas e os eventuais efeitos de tão lamentável fenômeno, quando, finalmente, voltou a luz. O jesuíta, discretamente, fora substituir o fusível queimado.

Não cabe aqui estabelecer um estudo comparativo entre a Companhia de Jesus e outras Ordens religiosas, mais antigas. Mesmo que, de alguma forma, ilustrasse suas características, qualquer paralelo seria claudicante, frívolo ou até injusto. Reconhecendo os grandes méritos de outros religiosos, nos mais variados campos de apostolado, e não desconhecendo a fecunda atividade missionária, especialmente dos frades franciscanos, em prol dos índios guaranis, buscamos aqui uma explicação do bom desempenho da antiga Companhia de Jesus, na Missão do Paraguai. Acentua-se, às vezes, unilateralmente, o senso prático dos jesuítas, como insinua a anedota, acima referida.

Ressaltamos, primeiramente, a organização da Ordem, fundada por um estrategista militar. O superior geral tem jurisdição sobre todos os jesuítas, e pode suspender qualquer ordem dos padres provinciais, e qualquer súdito tem recurso livre e direto ao superior geral. É verdade que tudo se costuma fazer por meio dos superiores intermediários, mas estes não terão estabilidade em seu cargo, se não procederem bem, segundo as normas do Instituto. As boas iniciativas de superiores e súditos têm aceitação em todos os escalões, e as ordens dos superiores têm a garantia de pronta execução por parte dos súditos. Tanto o padre geral como os padres provinciais e os superiores locais têm seus conselheiros ordinários e extraordinários, escolhidos dentre os padres mais experimentados e prudentes,

com os quais, obrigatoriamente, se consultam, ainda que sem a obrigação de seguir seus conselhos.

A coesão internacional da Ordem, não raro, trouxe decidido apoio aos missionários, na defesa dos direitos humanos. Um alarmado grito de socorro fazia ecoar outros brados em todas as instâncias do poder civil e eclesiástico. Todos os jesuítas apoiavam a luta dos missionários do Paraguai pela liberdade dos índios. Diversos governadores prepotentes recuaram ante o protesto internacional contra situações inaceitáveis.

Outro fator positivo foi o grande número de vocações seletas. Tinha a Companhia de Jesus centenas de colégios secundários e não poucas universidades, na Europa e na América. Ali todos faziam propaganda a favor das Missões, de modo que muitos jovens entravam na Companhia, precisamente por visarem ao ideal missionário. Podiam, assim, os jesuítas começar muitas obras, como a fundação das Reduções, porque tinham a certeza moral de que teriam sucessores, os quais, pela unidade de comando, continuariam seu trabalho exatamente no mesmo sentido.

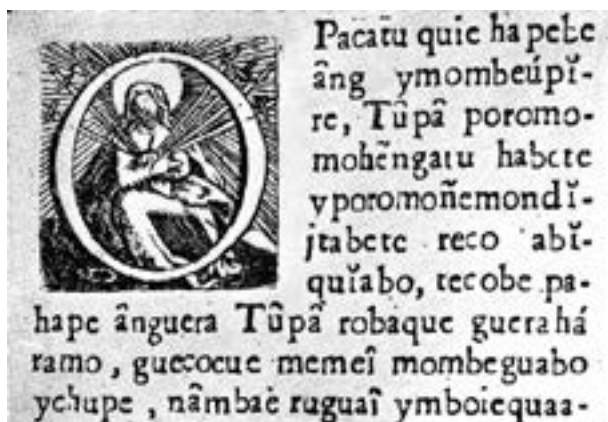
Não menos importante foi a minuciosa organização nas Reduções. Não havia grandes lapsos de tempo, em que os índios não soubessem exatamente o que fazer; tudo, porém, mesclado de orações, cantos, músicas e festejos populares, de tal forma, que o tempo passava despercebido. Poder-se-ia dizer que o índio nem tinha tempo para pensar em vícios e malandragens. Era a educação pelo trabalho (a laborterapia dos psicólogos modernos). Todos os missionários liam, periodicamente, as prescrições dos superiores e os informavam a respeito de seu cumprimento. Responsáveis por tantas obras, executadas simultaneamente, com o perigo de não terem forças suficientes para levá-las adiante, é de admirar que os padres errassem tão pouco na administração temporal, que não era seu campo específico. Um horário minucioso, elaborado com base na experiência e fielmente observado, deixava-lhes a necessária folga, para evitarem atropelos e omissões, tanto na administração temporal, como em sua vida espiritual e pastoral.

Não se deve esquecer um fator externo, que muito contribuiu para o êxito das Reduções: a constituição de um governo indígena, diretamente subordinado ao governador de Buenos Aires, com a garantia de os índios não terem que prestar serviços pessoais aos es-

panhóis. Lembremos, finalmente, um fator negativo, que, por algum tempo, favoreceu o incremento das Reduções: o terror que inspiravam os mamelucos. Aderindo ao cristianismo e à vida em Reduções, os índios se julgavam seguros de sua liberdade. Se os bandeirantes, inicialmente, com imensos sacrifícios, se embrenhavam pelas florestas, e caçavam apenas índios selvagens, poupando os cristãos, não foi, certamente, por escrúpulo de consciência, mas com o perverso intento de juntá-los em maior número nas Reduções, onde mais fácil e seguramente os apanhariam.

Em suma, temos como explicação, ao menos parcial, do grande sucesso das Missões jesuíticas do Paraguai:

- 1) a bênção de Deus, que tantas e tão evidentes provas deu de ser sua a grande obra missionária;
- 2) a perfeita unidade de comando e a forte coesão internacional da Ordem inaciana;
- 3) o elevado número de ótimas vocações missionárias e a rigorosa formação e seleção dos candidatos;
- 4) a minuciosa organização das Reduções;
- 5) a lei que declarava os índios súditos diretos do rei (representado pelo governador), e proibia sua sujeição aos encomenderos espanhóis.



Letra inicial de um livro guaraníco, impresso nas missões

O TRATADO DE MADRID

Assinado por Espanha e Portugal em 1494, o Tratado de Tordesilhas, após vários reajustes, dividia o mundo em duas partes, por um meridiano que passava, aproximadamente, pela foz do Amazonas e pela Ilha de Santa Catarina. A terra que se descobrisse a leste dessa linha seria de Portugal, e a oeste, de Espanha. Não era então possível demarcação mais precisa, já que o Novo Mundo em grande parte ainda não fora descoberto. Por isso mesmo não poderia esse Tratado ter validade perpétua, tanto menos que, de ambas as partes, era desrespeitado. Espanha ultrapassara a linha demarcatória, ocupando as Ilhas Filipinas, pertencentes a Portugal; os bandeirantes, em compensação, invadiram terras espanholas, milhares de quilômetros além do meridiano divisório.

Espanha firmara-se nas costas do Pacífico, enquanto Portugal ocupara as costas do Atlântico. A terra intermediária, do Prata ao Amazonas, ainda não fora ocupada pelos brancos. Apossaram-se dela os bandeirantes, depois de capturados ou trucidados ou expulsos os índios do Guairá, Itatim e Tapes. Os espanhóis não tinham então possibilidades de conquistar a terra ocupada pelos portugueses. Tentou-se, pois, em 1750, regularizar os limites, pelo Tratado de Madrid, que estabelecia, aproximadamente, os limites atuais entre o Brasil e as repúblicas hispano-americanas. Na execução do Tratado, as grandes dificuldades surgiram na banda oriental do rio Uruguai, onde se devia entregar a Portugal o território dos Sete Povos, em troca da Colônia do Sacramento. E inegável que o Tratado cometeu clamorosa injustiça, expulsando sumariamente os índios de sua terra natal, sob todos os títulos sua legítima propriedade. Não se lhes deixou a opção, inicialmente prevista e muitas vezes lembrada, de passarem para o domínio de Portugal, permanecendo, assim, em sua pátria. Desterrados, sem a devida indenização, que lhes fora prometida, não se lhes concedeu, sequer, o tempo necessário, para providenciarem casa e sustento em suas novas terras.

Menção especial merece aqui a atitude dos missionários, em relação ao Tratado de Madrid e à transmigração dos Sete Povos. Ante a iminente catástrofe, que ameaçava os índios, empregaram todos os meios legais, para que se revogasse o Tratado. Vendo, porém, que a determinação dos soberanos era irrevogável, não duvidaram que os índios, não emigrando voluntariamente, seriam expulsos pela força. Ante tão desumana alternativa, os padres aconselhavam, como mal menor, a emigração pacífica, para evitar-se o confronto armado, em que os índios seriam fatalmente vencidos e, segundo o “direito” então vigente, tratados como rebeldes e prisioneiros de guerra, sem o direito, que a emigração voluntária lhes assegurava, de levarem seus bens móveis e seu gado.

Os índios, sempre tão submissos aos padres, aqui rejeitaram terminantemente seus prudentes conselhos, admoestações e súplicas. Obcecados por seu entranhado amor à pátria, decidiram não abandoná-la, ainda que lhes custasse a vida. Resolutamente declararam desobediência aberta e formal às ordens reais, que lhes tinham sido transmitidas pelos padres. Fernando VI, rei de Espanha, declarou, pois, a guerra de extermínio aos índios que, por 150 anos, haviam prestado à Espanha tantos e tão relevantes serviços, a ponto de muitos terem sacrificado sua vida na defesa da terra contra o avanço de Portugal.

Organizou-se a primeira campanha militar contra os Sete Povos em 1754. Os espanhóis subiram pela margem esquerda do rio Uruguai até São Borja, e os portugueses, pelo rio Jacuí até Santo Ângelo. Atacando, assim, pelos extremos, os dois exércitos aliados apertariam o cerco aos cinco Povos restantes. Colhidos, porém, pelas geadas do inverno, muito antes de sua chegada a São Borja, os espanhóis, sem pasto para seus bois e cavalos, retrocederam. Também os portugueses, embora em melhores condições, receberam ordens de recuar, após as primeiras escaramuças. Em fins de 1755, os aliados marcharam, lado a lado, sobre o divisor de águas entre os rios Ibicuí e Jacuí. Aos 7 de fevereiro de 1756 foi abatido o bravo e destemido comandante indígena Sepé José Tiaraju. Três dias depois feriu-se a batalha de Caaibaté. Postados no alto duma colina, praticamente desarmados, mas muito confiantes na proteção divina, os guerreiros indígenas, tão imprudentes quanto intrépidos, negavam passagem às tropas invasoras. Pesaroso, o comandante espanhol, em cumpri-

mento às ordens reais, mandou disparar as armas. Uns 1 500 índios perderam inutilmente a vida, por acreditarem ingenuamente que, entre civilizados, prevalecia o direito sobre a força. Muito tempo perderam os aliados na busca de víveres e na penosa subida do planalto pela Boca da Serra, em Santa Maria. Aos 17 de maio do mesmo ano de 1756 entraram eles em São Miguel, e logo os Sete Povos se renderam e foram, aos poucos, deportados para a margem ocidental do rio Uruguai.

Houve ainda muitos reajustes, para efetivar a permuta dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento. Os portugueses, vendo a impossibilidade de assegurar a ocupação dos Sete Povos, batalharam por outra linha demarcatória. Porém, em 1761, o rei Carlos III, de Espanha, rescindiu finalmente o funesto Tratado de Madrid, e os índios dos Sete Povos puderam voltar às suas Reduções, semidestruídas. Sete anos depois seriam expulsos os missionários jesuítas, tendenciosamente incriminados de terem incitado os índios à revolta.



Lugar preciso em que os jesuítas escondiam seus tesouros, segundo mapa apresentado pelo índio Domingos.

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Já se discutiu muitíssimo sobre os motivos alegados contra a Companhia de Jesus, para lhe fazerem a guerra total os três reis borbônicos de Portugal, Espanha e França. Essa guerra foi iniciada em 1759, com a expulsão de todos os domínios portugueses, sob o pretexto, entre outros, de terem incitado os índios dos Sete Povos a resistir ao exército luso-espanhol, na execução do Tratado de Madrid. Empenhou-se Pombal em que a expulsão fosse simultânea nos três países. Mas o rei de Espanha, relutando contra tão flagrante injustiça e contrassenso, ao invés de expulsão os jesuítas espanhóis, acolheu os expulsos jesuítas franceses (1764). Sussurrou-se então aos ouvidos do indeciso monarca o falso boato de terem os jesuítas escrito um libelo contra o rei, impugnando seu direito ao trono espanhol, por ser filho bastardo. Alegava-se também que os jesuítas tentavam servir-se dos índios, para a fundação da monarquia universal (quem diria?), e que, para abrir caminho às suas desenfreadas ambições, ensinavam, em suas escolas, a liceidade do regicídio, permitindo a qualquer cidadão assassinar o rei, se este não correspondesse às aspirações do povo. Pressionado, Carlos III acabou assinando o decreto que expulsava os jesuítas de todos os domínios espanhóis. Conservou-se o decreto em absoluto sigilo até o dia 2 de abril de 1767, quando, em 146 casas religiosas de Espanha, milhares de jesuítas foram colhidos de surpresa, a altas horas da noite, presos e deportados para os Estados Pontifícios, onde já se encontravam os jesuítas portugueses. Não se envergonharam os monarcas de despejar, de vez, tantos homens, dados por criminosos, em terras de outro Estado soberano, sem sua prévia autorização. Como protesto contra o vilipêndio de sua soberania e contra a injusta deportação dos religiosos, o papa, inicialmente, se recusava a recebê-los, mas, condoído de sua triste situação, acabou por acolhê-los paternalmente.

Bucarelli, encarregado da expulsão dos jesuítas do Paraguai, agiu da mesma maneira secreta, como se tinha procedido em Es-

panha. Entre os dias 3 de julho e 3 de agosto de 1767, todos os jesuítas dos colégios foram presos e deportados para Buenos Aires, e ali embarcados para os Estados Pontifícios. Distribuiu-os o papa em diversas cidades de seus domínios. Seu sustento era garantido por módica pensão, que o rei da Espanha cuidou de dar a todos eles.

Nas Reduções, a expulsão ficou retardada por quase um ano inteiro, por falta de missionários substitutos. Antes dessa hora trágica, não poucos representantes do clero falavam da vida “folgada e nabesca” dos jesuítas. Agora, porém, recusavam-se a substituí-los. Não conheciam a língua e a psicologia dos índios, e não queriam, absolutamente, viver naquela diversidade cultural, na convivência com os índios, sem outra renda, além do magro soldo, pago pelo rei.

Já em agosto de 1767 sabiam os missionários o que tinha acontecido nos colégios, e previam o que, em breve, lhes aconteceria nas Reduções. Ouvindo que ninguém queria substituí-los, não se iludiram com vãs esperanças, mas trataram logo de preparar os índios para a aceitação dos novos missionários. Diziam-lhes, com insistência, que seus substitutos também eram padres, que lhes teriam tanto amor como os jesuítas. Graças a essa catequese, continuada por muitos meses, os novos missionários foram aceitos pelos índios sem maiores dificuldades.

Em maio de 1768, Bucarelli encetou a marcha rio Uruguai acima, acompanhado de 1 500 soldados. Divididos os Trinta Povos em três grupos, segundo sua localização e de acordo com os meios de transporte disponíveis, indicou, para cada grupo, um seu subalterno com soldados, para que executasse os trâmites prescritos por lei, para a prisão e transporte dos padres. Desvaneceu-se então o grande e poderoso “império jesuítico”. Na opinião dos próprios inimigos da Companhia de Jesus, esse império não passava de uma bolha de sabão. Informados, com tanta antecedência, sobre o que estava por acontecer, os jesuítas aceitaram a expulsão, sem o disparo de um tiro e sem o menor gesto de resistência.

A expulsão consistia dos seguintes itens:

- 1) apresentar-se o delegado, custodiado de soldados, com as armas carregadas;
- 2) declarar presos os padres;

- 3) exigir a entrega de todas as chaves e dos inventários;
- 4) verificar minuciosamente a exata concordância dos inventários com a realidade;
- 5) entregar os cargos aos novos funcionários: a cura espiritual aos padres substitutos, e a administração temporal a um leigo espanhol;
- 6) submeter o cura-administrador “demissionário” a rigoroso interrogatório sobre negócios, dívidas e créditos pendentes, bem como sobre a melhor maneira de administrar a Redução;
- 7) levar os religiosos, sob escolta militar, para o lugar combinado, donde seriam despachados para Buenos Aires.

A atitude geral dos índios parece ter sido, por várias razões, de relativa indiferença:

- 1) tinham sido catequizados, para receber bem os novos missionários;
- 2) acreditavam talvez que a substituição fosse apenas temporária;
- 3) não podiam avaliar a diferença, que só mais tarde perceberam, quando tudo começou a ruir.

Quanto à distribuição dos novos curas, Bucarelli queria isolá-los de seus confrades, para os ter mais dependentes dele mesmo. Os superiores provinciais, porém, não cederam, e assim, franciscanos, dominicanos e mercedários formaram três grupos mais ou menos fechados. As atribuições dos novos curas eram mais restritas que as dos jesuítas, que cuidavam da administração espiritual e temporal. Aos novos curas confiou-se apenas a pastoral, ficando a administração temporal adstrita a leigos espanhóis. A falta de unidade de comando revelou-se fatal para os índios. Confusos e aborrecidos com tantas ordens contraditórias, fugiam das Reduções. A deserção foi, com o tempo, a principal causa da decadência das Missões guaranis.

A DECADÊNCIA DOS TRINTA POVOS

A vertiginosa decadência dos Trinta Povos, depois da era jesuítica, tem o testemunho oficial de seus próprios administradores, que se acusam mutuamente, como também de muitos viajantes que visitaram as Reduções, nas primeiras décadas do século passado. Mais alto, porém, fala a desolação dos poucos restos de ruínas, como as de São Miguel, Santo Inácio Mini, Trindade, Jesus e algumas outras, último vestígio do que foram, há dois séculos, prósperos povoados de florescente cultura. A decadência demográfica está intimamente vinculada com o descalabro material. Antes de 1768 notavam os índios que tudo quanto produziam era para seu próprio sustento e bem-estar. Os produtos exportados vinham trocados em ferramentas e outras coisas úteis e necessárias. Agora, ao contrário, os produtos acumulados nos armazéns eram prodigalizados aos hóspedes, parentes e amigos dos administradores, que se demoravam nas Reduções por longas temporadas; e o pouco que se conseguia exportar, mal dava para pagar os impostos e os salários dos administradores temporais e dos curas espirituais, nada sobrando para os índios. À vista de tão deplorável situação, os guaranis, inconformados, desertavam das Reduções, tornando ainda mais pesado o trabalho dos remanescentes, para o sustento da máquina administrativa, até a vida se tornar insuportável. Um mapa estatístico de 1803 mostra, para nosso espanto, que os moradores dos 23 Povos Ocidentais já se tinham reduzido a 1/3, aproximadamente. Nos Sete Povos Orientais, conquistados pelos portugueses em 1801, a situação demográfica não terá sido melhor.

Os índios geralmente não fugiam para as selvas, como muitos acreditam, mas para povoados espanhóis ou portugueses, onde se empregavam como peões de chácaras e estâncias. A dispersão dos índios se intensificava na medida em que se agravava a decadência material.

Nos tempos da administração jesuítica, os padres provinciais, em suas visitas às Reduções, recomendavam insistentemente que se substituíssem as telhas quebradas. Agora, havendo sempre menos gente, os devidos reparos nos telhados, especialmente em tantas casas desocupadas, ficavam para melhor oportunidade. Com a infiltração das chuvas, apodrecido o madeiramento, os telhados não tardavam em ruir. Com isso a vegetação, principalmente a figueira braba, aos poucos ia cobrindo os muros e encravando suas raízes por entre as pedras. Sacudida pelo vento, a figueira com seus enormes galhos, qual gigantesca alavanca, deslocava as pedras, por pesadas que fossem, até reduzir tudo a um montão de ruínas.

Aceleraram a destruição das igrejas e casas dos padres os alucinados escavadores, em busca dos “tesouros escondidos”. Outro fator destrutivo foram as guerras fronteiriças: Instigados pelos espanhóis, os quinze Povos indígenas situados entre os rios Paraná e Uruguai, faziam incursões bélicas contra os portugueses da margem oriental do rio Uruguai, que acabaram por arrasá-los na segunda década do século passado. As hostilidades e a mútua destruição continuaram, mais tarde, entre espanhóis e portugueses, bem como entre os espanhóis do Paraguai e da Argentina. Em meados do século passado quase só restavam ruínas, cobertas de mataria e capoeiras. Nas proximidades moravam, em míseras choupanas, pequenos grupos de índios, que, aos domingos e dias santos, faziam suas devoções ante as poucas e maltratadas estátuas, até então poupadas pelo vandalismo dos “civilizados”. A maior parte das ruínas desapareceu, quando os brancos fundaram ali suas cidades.

Apresentado este Panorama Histórico-Institucional dos Trinta Povos guaranis, perguntamos se foi válida a experiência jesuítica das Reduções. De conformidade com a doutrina do cristianismo (como, aliás, de todas as grandes religiões da humanidade), o verdadeiro destino da criatura humana não se acha aqui, mas no além. Assim, a experiência missionária no Paraguai foi altamente positiva, com a cristianização de, talvez, 500 000 almas ou mais. Do ponto de vista humanitário, as Reduções preservaram a raça indígena da rápida e total extinção, com que ameaçavam os encomenderos e bandeirantes escravagistas. Com a civilização dos índios, as Reduções também contribuíram consideravelmente para seu bem-estar social e prosperidade material. Infelizmente esse estado positivo foi truncado de modo violento, injusto e trágico, pelo Tratado de Madrid (1750) e, muito mais, pela expulsão dos jesuítas (1768).

A respeito da experiência coletivista, que o teatrólogo Fritz Hochwalder, em 1953, acertadamente denominou “das hl. Experiment” (o experimento sagrado), importa observar o seguinte: No tempo das Reduções jesuíticas, esse sistema era o único possível, porque tão tradicional entre os guaranis, que eles, durante 150 anos, não aceitaram o sistema de propriedade estritamente particular. Sem esse coletivismo em grande escala, os guaranis não teriam podido elevar-se a tal grau de pujança material, cultural e até militar, a ponto de poderem sustentar-se por si mesmos, contra as investidas do mais duro colonialismo luso-espanhol. Fizeram os jesuítas o que era possível e necessário, para preservar e defender, organizar e afortunar o povo guarani. Avalie o leitor o alcance dessa obra humanitária e cristã, e julgue por si mesmo se é pouco ou muito.

Os administradores leigos, encarregados de continuar a obra dos jesuítas, fracassaram de entrada. Por falta de competência, despreendimento e dedicação, levaram as Reduções à ruína, com a debandada dos índios. As terras missioneiras tornaram-se devolutas, bastando requerê-las, em mercê, ao governo. No Paraguai, o presidente López, repartindo terras entre os índios particulares, em meados do século passado, declarou oficialmente abolida a propriedade

coletiva. Não era difícil prever onde levaria a insidiosa disposição governamental. Os índios logo venderam suas terras, por quase nada. Em pouco tempo, os espanhóis se apoderaram de tudo.

O sistema coletivista das Reduções, possivelmente, não teria podido continuar por muito tempo, sob o regime republicano. Os jesuítas, se não tivessem sido expulsos, teriam, certamente, adaptado o sistema às novas condições político-históricas. É lícito perguntar, a partir de seus 150 anos de experiência, se esse sistema coletivista das Reduções não vem a ser uma antecipação, várias vezes secular, da sempre crescente socialização e nacionalização da economia mundial.

Quanto à cultura europeia, deve-se conceder que o guarani não a integrou em sua vida, a ponto de poder desenvolvê-la, após o afastamento brutal de seus mestres religiosos. Devido às condições humanas do índio, ela foi, na prática, sob diversos aspectos, apenas um adestramento. Mesmo assim, nenhum outro povo indígena revelou, em iguais condições, resultados tão admiráveis, devidos, em grande parte, à incrível faculdade imitativa dos guaranis. Pergunte-se à história quanto tempo levaram outros povos, saídos de selvageria, para atingir o mesmo grau de cultura.

HISTORIÆ PROVINCIAE PARAQUARIÆ SOCIETATIS IESV LIBER SEXTVS



CAP. I.

Parisi in Tunc
nir Regionibus
per socios pa
crata narran
tur.

lib

Joannes Viana
reclutatus in

Blasius Gutierrez
heretica facinora

Anno millesimo Sexcentesimo decimo octavo
Didacus Torrecs e Peruvia, quo stipis con-
trahenda ergo iuerat redox oculo aureorum
millibus collegiū Cordubense. Estecendē sedem, & Socios inter
Indos versantes, maiori affectu, quam ope iuuit. Mox depolpo
Cordubensi Reclutatu post duos dequadragenta regiminis
annos, impetrato ab Præposito Generali ocio ita frui cepit
Non destineret omnibus esse viliū, Pro eo Ioannes Viana ex
peditione Barbarici, in qui multos mortales per baptisimū
& alia Sacramenta curauerat, reuocatus collegio Cordubensi
si Præpositus est, Mā Blasius Gutierrez, valedudinarij præcedu
renouato Diu Catharina Senensis & Diui Xaverij exēplo
quum ob intolerabile fatorem collegæ abhorrent abno
e nostris apothecis deformato, vinū sibi faciem, applicato
ore fluidū saniem largissime sedit, prompto heroci facinoris præ
mio: nam socijs factū admirantibus affirmavit liquorē illum inelle
dulciorem sibi visum fuisse. Id idem perteriti facinoris dulcedo
inefcatus ex putrida domestici Aethiopis carcinomate ten
tatis alijs frustra remedijs, pos libris expressit, sed sacerdos
nostri ququā latē patet Cordubensis ditio putrida conscientia
rum viscera exsuctū frequenter libant, eo maiori fructu
animorū salus, corporum integritati præstat. In Calchiacina val
le nihilo lentius perdit gentis morbos socij persanare curren
debant, & quamuis Barbari phariseicorum in morem

in zima



ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Alfaro, Diego de, 28, 31
 Alfaro, Francisco, 21, 37
 Altamirano, Cristóvão, 31
 Alvear, Diego de, 49
 Anaya, João de, 30
 Anchieta, José de, 13
 Andrade, Gomes Freire de, 65
 Ângelo, Francisco de, 13
 Antequera, José, 43, 44
 Armini, Leonardo, 13, 14
 Arregui, João, 44
 Aquaviva, Cláudio, 14
 Azurica, Inácio, 112
 Bandeirantes, 24, 25, 26, 28, 53, 147
 Barros, Jerônimo Pedroso de, 28
 Barzana, Alonso, 13
 Bento XIV, 88
 Berger, Luís, 109
 Berthod, Manuel, 30
 Borja, Francisco de, 13
 Boroa, Diego de, 30
 Brasanelli, José, 53, 111
 Bruxel, Arnaldo, 10, 98,
 Bucarelli, 132, 151, 152
 Calderón, Manuel Ruiloba, 44
 Campanella, 20
 Cárdenas, D. Bernardino, 26, 41, 42, 131
 Cardenosa, Bartolomeu, 53
 Cardiel, João, 19, 22, 67, 72, 90, 98, 110, 120
 Carlos III, 149, 150
 Castillo, João del, 23
 Cataldino, José, 53, 30, 31
 Ceballos, Pedro de, 43
 Charlevoix, 109
 Chiquitos, índios, 39
 Companhia de Jesus, 13, 20, 46, 95, 133, 140, 142, 144, 145, 150, 151
 Contreras, Agostinho, 31
 Dávila, Pedro Esteban, 131
 Delfin, Jerônimo, 30
 De Lugo, Cardeal, 89
 Ernot, Luis, 31
 Escandon, João, 9
 Espinosa, B. 20
 Espinosa, Pedro, 53
 Fernández, Miguel, 31
 Fernando VI, 148
 Fields, Thomas, 13
 Filipe V, 88
 Forcada, Antônio, 54
 Formoso, Adriano, 29
 Fuenleal, Cristóvão Ramírez, 132
 Furlong, Guilherme C, 9, 10, 14, 19, 49, 54, 64, 71, 72, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 120, 134, 141, 142, 144
 Gandia, Duque de. V. Borja, Francisco de
 Garcia, Diego, 31
 Garcia, Francisco, 31
 González, Roque de Santa Cruz, 15, 22, 29, 31, 53, 59, 111, Gotheim, 20
 Graham, Cunningham, 20
 Grão, Estevão, 13, 14,
 Griffi, Vicente, 15
 Guaicurus, índios, 15, 26
 Hernandarias, 119, 120
 Herrán, Jerônimo, 44
 Hiersemann, 101
 Hinestrosa, Gregório de. 41 42
 Hochwalder, Fritz, 155
 Homero, Pedro, 115

Jaeger, Luiz G., 102
 Jeria, Luís Céspedes, 25
 Kainganges, 15
 Labrador, José, 66
 Láriz, Jacinto de, 132
 León, André Garavito de, 132
 López, Francisco Solano, 155
 Lorenzana, Marcelo, 21, 30
 Lozano, P., 69, 99
 Loyola, Inácio de, 13
 Lugon, Clóvis, 64
 Maínas, índios, 39
 Masseta, Simão, 30
 Mateos, Francisco, 101, 102
 Mayerhofer, Lucas, 49
 Mendoza, Cristóvão de, 31, 115, 116, 123,
 Mentges, Pedro O, 10
 Mojos, índios, 39
 Molas, Pedro, 30
 Montenegro, Irmão, 106
 Montoya, Antônio Ruiz, 37, 53, 97, 103
 More, Thomas, 20
 Moussy, Martin de, 111
 Navarra, Pedro de Lupo y, 28
 Neenguiru, Nicolau, 28
 Newmann, João, 103
 Nicolau I, 132
 Nieremberg, Eusébio, 103
 Nóbrega, Manuel da, 13
 Nusdorffer, Bernardo, 9, 111
 Oliver, Jaime, 110
 Ordóñez, José, 31
 Ortega, Manuel, 13
 Osorio, Diego Escobar y, 42
 Pais, Fernão Dias, 28
 Palas, D, 44
 Pastells, 101
 Payaguás, 16
 Peramás, Padre, 20, 88, 101
 Pirioby, Cristóvão, 112
 Platão, 20
 Pombal, Marquês de, 150
 Porto, Aurélio, 102
 Primoli, João B, 53
 Rabuske, Arthur, 10, 102
 Reyes, Diego de los, 43
 Ribadenera, Pedro, 103
 Rodriguez, Afonso, 23
 Rodríguez, Bernardo, 110
 Romero, Pedro, 29, 30, 31
 Ros, Baltazar Garcia, 43
 Ruyer, Cláudio, 109
 Saavedra, Hernandarias de, 116
 Saloni, José, 13, 14
 Schmidt, 19
 Sepp, Antônio von Reinegg, 31, 100, 109, 120
 Serrano, José, 103
 Sidney, 20
 Sousa, Tomé de, 13
 Soroeta, Inácio, 44
 Suárez, Boaventura, 109
 Tano, Díaz, 28
 Tavares, Antônio Raposo, 28
 Teschauer, Carlos, 102
 Tiaraju, José Sepé, 148
 Torres, Diego de, 14, 21, 109
 Torres, Domingos, 29, 53
 Urbano VIII, 89
 Vaisseau, João, 109
 Valverde, João Blásquez, 132
 Vega, Bernardo de la, 31
 Ventura, índio, 132
 Vera, Cristóvão, 132
 Vitória, Francisco de, 13
 Yapuguai, Nicolau, 101
 Zabala, Bruno Maurício, 44
 Zárate, Sebastião de León, 42
 Zayas, Fernando Mompó, 44

ÍNDICE TOPONÍMICO

- Alemanha, 139
 Amazonas, 39, 147
 América, 37, 95, 104, 119, 145
 Andes, Cordilheira, 121
 Andonaegui, 101
 Anjos, 22, 31
 Apóstolos, 22, 27, 30, 31
 Aracambi, 27
 Argentina, 14, 29, 123, 154
 Assunção, 14, 24, 27, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 64, 98, 115, 123, 130
 Atlântico, 116, 147
 Bacon, 19
 Bolívia, 13, 14
 Brasil, 13, 14, 20, 22, 24, 25, 29, 39, 98, 115, 123
 Buenos Aires, 9, 13, 27, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 51, 57, 66, 68, 76, 80, 101, 109, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 132, 133, 140, 145
 Boca da Serra, 149
 Caaró, 22
 Cádiz, 140
 Caibaté, 148
 Callao, 121
 Candelária, 21, 30, 31, 88, 121, 128
 Chaco, 15, 23, 41, 121
 Charcas, 20, 42
 Chile, 56, 119, 121
 Conceição, 22, 31, 27, 29, 54, 88, 132
 Córdoba, 41, 51, 72, 105, 140
 Corpus, 29
 Corrientes, 41, 42, 51, 98, 115, 117, 119, 122
 Coxilha Grande, 115
 Cruz, 30, 124
 Encarnação, 22, 31
 Encosta da Serra, RS, 116, 120
 Espanha, 9, 19, 23, 35, 39, 40, 41, 71, 75, 95, 97, 103, 123, 131, 132, 139, 147, 148, 149, 150
 Estados Pontifícios, 150, 151
 Europa, 56, 95, 105, 111, 141, 145
 França, 139, 150
 Filipinas, Ilhas, 147
 Guaíra, 22, 25, 27, 40, 53, 147
 Hohenau, Colônia, 98
 Holanda, 139
 Ibicuí, rio, 22, 115, 148
 Iguaçu, rio, 22
 Ijuí, rio, 22
 Inglaterra, 139
 Itália, 139
 Itapua, 27, 29, 31, 53, 54, 130
 Itatim, 22, 25, 40, 42, 147
 Jacuí, rio, 22, 83, 115, 148
 Jaguarão, rio, 117
 Japeju, 22, 30, 31, 101, 109, 116, 124
 Jesus Maria, 22, 27, 29, 31, 54, 72, 153
 Lajes, 116
 Lagoa dos Patos, 117, 120
 Laguna, 83
 Lima, 43, 121, 122
 Lisboa, 140
 Loreto, 22, 25, 31, 53, 69, 103
 Madrid, 13, 25, 106, 139, 147
 Madrid, Tratado, 147, 148, 149, 155
 Maracaju, Serra de, 119
 Mártires, 30
 Mbororé, 28, 53, 82
 México, 20, 97
 Minas Gerais, 116
 Montevideu, 43, 116
 Natividade, 22, 31
 Negro, rio, 117
 Pacífico, Oc., 121, 147
 Paraguai, 13, 19, 20, 24, 29, 35, 38, 42, 43, 44, 61, 64, 88, 98, 103, 104, 105, 109, 110, 119, 121, 122, 123, 129, 131, 133, 134, 139, 146, 151, 154, 156

Paraguai, rio, 1 5, 16, 130
 Paraná, rio, 22, 25, 83, 115, 119, 130
 Paranapanema, rio, 22, 25
 Paris, 110
 Peru, 13, 14, 20, 35, 43, 56, 97, 115, 119, 121, 132
 Pirapó, 22
 Portugal, 9, 39, 42, 43, 71, 139, 147, 150
 Potosí, 121
 Rio da Prata, 121
 Rio de Janeiro, 9, 27, 49, 83
 Rio Grande do Sul, 9, 22, 98, 115, 120, 123
 Roma, 9, 13, 27, 103, 110, 133
 Sacramento, Colônia do, 22, 42, 43, 83, 102, 116, 147, 149
 São Benito, 22, 31
 São Borja, 30, 53, 68, 117, 120, 124, 148
 São Carlos, 22, 30, 31, 101, 110
 São Cosme, 22, 29, 31, 105
 São Cristóvão, 22, 27, 31
 São João, 30, 69
 São Joaquim, 22, 27, 31
 São José, 22, 30, 31
 São Leopoldo, 10
 São Lourenço, 30, 54, 69
 São Luís, 30, 54
 São Miguel, 22, 30, 31, 49, 54, 55, 69, 69, 116, 124, 149, 153
 São Nicolau, 22, 30, 31, 121
 São Paulo, 13, 22, 24, 27, 28, 31
 São Paulo (est.) ,27, 115, 116
 São Pedro, 21,31
 São Tomé, 22, 30, 31, 124
 São Vicente, 115
 São Xavier, 22, 30, 31, 54, 103, 121
 Santa Catarina (est.), 39, 147
 Santa Fé, 38, 41, 51, 66, 110, 111, 115, 117, 119, 121, 122, 124, 128, 129
 Santa Maria (RS), 149
 Santa Maria da Fé, 25, 29, 43, 64, 130
 Santa Maria Maior, 29, 54, 69, 103
 Santa Maria da Boca do Monte, 117
 Sant'Ana, 22, 30, 31, 54
 Santa Rosa, 29, 43, 54, 64, 102, 111, 130
 Santa Teresa, 22, 27, 31
 Santiago, 25, 29, 43, 64, 130
 Santiago do Boqueirão, 117
 Santo Ângelo, 30, 68, 121, 148
 Santo Inácio Iguaçu, 14, 22, 25, 29,31, 41,43, 54, 56, 64, 72, 111, 130
 Santo Inácio Mini, 22, 25, 29, 31, 50, 53, 54, 57, 60, 134, 153
 Santos Cosme e Damião. V. São Cosme
 Santos Apóstolos Pedro e Paulo. V. Apóstolos.
 Serra do Erval, 120
 Sete Arcanjos, 22, 31, 110
 Sete Povos, 22, 43, 64, 68, 71, 90, 101, 117, 120, 134, 147, 148, 149, 150, 153
 Sete Quedas. V. Guaíra, 25
 Suécia, 105
 Tapes, 22, 25, 27, 40, 53, 147
 Taquari, rio, 27
 Tebiquari, 43, 44, 130
 Tordesilhas, Tratado, 39, 147
 Trindade, 29, 50, 54, 153
 Trinta Povos, 49, 64, 65, 67, 76, 83, 97, 110, 116, 117, 123, 124, 126, 129, 131, 133, 151, 153. 155
 Tucumán, 13, 41, 119, 121, 122
 Upsala, 105
 Uruguai, 14, 15, 9, 22, 25, 27, 28, 43, 68, 82, 83, 116, 117, 121, 147, 148, 149, 151,154
 Vacaria dos Pinhais. V. Vacaria.
 Vacaria, 116, 123
 Vacaria, (do Mar), 43, 116, 132
 Valparaíso, 121
 Vinte e Três Povos Orientais, 153

CO-EDIÇÕES

Universidade de Caxias do Sul — RS

Rua Francisco Getúlio Vargas, s/nº — C. Postal 1352

Telefone: (054) 221-1942 — 95 100 — Caxias do Sul — RS

Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes

Rua Paulino Chaves, 291 — Porto Alegre — RS

IMIGRAÇÃO ITALIANA

1. COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. 1975.
2. BUSATTA, Pe. Félix F. *Paráí no Centenário da Imigração Italiana*. 1975.
3. BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. 4a ed., 1975.
4. LIBERALI, Ricardo Domingos. *Togno Brusafraiti*. 1975.
5. ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e Imigração Italiana*. 1975.
6. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Campos dos Bugres*. 1975.
7. GIACOMEL, Fortunato e outros. *Pioneiros às Margens do Uruguai*. 1975.
8. BERNARDI, Aquiles. *Stória de Nino, Fradello de Nanetto Pipetta*. 1976.
9. GALEAZZI, Pio Vitório. *Galeazza*. 1975.
10. GIUSTI, Ângelo. *Poemas de um Imigrante Italiano*. 1976.
11. RIZZARDO, Redovino. *A Longa Viagem*. 1975.
12. APREMONT, Bernardin d' e GILLONNAY, Bruno de. *As Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)*. 1976.
13. BUSATTA, Pe. Félix F. *Um Pioneiro nas Novas Colônias Italianas*. 1976.
14. COSTA, Rovílio; POZENATO, Júlio e outros. *Antropologia Visual da Imigração Italiana*. 1976.
15. CONTASTORIE, Nanni. *Stória de Peder*. 1976.
16. BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. 5a ed. 1976.
17. GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: Evolução Histórica*. 1977.
18. RABUSKE, Arthur. *Os Inícios da Colônia Italiana no Rio Grande do Sul em Escritos de Jesuítas Alemães*. 1978.
19. DE BONI, Luis Alberto (ed.). *La Mérica — Escritos dos Primeiros Imigrantes Italianos* 1977.
20. CORTE, Pasquale. *As Colônias Agrícolas Italianas na Província do*

Rio Grande do Sul (Brasil) em 1884. (no prelo).

21. VÁRIOS. *I e II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros.* (no prelo).

22. FOCESATTO, Iloni. *Descrição do Culto aos Mortos entre Descendentes 3 anos no Rio Grande do Sul.* 1977.

23. PORRINI, Cario. *Masticapolenta.* 1978.

24. BUSATTA, Pe. Félix F. *Árvore Transplantada da Itália para o Brasil.* 1978

25. ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul. 4º Volume (A Educação)* (no prelo).

26. STAVINSKI, Alberto Victor. Luis de La Vernaz: *A Igreja nas Colônias Italianas,* (no prelo).

27. CAMPOS NETO. *O Cavvaliere Aristides Germani.* 1979.

28. RIGHEZ, José Cláudio e GLASSON, José Zamir. *Vila Segredo — 50 Anos de História.* 1978.

IMIGRAÇÃO POLONESA

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul.* 1976.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos Peraus do Rio das Antas.* 1976.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul.* 1977.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ

MULLER, Teimo Lauro. *Colônia Alemã: Histórias e Memórias.* 1978.

COLEÇÃO TEMAS GAÚCHOS

ABREU, Ennio Farias de e ABREU, Marisa da Costa. *Bom Jesus — Histórias de uma Cidade.* 1977.

TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico.* 1977.

AZAMBUJA, Pérciles. *História das Terras e Mares do Chuí.* 1978.

CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a “Estância da Música”.* 1978, em co-edição com o IEL/RS.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: Crônicas da Minha Cidade.* 1978, em co-edição com o IEL/RS.

SPALDING, Walter. *Na Voz do Povo: Ensaios de Folclore,* (no prelo).

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais.* 1978.

CESAR, Guilhermino. *O Contrabando no Rio Grande do Sul.*

SPALDING, Walter. *A Propaganda Republicana no Rio Grande do Sul*. (no prelo).

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 1978.

MEDEIROS, Manuel da Costa. *História de Herval do Sul*. (no prelo).

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. (no prelo), em co-edição com o IEL/RS.

BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*, (no prelo), em co-edição com a Sulina.

NEIS, Rubem. *Guarda Velha de Viamão*. 1975.

COLEÇÃO CHRONOS

1. DE BONI, Luis Alberto. *Antropologia: Perspectivas Filosóficas*. 1976.
2. METZ, Johann, B. *Teologia Política*. 1976.
3. PAVIANI, Jayme. *Fundamentos da Semântica*. 1976.
4. VECCHIO, Egídio. *Análise Transacional — Para Estar OK*. 1976.
5. FIGUEIREDO, Maria Virgínia Poli de. *O Uni-Verso de Quintana*. 1976.
6. COSTA, Rovílio. *Delinquência Juvenil: Antecedentes*. 1976.
7. MAGALHÃES, Ligia Cadermartori. *Os Significantes e a Insistência do Sentido*. 1976.
8. VECCHIO, Egídio. *Triunfar na Empresa — Análise Transacional*. 1977.
9. FRAINER, Clóvis. *A História de Deus em nossa História — Roteiro Bíblico da História da Salvação*. 1977.
10. FELIZARDO, Joaquim José. *História da República Brasileira*. 1977.
11. DE BONI, Luis Alberto. *Catolicismo no Brasil — Início do Fim?* 1977.
12. COSTA, Vittorio. *Sexo e Maturidade*. 1977.
13. COMPÔTE, Exüpério de la. *Teoria e Prática Musical*. 1977.
14. CHIAPPIN, Achylles Nichele. *Caminhos Integrativos na Estruturação e Reestruturação da Personalidade*. 1977.
15. ZILBERMAN, Regina. *Do Mito ao Romance: Tipologia da Ficção Brasileira Contemporânea*. 1977.
16. HOHLFELDT, Antônio. *Mudanças: Quatro Ensaios de Sociologia da Arte*. 1977.
17. FREITAS, Décio. *Escravos e Senhores-de-Escravos*. 1977.
18. SUSIN, Luiz Carlos. *Jesus*. 1977.

10. ORO, Ari Pedro. *Tükúna: Vida ou Morte?* 1978.
20. GRINGS, Dadeus. *Solidarismo: a Mocidade do Futuro*. 1978.
21. FELIZARDO, Joaquim José. *As Duas Grandes Revoluções: Concepções Políticas e Ideológicas*. 1 1978.
22. CAXIAS, Frei Antônio. *O Poder da Palavra Cristã*. 1978.
23. DALL'PISSOL, Dolvina. *Ensino Religioso: Metodologia e Vivência*. 1978.
24. ABELIN, Leyda Tubino e SIQUEIRA, Ana Maria da Silva. *Orientação Educacional no 1º e 2º Graus: Novas Dimensões*. 1978.
25. WILGES, Irineu e COLOMBO, Olírio Plínio. *Cultura Religiosa*. 2ª ed. 1978
26. SANTOS, Luiz Pereira dos. *Catequese, Ontem e Hoje*. 1978.
27. GRINGS, Dadeus. *O Deus Brasileiro*. 1978.
28. SANTOS, Sílvio Coelho. *O Homem Índio Sobrevivente do Sul*. 1978.
29. SIDEKUM, Antônio. *Intersubjetividade em Martim Bubber*. 1978. (no prelo).

COLEÇÃO CICLO

1. PAVIANI, Jayme e POZENATO, José Clemente. *Introdução à Universidade*. 1977.
2. KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 1978.
3. MIGOT, Aldo. *Estudos Brasileiros*. 1977.
4. BONIATI, Roberto Vítório, TIBURI, Paulo Roberto e MANFREDINI, Almir Antônio. *Do Desligado ao Ligado (Introdução ao Processamento de Dados)*. 1977.
5. SARTOR, Lourdes Fellini. *Introdução ao Turismo*. 1977.
6. DE GASPERI, Ulysses de. *Introdução à Economia (Elementos de Economia)*. 1978.
7. KRUG, Jorge Gilberto. *O Seminário como Instrumento de Desenvolvimento e Organização de Comunidade*. 1978.
8. PISANI, Elaine, BISI, Guy Paulo, RIZZON, Luiz Antônio e NICOLETTO, Ugo. *Psicologia*. 1978.
9. ZORZI, Izidoro e DE BONI, Luis Alberto. *Sociologia*, (no prelo).

CADERNOS DA UCS

1. SOARES, Antônio Carlos Kroeff. *Os Poucos e os Muitos em Heráclito*. (no prelo).
2. HUBNE R, Romeu. *Correstions to X — RA Y energies in u — Mestic Atonms*. (no prelo).
3. ZILLES, Urbano. *Função Humanizadora da Universidade*. 1978.
4. PRADO Jr., Bento e outros. *Rousseau*. 1978 (no prelo).

OUTROS

1. MOTTA, Valter T. *Controle de Qualidade no Laboratório Clínico*. 1976.
2. VÁRIOS. *Contos, Crônicas e Poesias*. 1976.
3. HAMPE, Oscar G. *Fundamentos da Hemodinâmica*. 1977. (UCS/EST).
4. AZEVEDO, Olmido de. *Vinho Velho*, (no prelo), em co-edição com o IEL.
5. GRESSLER, Carlos Pedro. *Futebol — Empolgante Espetáculo Esportivo*. (UCS/EST) 1978.

OS TRINTA POVOS GUARANIS

Tem-se aqui um livro realmente valioso, e breve também para a vastidão dos temas tratados. Poder-se-ia dizer que seu autor dispõe de tantos conhecimentos do assunto, que quase cada capítulo de sua obra poderia importar num livro inteiro. Apresenta-se por isso mesmo sumamente denso o trabalho, que aí está em lugar de muitos livros.

Seu gênero historiográfico é o da divulgação científica. Equivale assim a uma leitura acessível a muitos, que o lerão com interesse, prazer e utilidade.

Aparece impresso em boa hora, pois a pesquisa histórica regional desperta em nossos dias estímulos inusitados na Universidade, e o Turismo — a chamada indústria sem chaminés — vem dando passos gigantescos entre nós, pois, apesar de sua juventude, como que se esforça por recuperar o tempo perdido.

Inquestionável que a obra “Os Trinta Povos Guaranis” preenche uma grande lacuna em nossa bibliografia especializada do assunto, porque a competência de seu autor nos oferece, de uma só vez, a vista geral daquilo que mais requer saber-se sobre as Antigas Reduções. E fá-lo com objetividade, simplicidade, clareza, simpatia e segurança.

O leitor que estiver a par da principal bibliografia aparecida nos dois últimos séculos sobre a obra do Antigo Paraguai há de convir que muito material impresso nesse lapso de tempo mais desorienta que norteia. O resultado de tais leituras gera, forçosamente, a insegurança ou até inverdade a propósito dos assuntos mais simples. O “Panorama Histórico-Institucional” afigura-se, quanto a isso, o livro que o grande leitorado desejava, necessitava e exigia. Seu aparecimento será saudado, de certo, com grande satisfação, aceito com prazer e sucedido de várias edições.

Arthur Rabuske, S. J.



P. ARNALDO BRUXEL, S. J. nasceu aos 13 de julho de 1909, em Arroio do Meio, RS, distrito então do Município de Lajeado, RS.

Em 1924 entrou no Seminário Provincial de São Leopoldo, RS e, em começos de 1928, a 2 de fevereiro daquele ano, em Pareci Novo, Município de Montenegro, RS. Em 1932 passou a estudar Filosofia em São Leopoldo, RS, sendo que, a partir de 1935, lecionou durante 4 anos no Ginásio Catarinense de sua Ordem, em Florianópolis, SC. Seguiram-se-lhe os estudos de Teologia, sendo que a 7 de dezembro de 1941, ocorreu sua ordenação sacerdotal. Terminado o Curso de Teologia em 1942, dedicou o último ano de sua formação jesuítica, 1943, a uma estadia em Montevideú, no Uruguai.

A partir de 1944 consagrou sua vida como que de todo à História Missioneira do Antigo Paraguai. Para a coleta de seu material documentário esteve dois anos em arquivos europeus primeiro e, depois, mais um ano em Buenos Aires, na Argentina.

De seus esforços ou buscas nos acervos históricos de diversos países, organizou a “Filmoteca Histórica do Instituto Anchietano de Pesquisas”, ora guardada no Colégio Cristo Rei, em São RS.

É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como do Instituto Anchietano de Pesquisas. Seu nome é bastante conhecido como professor, historiador, tradutor e pesquisador. Atualmente, por questões de saúde, aposentou-se das lides historiográficas, mas ainda pretende prestar alguns bons serviços através da tradução de textos missioneiros.

